



RUA LARGA

REVISTA DA
REITORIA
UNIVERSIDADE
DE COIMBRA
NÚMERO 60
MARÇO 2026

1290 – 2026
736 ANOS
UNIVERSIDADE
DE COIMBRA

À

F R E N T E



A insígnia representativa da atual Universidade de Coimbra remonta à obrigatoriedade, estabelecida na *Carta Magna Privilegiorum*, de 1309 por D. Dinis, de a instituição possuir um selo próprio para autenticação diplomática. Primeiro registo conhecido: 1597

D O S E U

T E M P O

será produzido um
único volume anual,
que se destaque como
ícone de cultura com
marca UC e de reflexão
metacultural aberta ao
país e à intervenção
de agentes culturais de
relevância internacional.
A publicação coincidirá
com a Semana Cultural
de cada ano.

PROPRIEDADE

Universidade de Coimbra

DIRETOR

Amílcar Falcão

DIRETOR-ADJUNTO

Delfim Leão

EDITORA

Marta Poiares • rua.larga.uc@gmail.com

DIREÇÃO ARTÍSTICA

Henrique Patrício

FOTOGRAFIA

João Duarte

Tiago Cerveira

PRODUÇÃO

Teresa Baptista

Inês Coelho

Jorge Graça

EDIÇÃO

Imprensa da Universidade de Coimbra

Rua da Ilha, 1

3000-214 COIMBRA • PORTUGAL

Telef./Fax.: 239 247 170

E-mail: imprensauc@uc.pt

IMPRESSÃO

UniarTE Gráfica S.A.

TIRAGEM

1300 ex.

ISSN

1 6 4 5 - 7 6 5 x • Anotado no ICS

CAPA

João Duarte



UNIVERSIDADE DE
COIMBRA



IMPrensa DA
UNIVERSIDADE
DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

www.uc.pt/rualarga

rualarga@uc.pt • Tel. 239 859 823

EDITORIAL

O Belo na Missão
da Universidade
de Coimbra – P.05
Amílcar Falcão

REITORIA EM MOVIMENTO

«Em Ciência
Tudo É Belo» – P.11
Delfim Leão

A Beleza da
Comunidade – P.13
Luís Neves

A Beleza como Motor
de Inovação – P.17
Nuno Mendonça

A Beleza e a
Ciência – P.19
João Ramalho-Santos

Entre Arquetado,
Sustentável e Qualitativo,
Vai Perdurando
Beleza – P.23
Patrícia Pereira da Silva

A Beleza de Uma
Universidade Aberta
ao Mundo – P.25
João Nuno
Calvão da Silva

A Beleza do Saber – P.29
Cristina Albuquerque

Património da
Universidade de Coimbra
— Paço das Escolas – P.31
Alfredo Dias

A Beleza que a
Universidade
Decide Pôr em
Movimento – P.35
Filipa Godinho

A Beleza que Inclui
Estéticas da Diversidade
no Ensino Superior – P.37
Paulo Peixoto

O Valor das Unidades de
Empreendedorismo nas
Instituições do Ensino
Superior – P.39
Gabriela Fernandes

OFICINA DOS SABERES Retrovisor

A Orquestra Académica
da Universidade de
Coimbra e os Seus
(quase) Dez Anos
de Vida – P.45
André Granjo

No Centenário da Morte de
Camilo Pessanha – P.49
António Apolinário
Lourenço

Deinós.
Uma Homenagem
a Maria Helena da
Rocha Pereira – P.53
Hélia Correia

Ribalta
Da Beleza das
Bibliotecas: o Projeto
Joanina Digital – P.58
Sara Grünhagen

Um Acervo
Especial – P.64
André Rodrigues

Peso ou Leveza? – P.66
Luís Miguel Correia

Ruas que Ficam
nas Pessoas. A Alta
dos Salatinas – P.75
Filipa Queiroz
Rafael Vieira
Tiago Cerveira

Ciência Refletida
Sobre as Metáforas e
os Pontos de Vista – P.85
Adérito Araújo

Quando a Ciência se
Revela: a Beleza da
Cultura Científica – P.90
Inês Amado da Silva
Sara Varela Amaral

Estética Computacional
e Inteligência
Artificial (IA):
Porque É que a IA Adora
Hambúrgueres? – P.90
Penousal Machado

Ágora
A Beleza da Memória
ante a Imperfeição da
Ausência – P.101
Ana Cristina Santos

Um Tesouro Resgatado:
o Retrato do Sábio
Príncipe, D. José
(1714–1777) – P.105
Diogo Lemos

Patrimónios
Figuras Alegóricas
e Palavras Aladas:
os Tetos da Biblioteca
Joanina – P.109
Fernando Taveira
da Fonseca

A Beleza Intrínseca
à Autenticidade.
Salvaguarda e
Reutilização de
Mobiliário e Luminárias
Originais da Antiga
FMUC – P.114
Pedro Costa Gama

Uma Nova Biblioteca
para a Faculdade de
Direito da Universidade
de Coimbra – P.121
Álvaro Siza Vieira
António Madureira
Paulo Sousa

AO LARGO Crónica

Quando a Natureza
nos Interpela.
Reflexões a partir do
Projeto Mapear para
Proteger – P.127
Joana Alves

Entrevista
Herman José – P.130
Marta Poiares

Criação Literária
Veias
Sinais – P.140
Ricardo Jerónimo

Lugar dos Livros
Prémio Joaquim
de Carvalho – P.143
Maria João Padez

Livros em
Destaque – P.144





RL#60

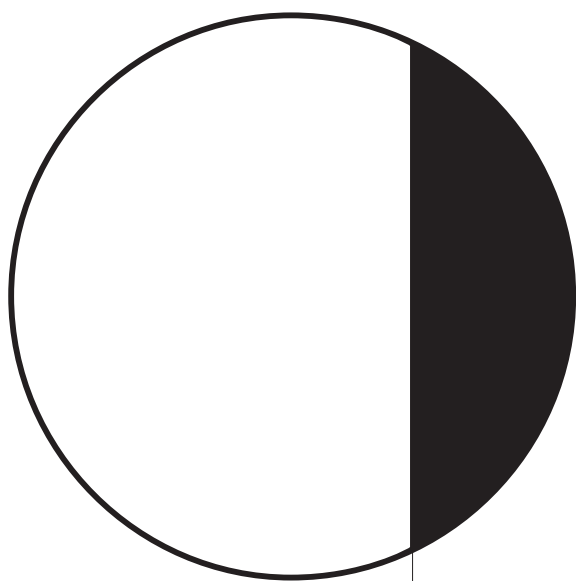
EDITORIAL

3



AMÍLCAR FALCÃO *

O Belo NA MISSÃO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA



Mais do que
uma simples
categoria
estética,
o Belo é uma
forma de
compreender
o mundo

O Belo sempre fascinou o ser humano. Dos filósofos gregos aos artistas contemporâneos, a busca pela Beleza tem sido um dos fios condutores da história da cultura. Mais do que uma simples categoria estética, o Belo é uma forma de compreender o mundo, de encontrar harmonia onde há caos e de reconhecer, no universo mais mundano das exigências quotidianas, o apelo a uma dimensão mais elevada que enquadre e dê sentido à nossa existência. Na Universidade de Coimbra (UC), essa busca pela Beleza ganha uma expressão particular: aqui, o conhecimento, a arte, a ciência e a tradição entrelaçam-se numa paisagem que é, em si mesma, uma celebração do Belo.

A Semana Cultural da UC é, nesse sentido, uma das mais paradigmáticas manifestações da vida universitária e da forma como esta se cruza com a vida da cidade. Criada para afirmar a dimensão cultural da Academia e o seu papel na sociedade, esta iniciativa não se limita a exibir manifestações artísticas de vários tipos; constitui um palco favorável ao encontro entre o pensamento e a emoção, entre a ciência e a poesia, entre o apelo da tradição e o impulso da inovação. É um período em que Coimbra se reconhece como lugar de cultura viva, onde a Beleza se faz experiência partilhada.

Não é, de resto, por acaso que o conjunto da Universidade de Coimbra, Alta e Sofia foi inscrito pela UNESCO na lista do Património Mundial. Essa distinção não se deve apenas ao valor histórico ou arquitetónico do espaço (o Paço das Escolas, a Biblioteca Joanina, a Capela de São Miguel e a Via Latina), mas também ao modo como ele testemunha a continuidade de uma tradição de saber e de cultura espalhados pelos quatro cantos do mundo — esse mundo lusófono que, desde há mais de sete séculos, tem cultivado o conhecimento numa instituição especial e a ela tem feito afluir também múltiplas manifestações de Beleza e de saber. Com efeito, a Beleza da Universidade não se esgota na sua monumentalidade. Ela vive ainda e profundamente na relação com a cidade e na dimensão intangível do seu património. Coimbra é uma cidade universitária no sentido mais pleno: nela, o quotidiano e o académico confundem-se, o som das guitarras ecoa pelas ruas antigas, mas convive igualmente com um impulso de inovação que tem de ser estimulado em cada geração de estudantes. A sua Beleza reside, assim, nesse diálogo tensional entre o saber e a vida, entre a juventude e a memória, entre o espírito de irreverência disruptiva e a consciência da tradição.

É precisamente essa Beleza plural que a Semana Cultural da UC procura celebrar. Ao longo das últimas décadas, este evento tornou-se um espaço de vivência de emoções, de reflexão e de criação. A cada edição, a Universidade abre-se à comunidade, transformando as suas salas e pátios, os seus teatros e museus, em palcos de encontro entre as artes e o pensamento. Música, teatro, dança, literatura, cinema e ciência convivem num mesmo programa, mostrando que o conhecimento é, também, uma forma de arte. Com efeito, a Semana Cultural não é apenas uma mostra de talento, mas um gesto de diálogo. Através dela, a Universidade reafirma o seu compromisso com a sociedade e com a cultura, lembrando que a educação não se faz apenas de números e teorias, mas também de imaginação e sensibilidade. Ao promover a Beleza, a Universidade ensina-nos a ver melhor — e ver, neste sentido, é compreender e aceitar como natural e desejável a riqueza representada por múltiplas sensibilidades.

Finalmente, há ainda a sublinhar uma profunda afinidade entre a Beleza e o saber humanista que caracteriza a UC. Ambos exigem tempo, atenção, capacidade de escuta. Ambos convidam à contemplação, à interpelação e ao espaço para a dúvida. Numa época dominada pela velocidade e pela obsessão técnica, a Semana Cultural configura, de alguma forma, um momento de resistência estética: nela, o pensamento pode demorar-se e o olhar deter-se na simples fruição; nela, a palavra volta a ter peso. É um espaço em que a Beleza recupera o seu valor formativo — não apenas como prazer, mas como experiência indagadora de verdade.

Educar para a Beleza é, de certa forma, educar para a liberdade. Quando aprendemos a reconhecer o que é belo, desenvolvemos também a capacidade de discernir, de escolher, de imaginar outras formas de vida. E este é um ponto crucial em que a busca da Beleza se conjuga com a própria missão da Universidade, enquanto motor de formação integral. A ciência e a arte, a razão e o sentimento, não são polos opostos, mas caminhos complementares para compreender o mundo na sua múltipla complexidade.

Num tempo em que o pragmatismo ameaça reduzir o valor do humano à utilidade, a UC mostra que há outro caminho: o da Beleza que une, que educa e que eleva, consubstanciado no conceito de *Coimbra Bauhaus*. Um caminho onde a Beleza se une à sustentabilidade, à inclusão e ao bem-estar coletivos.

* Reitor da Universidade de Coimbra

Educar para
a Beleza é,
de certa forma,
educar para
a liberdade.



REITORIA EM MOVIMENTO

9





EM CIÊNCIA TUDO É BELO»

DELFIN LEÃO *

A expressão escolhida para servir de epígrafe a esta breve nota foi inspirada, de forma assumidamente voluntária, no título que Maria Helena da Rocha Pereira utilizou para introduzir um excerto de um dos tratados de Aristóteles, por ela citado na sua célebre obra *Hélade*. De facto, a insigne profesora da Universidade de Coimbra (UC), que se notabilizou na área dos Estudos Clássicos e cujo centenário (1925-2025) se está precisamente a celebrar, conta, entre a sua notável produção científica, com a publicação de duas coletâneas de textos gregos e latinos, traduzidos por si a partir da língua original, de modo a minorar o impacto negativo da inexistência em Portugal de traduções fidedignas das grandes obras clássicas. Embora o seu objetivo declarado fosse disponibilizar compilações de textos selecionados

para apoio imediato às aulas e não traduções completas de autores ou obras específicas, tanto a *Hélade: Antologia da Cultura Grega* (1959, 10.^a edição em 2009) como a *Romana: Antologia da Cultura Latina* (1976, 6.^a edição em 2010) acabariam por tornar-se obras de referência de grande sucesso editorial junto de um vasto público.

Quem estiver familiarizado com aquelas coletâneas de textos clássicos terá bem presente, de igual forma, a prática de cada excerto ser antecedido de um pequeno título. Esses títulos que Maria Helena da Rocha Pereira atribuíu aos passos selecionados não figuravam no original, mas eram por si cuidadosamente escolhidos para servirem de primeiro guia de interpretação. O excerto que motivou estas reflexões preliminares é retirado do tratado aristotélico *Partes dos Animais* (645a), no qual

o Estagirita faz a seguinte afirmação: «Devemos dedicar-nos ao exame de cada um dos animais sem repelência, sabendo que em cada um subsiste uma parte da natureza (*physikós*) e da beleza (*kalós*)».

Se procurássemos fazer um ensaio da interpretação desta passagem em conexão com a carreira da distinta classicista, facilmente se poderia concluir que a «natureza» do trabalho da filóloga se uniu de forma profunda e harmoniosa com a mais pura expressão da «beleza». De facto, em Maria Helena da Rocha Pereira, a beleza surge como expressão natural do rigor e da busca pela honestidade científica. A sua dedicação à arte clássica, aos vasos gregos, à riqueza hermenêutica dos grandes trágicos, à precisão filológica ou à arquitetura moral dos textos antigos, revela uma convicção profunda: a consciência de que compreender o mundo antigo é também descobrir a discreta harmonia nele inscrita. O gesto de traduzir, editar e ensinar os clássicos nasce, assim, de um duplo apelo ao conhecimento profundo e à pulcritude da própria indagação — apelo esse a que a autora soube responder como poucos.

Assim, ao invocar a autoridade de Aristóteles para sustentar que cada ser encerra uma parcela de «natureza» e de «beleza», Maria Helena da Rocha Pereira estava, no fundo, a sublinhar o seu próprio método de trabalho: o propósito de indagar com genuína paixão, fina inteligência e cuidado, porque, tanto na ciência como na vida, a beleza é uma parte essencial da compreensão de distintas mundividências.

A XXVIII Semana Cultural da UC, dedicada à «Beleza», é marcada igualmente pela feliz circunstância de se associar à celebração do centenário da Mestre conimbricense, cuja vida constitui um símbolo raro de consonância entre «o belo e o bom» (*kalòs kai agathós*). De facto, tal como a renovação do Paço das Escolas devolve à Universidade a sua luminosidade histórica, também a obra de M. H. da Rocha Pereira restitui ao presente a ígnea beleza do fogo prometeico que constitui raiz de tradição — diligentemente procurado, estudado e partilhado. Alinhada com esse mesmo espírito, a exposição «Beleza do Saber, Felicidade no Estudo», promovida pelo Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos, com o apoio da Reitoria e da Biblioteca Geral da UC (que acolheu o seu vasto espólio bibliográfico), constitui uma oportunidade única para conhecer fotografias, correspondência e documentos inéditos, que revelam a forma como a homenageada aliou a excelência científica e a justa projecção internacional, num processo marcado por profunda maturação intelectual.

Em consonância com os valores propalados pelo *Novo Bauhaus Europeu*, a beleza é, na obra de M. H. da Rocha Pereira, um projeto de futuro, um ponto de encontro entre património e inovação, arte, ciência e cidadania. Evocar a Mestre é, por conseguinte, celebrar a convicção que norteou toda a sua vida: a de que o saber, quando genuíno, constitui uma forma elevada de beleza e um horizonte de transformação.

Quem com ela privou no passado, gostaria por certo de poder voltar a partilhar com a «Nossa Senhora» os momentos inefáveis de ânimo perene que antecedem a fruição da beleza do conhecimento. Mas sendo definitivamente pretéritos esses tempos de presencial convívio, que subsista o paradigma de estudo que incarnou e a beleza que dele irradia.

* Vice-Reitor para a Cultura,
Comunicação e Ciência Aberta,
Universidade de Coimbra

De facto, em Maria Helena da Rocha Pereira, a beleza surge como expressão natural do rigor e da busca pela honestidade científica.

A BELEZA DA COMUNIDADE

LUÍS NEVES *

Os Serviços de Ação Social, enquanto património material e imaterial da Universidade de Coimbra, podem assim ser considerados uma das Belezas da nossa instituição, que importa manter e reforçar.

Decorre agora a XXVIII Semana Cultural da Universidade de Coimbra (UC), sob o tema «Beleza». Será oportuno recordar que a beleza não se manifesta apenas através da estética, podendo ser encontrada também no domínio do imaterial. Haverá, por exemplo, algo mais belo do que uma comunidade se organizar para cuidar dos seus e transformar as suas vidas? Numa instituição que comemora este ano o seu 736.º aniversário, abundam exemplos de beleza material e imaterial que muitas crónicas permitiriam desenvolver. Escolhi, no caso vertente, falar-vos de uma realização imaterial que é um *ex-libris* da nossa Universidade e que, talvez pela proximidade diária, nem sempre valorizamos como devíamos — os Serviços de Ação Social da Universidade de Coimbra (SASUC).

Embora, formalmente, os SASUC tenham sido criados em 7 de novembro de 1966, pelo Decreto-Lei n.º 47303, só materializaram em enquadramento moderno preocupações com ação social que remontam à Idade Média. De facto, já em 1309, o rei D. Dinis, através da *Charta Magna Privilegiorum*, não só fundou os alicerces da UC enquanto Instituição de Ensino Superior, como estabeleceu normas e direitos de proteção social para estudantes e docentes — por exemplo, o direito de transporte de mantimentos e o controlo do preço dos alojamentos.

Muito caminho foi percorrido até à atualidade, sendo de toda a justiça enaltecer o papel de António Luzio Vaz na administração dos SASUC durante três décadas, em que estes serviços se reformularam e consolidaram. O traço distintivo que se descor-



tina através do tempo é, assim, o de uma Ação Social muito forte, capaz de cuidar da sua comunidade e de a ajudar — sobretudo os mais desfavorecidos — a ultrapassar as limitações da sua condição económica. Os SASUC, pela sua dimensão e ação, são ímpares no panorama nacional das Instituições de Ensino Superior: operam, hoje, um parque de 10 residências universitárias, com perto de 1000 camas, bem como 16 unidades alimentares, entre cantinas, restaurantes e bares (880 mil refeições servidas só em 2024); disponibilizam apoio parental através de Creche e Jardim de Infância; gerem e atribuem diversos tipos de bolsas e apoios, incluindo as bolsas de estudo da Direção-Geral do Ensino Superior (DGES), o Fundo de Apoio Social a Estudantes (FAS) e o Programa de Apoio Social a Estudantes através de atividades de tempo parcial (PASEP) da UC; disponibilizam apoio médico geral e especializado à comunidade académica, juntamente com a vertente institucional de medicina do trabalho; prestam apoio psiquiátrico e psicológico, bem como apoio a estudantes com necessidades educativas específicas e psicopedagógico; operam serviços de lavandaria, engomadoria e costura, bem como dispõem de um banco de trajes académicos e hábitos talares; promovem atividades culturais e desportivas, operando o Centro Cultural D. Dinis; prestam acolhimento

e integração para novos estudantes nacionais e internacionais; e dispõem de serviços de *catering* para apoio a eventos.

A missão dos SASUC tem, por outro lado, evoluído com a progressiva internacionalização da UC. A título de exemplo, em 2024, estiveram alojados estudantes de cerca de 45 nacionalidades diferentes nas residências, e frequentaram a creche e o jardim de infância crianças de 12 nacionalidades. No mesmo ano, foram atendidos nos serviços de saúde estudantes de cerca de 70 nacionalidades. Esta realidade tem implicado o ajustamento dos serviços prestados a vários níveis, face a uma multiculturalidade crescente. Uma interessante iniciativa neste domínio tem sido a Ceia de Natal das Residências, que já vai na sua 14.^a edição, onde se reúnem estudantes de várias nacionalidades que não têm possibilidade de se deslocar a casa para comemorar o Natal, partilhando pratos típicos dos respetivos países.

Consciente do papel cada vez mais central dos SASUC num cenário económico adverso, a UC tem vindo a aumentar o investimento na requalificação das instalações, quer com recursos próprios, quer recorrendo a financiamentos externos. Encontram-se, assim, em requalificação três residências (Combatentes, Alegria e António José de Almeida), e duas novas residências em construção (Luís de Camões e Monumentais), o que permitirá aumentar o número

de camas disponíveis para aproximadamente 1500 estudantes. Ademais, prossegue o esforço de prestar também um serviço de alimentação a custos comportáveis aos estudantes com dificuldades económicas, sendo de salientar que o custo da refeição social se mantém fixo em 2,40 € há 15 anos, não obstante a inflação acumulada, e que, no início do atual ano letivo, esse custo foi reduzido para estudantes bolseiros da DGES para apenas 2 €.

A este propósito, aproveito para recordar a comunidade UC da existência de um interessante programa de solidariedade social, designado por UC Share, que se encontra disponível na aplicação SASUC Go!, e consiste na doação do valor de refeições que são depois consumidas por estudantes com carências económicas elegíveis para o programa.

Os Serviços de Ação Social, enquanto património material e imaterial da UC, podem assim ser considerados uma das Belezas da nossa instituição, que importa manter e reforçar. Uma palavra de apreço aos mais de 370 profissionais que diariamente asseguram o funcionamento da multiplicidade de serviços descritos, dando o seu melhor em prol de toda a comunidade. Bem-haja a todas e a todos!

* Vice-Reitor para os Recursos Humanos, Financeiros e SASUC, Universidade de Coimbra



A BELEZA COMO MOTOR DE INOVAÇÃO

NUNO MENDONÇA *

Falar em beleza pode parecer estranho para alguém que trabalha diariamente com inovação, tecnologias emergentes, oportunidades de financiamento e projetos, entre outras coisas mais prosaicas e concretas. Mas a verdade é que, quanto mais observo o que nos move, mais me convenço de que a beleza é uma das forças silenciosas que sustenta o ato de inovar.

Não falo de beleza como algo distante, abstrato ou «decorativo», mas como aquele instante de espanto que nos faz parar e querer compreender melhor o que temos diante dos olhos. Na minha formação em Biologia, a beleza sempre esteve presente: fosse na simetria de uma concha, no brilho de um organismo bioluminescente ou na forma como uma corrente marinha organiza a vida em redor. Mesmo em ambientes extremos, onde a sobrevivência parece ser o único objetivo, a natureza apresenta padrões que nos impressionam, porque

fazem sentido. São funcionais, sim. Mas são, também, belos.

Hoje, no trabalho que desenvolvo dentro da Universidade de Coimbra (UC), percebo que esse impulso estético, que começa muitas vezes como curiosidade, está também na origem das ideias que mudam o mundo. Quando um investigador encontra um novo caminho, quando uma solução inesperada aparece, quando uma tecnologia revela uma ordem que antes não víamos, quase sempre existe ali um momento de deslumbramento. Um «agora faz sentido!». Um reconhecimento profundo de que aquilo que nasceu não é apenas útil, mas coerente e equilibrado. E, em certo sentido, belo.

Em algumas das áreas estratégicas da UC, essa ligação entre beleza e inovação é particularmente evidente. No espaço, a beleza está na simplicidade de soluções que permitem poupar energia ou reduzir massa, tornando possível aquilo

que parecia impossível. Na computação quântica, a busca por simetria e coerência transforma conceitos abstratos em máquinas reais, capazes de abrir novas fronteiras. Nas biotecnologias, a inspiração estética da natureza conduz a processos eficientes e sustentáveis, mostrando que copiar a vida é, muitas vezes, o caminho mais inteligente. E no mar, a beleza é inseparável da função: cada forma, cada padrão, cada ritmo é resultado de milhões de anos de adaptação e pode inspirar tecnologias que respondem a desafios atuais.

Nos laboratórios, a sensibilidade para o belo é constante, ainda que velada e discreta. Quem trabalha com padrões naturais — fractais, correntes, redes moleculares — sabe que a harmonia das formas inspira perguntas. O fascínio pelo ritmo e pela simetria é muitas vezes o início da curiosidade científica. A beleza torna-se método: guia o olhar para o que vale a pena descobrir. Ignorar essa dimensão é arriscar perder criatividade e limitar a própria capacidade de inovar.

Por vezes, a beleza também está na forma como trabalhamos juntos. Quando investigadores de áreas diferentes partilham dúvidas, hipóteses e modos de olhar, nasce uma inteligência coletiva que ninguém conseguiria alcançar sozinho. A inovação ganha forma nessa construção conjunta — e isso também é belo.

Ganha, também, a própria Universidade, quando a beleza está presente nas suas múltiplas decisões: quando os espaços são pensados para inspirar, quando os projetos têm sentido para quem os vive e quando a ambição tecnológica

anda lado a lado com o propósito humano. Ambientes belos produzem melhores ideias.

A inovação é, muitas vezes, medida por números — patentes, publicações, financiamento e impacto económico —, mas talvez devêssemos incluir outro critério: a capacidade de inspirar. Uma solução pode ser tecnicamente correta e, ainda assim, não gerar curiosidade, não abrir portas, não provocar aquele brilho nos olhos de quem a vê pela primeira vez. A beleza, aqui, pode ser uma espécie de bússola: algo que nos lembra de que inovar não é apenas produzir, mas também fazer sentido.

Isto não significa que devamos transformar laboratórios em galerias de arte ou substituir métodos científicos por sensações. Significa reconhecer que a criatividade precisa de espaço para o espanto, e que esse espanto é mais do que um ornamento — é parte do processo. Significa valorizar investigadores que, além da técnica, cultivam também olhar e sensibilidade. Significa permitir que o rigor caminhe ao lado do encantamento.

Se queremos que a inovação académica tenha um impacto duradouro, precisamos de formar pessoas que não dominem apenas ferramentas, mas que sejam capazes de ver: padrões, possibilidades, beleza onde outros só encontram complexidade. Porque é muitas vezes aí — no instante em que algo deixa de ser só difícil e passa a ser fascinante — que a inovação começa.

Num tempo em que tecnologias complexas moldam o futuro, manter viva a sensibilidade estética é uma escolha prática. A beleza

não é o oposto da utilidade; é a sua aliada. Quando a inovação nasce do espanto e se orienta pela clareza, o resultado tende a ser mais sólido, mais compreensível e mais humano. É assim que a curiosidade se transforma em soluções que valem a pena. É assim que a Universidade cumpre a sua missão de ligar rigor e encantamento, ciência e sentido, utilidade e beleza.

* Vice-Reitor para
a Inovação, Relação com
Empresas e Empregabilidade,
Universidade de Coimbra

Se queremos
que a inovação
académica tenha
um impacto
duradouro,
precisamos
de formar
pessoas que não
dominem apenas
ferramentas,
mas que sejam
capazes de
ver: padrões,
possibilidades,
beleza onde
outros só
encontram
complexidade.

A BELEZA e a CIÊNCIA

JOÃO RAMALHO-SANTOS *

Para a esmagadora maioria de cientistas a beleza é um elemento sempre presente, e muito relevante na sua atividade.

A beleza não é necessariamente científica. Nem deve ser. Não convém definir tudo sempre de um modo lógico e, sobretudo, universal. Os conceitos de beleza (ou de inteligência, ou de «normalidade») variam de acordo com os tempos, os modos, e o enquadramento sociocultural. Basta ver como se definiram e retrataram ideais de beleza na arte ao longo dos séculos.

Na verdade, o que é que a beleza tem que ver com a ciência? É um tema sério?

Tão sério que há artigos científicos recentes que o abordam, e esse é um bom ponto de partida. Nesses artigos, entrevistaram-se centenas de investigadores e investigadoras de diversos países e áreas científicas, procurando saber de que modo encaram conceitos de beleza como parte do seu trabalho diário. Os resultados não deixam de ser curiosos.

Desde logo, para a esmagadora maioria de cientistas a beleza é um elemento sempre presente, e muito relevante na sua atividade. Afirmam encontrar beleza em diferentes momentos da sua investigação, nos diversos temas e assuntos que abordam. Uma equação, um modelo económico, imagens de cristalografia ou ressonância magnética, uma célula, um poema, uma rede metabólica, uma nova espécie, um livro, o voo de um bando de pássaros, os resultados de inquéritos, um texto legal, uma coleção de instrumentos científicos, um jardim botânico, uma biblioteca. Mais, afirmam que esse elemento de beleza no seu trabalho de todos os dias traz um nível de entusiasmo que se reflete na satisfação com que encaram a sua atividade.

Parece uma coisa tão trivial, não é? A beleza enquanto motor de felicidade, também na nossa atividade profissional. Só que, por vezes,



é bom reafirmarmos coisas óbvias, sobretudo quando são verdadeiras. Curiosamente, foram encontradas variações consoante as áreas de especialização. Por exemplo, físicos tendiam a valorizar atributos de simetria e de simplicidade como sendo mais belos, enquanto biólogos privilegiavam a complexidade.

Mas falar de beleza em ciência pode não ser linear. Desde logo porque uma teoria ser muito elegante, e ter beleza formal, não significa que seja (ou tenha de ser) verdadeira. Como uma hipótese parecer «feia» não quer dizer que deva ser descartada, sem mais. Embora possa incluir critérios estéticos, a ciência não se rege por eles. Em ambos os casos é preciso investigar, duvidar com método, validar. Note-se que até investigadores famosos revelaram esse tipo de vieses, apoiando ou renegando teorias, dependendo da beleza que nelas encontravam. Convém nunca esquecer que cientistas são pessoas, tão sujeitos a idiossincrasias como qualquer um de nós. Também por isso a ciência tem de ser um exercício coletivo e global, onde imperem factos verificáveis, devidamente enquadrados nos contextos em que são recolhidos, e reavaliados a cada momento. Desse ponto de vista, o erro é algo que deve ser encarado como normal, tem é de haver maneira de o identificar e corrigir. A ciência não deve ser um regime auto-

ritário, mas também não é uma democracia linear em que cada voz conta tanto como qualquer outra. Se assim fosse, era bem provável que a astrologia fosse considerada mais credível e relevante para a espécie humana do que a astronomia.

Noutra perspetiva, uma das coisas que se aprende em ciência é que nunca nos devemos apaixonar por uma hipótese de trabalho, por mais certa que nos pareça. Porque «quem feio ama, bonito lhe parece», e cientistas apaixonados por uma ideia podem valorizar apenas dados que validem a hipótese bem-amada, ignorando os que vão contra ela.

No entanto, os mesmos estudos que procuraram identificar o papel da beleza no dia-a-dia de cientistas também revelam que a maioria (como os membros da comunidade académica e universitária, em geral...) está muitas vezes asoberbada com tarefas burocráticas e administrativas que subvertem o seu trabalho. Tarefas essas que podem não ser totalmente necessárias, antes parte de um mecanismo inexorável. Um mecanismo que talvez tenha sido pensado da melhor maneira, mas que se descontrolou, tornando-se opressivo. Sobretudo, um sistema visto como gerador constante de novos procedimentos, não necessariamente feios. Mas não, de todo, belos.

Também por isso muitas pessoas na comunidade correm riscos

de desgaste acentuado, com particular incidência nas mulheres e, sobretudo, nos alunos e alunas de doutoramento. A beleza na ciência não deve ser usada para escamotear um estado de coisas classificado, com um encolher de ombros, como um «novo normal». Ver a beleza das coisas ajuda-nos a estar bem. Mas o contrário também é (muito) verdadeiro.

Para chegar à beleza, às vezes, temos de resolver muitos problemas feios. É esse o desafio, e é essa a luta que vale a pena travar. Pela, e com, toda a comunidade académica.

P.S. — Este texto é dedicado, com muito amor, aos Callebaut e aos Mendes que trazem beleza à minha vida:
Cássia Callebaut Mendes
Diana Callebaut Mendes Ramalho Santos
Hugo Callebaut Mendes Ramalho Santos
Denise Callebaut
E em memória de
Franklim Mendes, que foi,
de forma simples e genuína,
o que eu tento ser,
mas nem sempre consigo.
Um Homem Bom.

* Vice-Reitor para a Investigação,
Universidade de Coimbra



ENTRE ARQUITETADO, Sustentável e QUALITATIVO, vai PERDURANDO Beleza

PATRÍCIA PEREIRA DA SILVA *

*De quantas graças
tinha, a Natureza /
Fez um belo e
riquíssimo tesouro, /
E com rubis e rosas,
neve e ouro, /
Formou sublime e
angélica beleza.*

Camões

Não é a beleza efémera ou apenas visível que aqui se exalta, mas uma beleza profunda, onde o sensível e o intangível se entrelaçam, onde o espaço e o tempo dialogam, e onde o humano reconhece, no restaurado, aquilo que se supunha esquecido. É metáfora e promessa, instante suspenso, espelho que devolve a imagem, chama que eleva a alma e desperta desvelo.

Cada projeto de requalificação do edificado — seja o do Pátio das Escolas e do Paço da Universidade de Coimbra (UC), seja o da revitalização dos canteiros até então descaracterizados das «Físicas e Químicas», realizada por voluntários universitários e cidadãos dedicados, com plantação de flores e espécies autóctones — contribui para tecer a complexa tapeçaria de ideias e saberes que define esta visão integrada. Cada polí-

tica de eficiência energética, cada ação de sensibilização acrescentam um novo fio a esta trama comum. Desenvolvimento sustentável implica menos desperdício, mais equidade, melhor equilíbrio ecológico. Nele reside uma estética firme, que não se esvai.

Outrossim, só na conjugação da maestria arquitetónica com a consciência histórica se pode revelar uma beleza que perdura.

***O futuro pertence àqueles
que acreditam na beleza
dos seus sonhos.***

Eleanor Roosevelt

No atual Plano Estratégico da UC, instrumento que organiza o presente e antecipa o futuro, a beleza manifesta-se sob forma institucional. Um plano bem urdido é obra de audácia e visão. Mais do

que um conjunto de metas, constitui um pacto silencioso com as gerações vindouras. Nele se articulam investigação, ensino e desenvolvimento social, não por rupturas, mas por coerência orgânica. E porque a UC é um organismo vivo, o planejamento assume caráter interativo, aberto ao debate e permeável à retificação.

Aí reside uma beleza secular, justa ordenação de forças, diálogo entre autonomia e integração, harmonia de recursos em função da missão e da vocação. Assim se cumpre uma visão em que a consciência ambiental se inscreve como eixo transversal e o planejamento estratégico se afirma como matriz do entrecruzar disciplinar e organizacional.

Sustentabilidade é a harmonia entre a natureza e a ação humana.

Rachel Carson

Na Sustentabilidade, revela-se uma beleza que vai do ser ao agir, cumprindo-se através de funções continuadas de articulação, monitorização e reporte em matéria ambiental e social.

A beleza sustentada exige coerência entre verbo e práxis, requer

políticas voltadas para lá do instante e supõe indicadores, relatórios e correções de rumo. Assim, deixa de ser miragem e torna-se substância.

A presença da UC na COP30 reforça o seu compromisso com a integridade climática, a diplomacia científica e o combate à desinformação, traduzindo uma atuação institucional dinâmica e de alcance global.

A perfeição da beleza reside na função.

Leonardo da Vinci

Também na Qualidade se cumpre a beleza, não a do ornato, mas a do equilíbrio funcional. A qualidade não se reduz à mestria técnica: traduz cuidado com quem aprende, investiga e usufrui dos seus efeitos.

No ensino, na ciência, nos serviços e no governo da UC, a busca da qualidade exprime compromisso com coerência, transparência e concertação permanente entre os diferentes atores institucionais. Um *campus* cuidado, seguro e acessível; laboratórios adequadamente equipados; serviços administrativos céleres e atentos. Tudo isto são gestos, quão modestos pareçam, de respeito e de beleza qualitativa. A qualidade infunde confiança, dig-

nifica e abre horizontes. Expressa-se em auditorias, certificações e avaliações, mas, sobretudo, na cultura de excelência com sentido.

É uma beleza discreta, que não ostenta. Cumpre-se em proporção, discernimento e diálogo sensível entre desejo e realidade.

A verdadeira beleza é aquela que transforma o mundo.

Khalil Gibran

Ao contemplar-se a UC, instituição que atravessa séculos sem perder a sua essência, reconhece-se nela a beleza da formação de espíritos, da investigação que pensa o mundo, dos espaços devolvidos à vida, das políticas que harmonizam presente e futuro: *a beleza reencontrada no arquitetado, a beleza viva da sustentabilidade, a beleza diligente da qualidade.*

Deste modo, a UC ergue-se como arquétipo de um ideal em que tudo o que é, *in veritate*, sustentável, carregado de significado e eterno na memória, *inda* permanece belo.

* Vice-Reitora para o Planejamento, a Sustentabilidade e a Qualidade, Universidade de Coimbra

A BELEZA de uma UNIVERSIDADE ABERTA ao MUNDO

JOÃO NUNO CALVÃO DA SILVA *

(...)
a universidade
afirma-se
plenamente
quando dialoga
com o mundo e
quando mantém
vivos os laços
com aqueles que
a construíram
ao longo do
tempo. (...)

Enquanto Vice-Reitor da Universidade de Coimbra (UC) com o pelouro das Relações Externas e *Alumni*, tenho procurado orientar a minha ação a partir de uma convicção profunda: a Universidade afirma-se plenamente quando dialoga com o mundo e quando mantém vivos os laços com aqueles que a construíram ao longo do tempo. A UC é, por natureza, uma instituição aberta, profundamente enraizada na sua história, mas projetada para o futuro, e é nesse equilíbrio que se inscreve o nosso trabalho.

No plano das Relações Externas, a prioridade tem sido reforçar e qualificar a presença da UC nos contextos nacional e internacional (em especial, no mundo da língua portuguesa). A consolidação de parcerias estratégicas com outras universidades, centros de investigação, organizações inter-

nacionais, entidades públicas e privadas tem permitido aprofundar a cooperação científica, académica e cultural, criar novas oportunidades para estudantes e investigadores e ampliar o impacto do conhecimento produzido na Universidade.

Estas relações não se esgotam em protocolos formais: traduzem-se em projetos conjuntos, diplomacia científica e intercâmbio académico. Impõe-se aqui destacar o resultado histórico na mobilidade de estudantes (*outgoing* e *incoming*), a confirmar a excelência da Divisão de Relações Internacionais e a atratividade internacional da nossa Universidade.

Outro dos eixos fundamentais deste pelouro é a relação com os Antigos Estudantes, um dos mais valiosos patrimónios da Universidade, testemunho vivo da sua relevância e do seu impacto



Fotografia: Tiago Cerveira



na sociedade. Nos nossos mandatos, procurámos reforçar os canais de comunicação e envolvimento com a comunidade *alumni*, em Portugal e no estrangeiro, promovendo iniciativas de proximidade, reconhecimento e participação. O lançamento das Associações *Alumni* na Bélgica e, mais recentemente, em Espanha, pelo seu ineditismo, deve ser realçado.

A ação desenvolvida tem sido marcada por uma forte articulação interna, envolvendo Unidades Orgânicas, Serviços e órgãos de governação, numa lógica de cooperação transversal. Só assim é possível assegurar uma representação externa coerente e alinhada com os valores, a missão e a identidade da Universidade. A comunicação institucional e a presença pública da UC têm sido encaradas como instrumentos estratégicos, ao serviço da sua missão académica e do seu compromisso com a sociedade.

Olhando para o futuro, importa continuar a investir em relações sustentáveis, diversificadas e mutuamente benéficas, capazes de reforçar a projeção internacional da UC sem perder de vista a sua vocação pública. Num mundo em constante transformação, a Universidade deve afirmar-se como espaço de conhecimento, diálogo e responsabilidade social. É com esse propósito que procuro exercer este mandato: contribuindo para uma UC cada vez mais aberta ao mundo e cada vez mais próxima da sua comunidade.

* Vice-Reitor para as
Relações Externas e *Alumni*,
Universidade de Coimbra



A BELEZA DO saber

CRISTINA ALBUQUERQUE *

A beleza do
saber funda,
pois, a raiz mais
profunda e mais
significativa da
universidade.

O saber não é produto de acumulação de informações, de dados ou de referências genéricas e acriticamente combinadas. É, sobretudo, experiência com sentido, compreensão com plenitude e com abertura ao mundo, integrando-o com todos os matizes que comporta e com o olhar que estimula a conhecer sempre mais e melhor.

Como pilar de desenvolvimento pessoal e social, o saber comporta uma dimensão cognitiva, que em muito ultrapassa o mero conhecimento técnico, e que se combina com dimensões éticas e estéticas associadas à humanização, ao respeito pelo outro e pela natureza, à capacidade de criar, à sensibilidade do que se encontra além do óbvio e à compreensão da integralidade, que reorganiza a relação com o mundo e favorece a autonomia crítica, a curiosidade, a memória, a auto-transformação e a inspiração.

A beleza do saber permite reinventar histórias pessoais e

sociais, questionando determinismos e percursos (im)prováveis, e gerando uma maior e mais fundamentada consciencialização das contradições sociais, dos diferentes significados das narrativas sociopolíticas, da capacidade de emancipação e intervenção cívica, do poder e importância da ciência para um desenvolvimento mais consciente e cooperativo e para uma cidadania efetivamente compreendida e vivida. O saber é, e sempre será, o maior e mais importante diferenciador na transformação de destinos em histórias.

A beleza do saber funda, pois, a raiz mais profunda e mais significativa da universidade. Torna-se, não só a origem e o sustento, mas também, o ponto de chegada e o impulso para um novo ciclo de aprendizagens contínuas e de transições paradigmáticas no contexto científico.

Para que tal desígnio se consubstancie é, porém, necessário que a universidade mantenha o

espanto sobre o mundo que muda e assuma que, com ele, mudam as características dos estudantes, as necessidades da sociedade e as condições operacionais para a afirmação e construção do conhecimento científico como âncora de progresso e de democracia, entendida não como dado adquirido, mas como construção permanente, exigente e consciente.

A Universidade de Coimbra (UC) tem sabido, ao longo de mais de sete séculos, manter e renovar esta atenção cuidada e cuidadosa, sem perder o foco do bem maior: a exigência de um saber que se quer robusto e perene.

Assume, por isso, a reflexão sobre a sua própria missão e os desafios do ensino superior contemporâneo como parte integrante da sua identidade. Uma sabedoria institucional que se traduz na capacidade de interpretar contextos globais e imprevisíveis, dialogar com o mercado de trabalho sem abdicar da sua função crítica, e renovar, de forma sistemática e refletida, práticas de ensino e de organização académica.

Sob tais pressupostos, a área académica e de ensino tem vindo, na verdade, a estruturar o debate e um conjunto de iniciativas em torno da inovação pedagógica, com a criação do centro de inovação pedagógica INOV3P (financiado com investimento PRR Mais Digital), com o incremento da formação de professores através da recém-criada Academia de Formação de Professores e a promoção do primeiro curso na UC de preparação para a docência no ensino superior na área da Inteligência Artificial (IA) Generativa aplicada ao ensino e avaliação, e com a criação (em curso) de centros associados à IA, à computação quântica e à cibersegurança. Tudo isto com o objetivo de potenciar a inovação e a adequação das aprendizagens aos desafios das sociedades atuais, transformando o projeto educativo da UC, atualizando-o e tornando-o experiência de criação.

Do mesmo modo, a constituição recente de estruturas como o Centro de Bem-Estar e o Ponto UC, integrados no Student Hub, centra-se no pressuposto de que a atratividade e o sucesso educacio-

nal passam também por cuidar da qualidade de vida, da saúde mental e dos percursos de cada estudante. Estes espaços articulam acolhimento, orientação, literacia cívica e política, autocuidado e prescrição social, contribuindo para reduzir o abandono, reforçar a confiança e a autonomia dos estudantes, e o bem-estar e coesão de toda a comunidade UC.

A beleza do saber legitima assim modos plurais de conhecer, sustenta o desejo de continuar a aprender ao longo da vida e produz sujeitos capazes de conjugar rigor científico, sensibilidade estética e responsabilidade social.

Ao investir simultaneamente na excelência científica, na inovação pedagógica, na atratividade, na capacitação contínua e no bem-estar estudantil, a UC renova a sua vocação de espaço onde é bom estudar, trabalhar, estar e ser, honrando a sua história e cultivando compromisso e sabedoria partilhada.

* Vice-Reitora para o Ensino e a Atratividade, Universidade de Coimbra

PATRIMÓNIO da Universidade DE COIMBRA — Paço das ESCOLAS

ALFREDO DIAS *

A instalação definitiva da Universidade em Coimbra(UC), em 1537, e a posterior ocupação do Paço Real, em 1544, marcaram o início de um novo capítulo na longa história deste conjunto monumental, cuja origem, ainda hoje visível no seu traço, recua aos séculos X/XI enquanto fortificação muçulmana.

Durante os reinados de D. Manuel I e D. João III, a antiga morada régia foi alvo de uma ambiciosa reforma. Deste período, sobretudo no reinado do primeiro monarca, sabemos, muito a partir do auto de medição dos trabalhos executados pelo mestre Marcos Pires, dos aposentos dos infantes, no lanço nascente do Paço Real; do Rei, a norte, onde também estava a Sala do Trono (atual Sala Grande dos Atos ou Sala dos Capelos); da Rainha, a poente, de que são testemunho os vestígios arqueológicos recentemente identificados, como um vão de estilo manuelino de elevado valor artístico e patrimonial. Nesta reforma incluía-se, ainda, a profunda remodelação da Capela de S. Miguel (ALARCÃO, 2022: 236-239).

A aquisição do Paço Real pela Universidade, em 1597, deu início a um novo ciclo construtivo, que definiu, em grande medida, muita da fisionomia que este conjunto



monumental ainda hoje conserva. Como obras de vulto conta-se a edificação da Porta Férrea, em 1634, substituindo a anterior porta tardo-medieval; a reformulação da antiga Sala do Trono, entre 1654-1656, reforçando a centralidade deste espaço na história e identidade da Universidade (CRISÓSTOMO, 1998: 40-48); e a construção dos Gerais, entre 1694-1702.

Da centúria setecentista, registo para a construção da Biblioteca Joanina, entre 1717-1728, obra-prima do estilo barroco em Portugal e, resultante disso, das Escadas de Minerva, em 1724. Ainda na primeira metade deste século, teve lugar a construção de uma nova Torre da Universidade, entre 1728-1733. Desta época data também a Reforma Pombalina, que, no que respeita ao Paço, trouxe novas transformações, entre as quais a reformulação dos Gerais, a abertura da Via Latina e a execução de um extenso programa de remodelação dos espaços interiores.

Do século XIX, nota para a integração do Colégio de S. Pedro no património da UC. Do século seguinte, o mais marcante foram as várias intervenções nos edifícios do Paço das Escolas promovidas pela Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), com implicações significativas para o património.

Na senda do caminho trilhado, a UC tem vindo a desenvolver e a concretizar um vasto programa de reabilitação e conservação do seu património edificado, onde se destaca o conjunto monumental do Paço das Escolas, com vista à sua salvaguarda e digna valorização. Este programa assenta nos princípios de rever-

sibilidade e intervenção mínima, garantindo, assim, a integridade e autenticidade do Bem Universidade de Coimbra, Alta e Sofia — valores fundamentais no reconhecimento do seu excecional valor patrimonial.

Em rigor, esta iniciativa teve início ainda antes da inscrição do Bem na Lista do Património Mundial da UNESCO, em 2013, como o demonstram, por exemplo, as intervenções realizadas no Pátio, na Torre da Universidade ou nas Escadas de Minerva. Porém, a maioria das obras começaram em 2015, evidência da atenção constante e do compromisso da UC para com a salvaguarda do seu património.

A intervenção mais recente, iniciada em 2024 e ainda em curso, decorre nos Gerais (Faculdade de Direito da UC). Centrada na conservação da cobertura e das fachadas, visa corrigir as patologias e dissonâncias identificadas — como a fratura de telhas, fissuras, degradação das caixilharias em madeira, colonização microbiológica, etc. — que estão na origem dos problemas que afetam este edifício. Em paralelo, estão a ser executados trabalhos preparatórios para a substituição do sistema de aquecimento, ventilação e ar condicionado (AVAC), em empreitada futura, com o objetivo de melhorar o desempenho energético e o conforto térmico deste edifício. O princípio de sustentabilidade estende-se, aliás, a todo o conjunto edificado do Paço das Escolas.

Obras de natureza semelhante foram concluídas na Biblioteca Joanina, em 2024, cuja fachada principal já havia sido reabilitada (2017); no Palácio Real e na Sala dos Capelos, em 2023, o que incluiu

o reforço estrutural da cobertura; no Colégio de S. Pedro, em 2021 e 2023, o que permitiu melhorar as condições de acessibilidade e promover a fruição inclusiva deste espaço; nos portais e grupos escultóricos, em 2018; no cubelo nascente do Paço, em 2015; e na Capela de S. Miguel, em 2015.

Concluídas as intervenções no património edificado, o programa prossegue agora com ações no património integrado, garantindo a conservação e valorização do património no seu todo. Neste âmbito, indica-se a obra na Sala das Armas, Sala Amarela e Sala Azul, concluída em 2024, e as obras na Sala dos Capelos e nas salas da Reitoria, atualmente em elaboração.

Esta estratégia de médio e longo prazo é essencial para garantir a salvaguarda e conservação deste Património, assegurando as condições necessárias para que possa continuar a desempenhar a sua função de ser universidade, numa universidade Património da Humanidade.

* Vice-Reitor para o
Património, Edificado e Turismo,
Universidade de Coimbra

Bibliografia:

- Alarcão, Jorge de (2022) — *Coimbra, o Ressurgimento da Cidade em 1537*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra
- Crisóstomo, João Miguel Lameiras (1998) — «O Tecto da Sala dos Capelos» in *Monumentos*, n.º 8 /Março 1998, Lisboa: Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, pp. 40- 47.



A BELEZA que a UNIVERSIDADE DECIDE por Em movimento

FILIPA GODINHO *

Há eventos que não se medem pelo aplauso da plateia, mas pela vibração silenciosa das pertenças que criam.

A Universidade de Coimbra (UC) é, por vocação, um lugar onde a beleza significa mais do que contemplação: é construção, propósito, gesto coletivo que molda quotidianos e transforma pessoas. No desporto, essa beleza raramente é monumental no sentido estático do termo — é dinâmica, conquistada todos os dias na soma das oportunidades que a instituição cria e sustenta.

Em 2025, celebrámos mais um ciclo singular, confirmando que o acesso à prática desportiva é uma expressão ética de beleza: a de abrir portas, unir geografias e integrar comunidades diversas num mesmo projeto.

Ao acolher o Europeu Universitário de Ténis e Padel, a UC reafirmou o seu lugar no espaço desportivo europeu, mas a verdadeira nota de beleza esteve no que escapou à solenidade da competição: na convivência entre 178 atletas-estudantes de 13 países, nos

diálogos trocados entre jogos, na linguagem universal que um ponto bem disputado ou um aplauso sentido dispensam de tradução.

E a beleza também é projeção. Em 2026, com o Mundial Universitário de Desportos de Praia no *campus* da UC, na Figueira da Foz, estender-se-á o nosso campo simbólico à paisagem atlântica, imprimindo ao desporto universitário uma moldura natural, aberta e global. Será mais um capítulo desta narrativa: do *campus* para o mundo, da diversidade para o encontro, do movimento humano para a beleza integral e não-excludente.

Mas esta marca ativa no desporto é vivida diariamente na UC. São já sete mil as pessoas que participam nas atividades desportivas da universidade, das quais cerca de quatro mil competem naquela que é, talvez, a expressão mais bela da nossa comunidade em movimento: os Jogos da Universidade de Coimbra (JUC).

Jogos Universidade de Coimbra: quando a beleza se faz comunidade

Há eventos que não se medem pelo aplauso da plateia, mas pela vibração silenciosa das pertenças que criam. Os JUC pertencem a essa família rara. Começaram com a simplicidade quase insurgente de uma liga feita por e para estudantes — a Liga Académica —, o primeiro capítulo, o ensaio fundacional, a pedra inaugural de um desporto que queria, antes de tudo, ser espaço de encontro.

Mas a UC, sábia na tradição e inquieta no futuro, cedo percebeu que a beleza do desporto é maior quando se multiplica nas pessoas que se reconhecem umas nas outras. E, por isso, a competição teve o seu natural desenvolvimento: a Liga Minerva, que abraça docentes, técnicos e investigadores; e a Liga 2 I's, que trouxe para o jogo quem ajuda a UC a pensar o futuro fora dela — empresas de inovação e investigação, parceiros que partilham a mesma ambição de descoberta, agora também unidos pela alegria desportiva.

A evolução fez-se menos como expansão e mais como reunião de mundos que, separados, eram já belos, mas isolados. A Liga Inter-Residências, que já existia, mas à margem do evento, integrou-se no grande palco dos Jogos, dando corpo e voz a quem vive a universidade em regime de proximidade e partilha diária.

Depois, a UC estendeu o convite aos que continuam a carregar Coimbra no corpo, mesmo quando já não a habitam: os *Alumni*, anti-

gos estudantes que regressam anualmente para reencontrar os amigos, o *campus* e a memória física do que aqui foram.

E como toda a beleza que importa é intergeracional, os Jogos continuaram a reconhecer novas margens de pertença. Surgiu a Liga Internacional, feita para estudantes que chegam de longe e encontram na bola que rola uma língua que nenhum sotaque trai. Juntaram-se também os estudantes pré-universitários, os mais jovens que um dia ocuparão esta narrativa académica, agora envolvidos numa competição que lhes oferece chão comum. A UC acrescentou ainda a Liga Pré-Universitária e, com ela, a clareza de que inclusão pode ser também antecipação do futuro.

A competição decorre em ambos os géneros e integra modalidades mistas, porque a beleza do desporto é também a do gesto que recusa fronteiras. Em cada edição reúnem-se cerca de dez modalidades — futsal, voleibol, andebol, ténis, padel e muitas outras — tão diversas como a comunidade que as joga. E mesmo quando a tensão do jogo aperta, há uma estética invisível que tudo sustenta: o respeito, a organização, a igualdade de oportunidade, e aquilo que não se ensina, mas se transmite — *fair-play*, integridade, espírito de equipa.

Os JUC são, também, valores em ação. Embora ganhar seja importante, jogar com respeito é essencial. O objetivo desta competição passa, desde sempre, por incentivar um ambiente saudável e inspirador, onde o exemplo de cada um possa inspirar o melhor dos outros.

A maior parte destes encontros decorre nas instalações do Estádio Universitário de Coimbra, esse património académico que não existe para ser admirado, mas usado. A sua beleza não está apenas na memória que carrega, mas na responsabilidade que assume: responder, diariamente, às necessidades da comunidade que serve.

Porque as infraestruturas também contam uma história, está para breve a expansão das áreas de prática desportiva com o novo Complexo de Padel no Polo II. É arquitetura ao serviço do bem-estar, da integração e do movimento.

Não precisamos de sublinhar demasiado os números para os tornar belos. Eles são belos porque traduzem o que nenhuma estatística explica por inteiro: crescimento que é compromisso, participação que é integração, comunidades dentro da comunidade a reconhecerem-se através do desporto.

A beleza que acontece nas pessoas

Os JUC reúnem, hoje, gerações que se cruzam num mesmo gesto: participar. Pertencer. Não excluir. É ali — no *court*, no campo e, para o ano, na areia do Atlântico — que a beleza se faz verdadeiramente UC: ativa, partilhada, contínua.

No final, os Jogos não são apenas um evento anual. São a beleza da história da UC a acontecer nas e através das pessoas.

* Pró-Reitora para o Desporto,
Universidade de Coimbra

A Beleza que inclui

ESTÉTICAS DA DIVERSIDADE
NO ENSINO SUPERIOR

PAULO PEIXOTO *

A beleza da
inclusão não é
a do espelho,
mas a da janela.
Não é o reflexo
de si mesmo,
mas a abertura
para o mundo.

Há uma beleza que não se vê logo. Uma beleza que não cabe nas vitrines da perfeição, nas prateleiras da mais bela das bibliotecas, nem nas métricas da produtividade acadêmica. É a beleza que nasce quando as diferenças convivem, quando o pensamento se alarga para acolher o outro — o que vem de longe, o que fala com sotaque, o que lê o mundo de um ângulo inesperado. Essa é a beleza que a universidade precisa de aprender a reconhecer e a cultivar.

Durante séculos, o ensino superior cultivou uma estética da homogeneidade: a ideia de que o belo, o verdadeiro e o bom coincidiam num mesmo modelo de saber, de corpo e de voz. Branco, ocidental e masculino. As universidades nasceram como templos da razão — e, como muitos tem-

plos, guardavam portões altos, invisíveis e intransponíveis. A uniformidade era sinónimo de rigor; a diferença, uma ameaça à ordem do conhecimento. Mas o conhecimento, sabemos hoje, é uma força inquieta; uma força que acicata: cresce quando é contrariado, ilumina-se quando é contaminado pelo imprevisível. E o imprevisível é o outro e o estranhamento.

Há, portanto, uma mudança silenciosa e urgente em curso: a passagem de uma estética da exclusão para uma estética da convivência. A beleza já não está apenas na simetria das ideias, mas na harmonia possível entre vozes dissonantes.

Incluir não é apenas permitir a entrada; é permitir a expressão. E essa permissão — ética, política e estética — redefine o que entendemos por beleza.

Num *campus* verdadeiramente inclusivo, a beleza não está nas fachadas históricas nem nas marcas de prestígio, mas na pluralidade das presenças: no estudante que traduz o mundo em língua gestual, na investigadora que reivindica uma ciência sem fronteiras de gênero, no professor que reconhece a sabedoria do silêncio tanto quanto a do discurso.

Cada um amplia a paisagem estética da universidade. Cada diferença é uma cor acrescentada ao quadro comum do saber.

Falar de inclusão é, pois, falar de estética, porque o modo como olhamos o outro determina o que consideramos belo. A diversidade desafia o olhar, desloca o centro, obriga-nos a repensar proporções. E é nesse deslocamento — por vezes desconfortável — que o pensamento se torna mais vivo. Não há aprendizagem sem espanto, nem espanto sem alteridade.

A beleza da inclusão não é a do espelho, mas a da janela. Não é o reflexo de si mesmo, mas a abertura para o mundo. Como escreveu Georg Simmel, o ser humano é aquele que «separa e liga ao mesmo tempo», aquele que constrói pontes e abre portas para transformar a distância em encontro. A inclusão é precisamente esse gesto: o de manter a porta aberta ao que é diferente e o de lançar pontes sobre o que nos separa. Só assim a universidade se torna verdadeiramente bela — quando o olhar não se detém na superfície do idêntico, mas atravessa a moldura da janela e reconhece, do outro lado, uma

paisagem comum feita de múltiplas margens. Uma universidade bela é aquela em que se ouvem múltiplas linguagens, em que o corpo e o saber deixam de ser territórios normativos e passam a ser campos de experimentação. É aquela em que a deficiência não é deficiência, mas diferença; em que o sotaque não é ruído, mas ritmo; em que a origem não é limite, mas ponto de partida.

Há, no gesto de incluir, uma estética da ternura — um modo de ver o outro sem o reduzir, de escutar sem traduzir tudo, de ensinar aprendendo com a diferença. A ternura é talvez a forma mais sofisticada da beleza contemporânea. É ela que transforma a universidade em comunidade.

O ensino superior, quando se pensa como espaço de diversidade, deixa de ser apenas produtor de conhecimento: torna-se produtor de sentido.

Cada projeto, cada investigação, cada aula, cada interação nas ruas da cidade, torna-se um laboratório de convivência. A beleza surge então como critério ético — não o belo do acabamento, mas o belo da relação. O belo que acolhe, que expande, que desarruma para depois reorganizar.

E talvez seja esse o verdadeiro papel da universidade: não o de reproduzir formas perfeitas, mas o de criar lugares imperfeitos onde o pensamento se mistura, onde o saber respira, onde o humano se reconhece múltiplo.

Porque só uma instituição que reconhece a beleza do diverso é capaz de formar pessoas verda-

deiramente livres — livres para ver, para sentir e para compreender o mundo em todas as suas cores.

A beleza que inclui não é uma utopia estética; é uma prática quotidiana. Está no gesto de *traduzir* um texto para que todos compreendam, no esforço de desenhar rampas e currículos que não excluam, na paciência de ouvir uma história que demora mais tempo a ser contada. Está, sobretudo, na consciência de que o conhecimento só é pleno quando é partilhado — quando deixa de ser privilégio e se torna linguagem comum.

A universidade do futuro — bela porque plural — será aquela que souber converter a diversidade em método, a empatia em instrumento e a diferença em critério de excelência. Uma universidade onde o brilho não venha apenas do que se publica, mas também do que se partilha; onde a inteligência se meça não pela competição, mas pela capacidade de gerar vínculos.

Porque o belo, afinal, é o que nos aproxima. E nada é mais belo do que aprender juntos, reconhecendo no outro o reflexo daquilo que ainda não sabemos ser, assim como o poder dessa força para nos tornar *maiores* do que aquilo que éramos antes.

* Pró-Reitor para a Inovação Pedagógica, Universidade de Coimbra

O VALOR das UNIDADES DE empreendedorismo NAS Instituições de ENSINO Superior

COMO AS UNIDADES DE EMPREENDEDORISMO
TRANSFORMAM CIÊNCIA EM IMPACTO

GABRIELA FERNANDES *

A universidade
do século XXI
não pode ser
uma torre de
marfim, fechada
sobre si mesma
e indiferente
ao mundo que
a rodeia.

A ideia de que as universidades devem contribuir ativamente para o desenvolvimento económico e social dos territórios onde se inserem não é nova. Ao longo da história, as grandes universidades europeias sempre mantiveram relações estreitas com os poderes políticos, as comunidades religiosas, e as atividades profissionais e produtivas das suas regiões. O que mudou nas últimas décadas foi a formalização e institucionalização dessa relação, traduzida em conceitos como a «terceira missão» ou «universidade empreendedora».

A Universidade de Coimbra (UC) tem investido fortemente neste domínio, demonstrando a sua aposta na consolidação enquanto universidade empreendedora, capaz de gerar impacto socioeconómico por via da transferência de conhecimento e da criação de novas iniciativas empresariais. Esta visão mate-

rializou-se em estruturas como o Student Hub, que tem como uma das suas principais áreas de atuação a capacitação dos estudantes para o empreendedorismo, e a UC Business, dedicada à valorização do conhecimento e da tecnologia.

Uma investigação recente, desenvolvida no âmbito de um doutoramento da UC e da rede de empreendedorismo das instituições de ensino superior — MetaRedX Portugal, liderada pela UC —, sistematizou os grupos de *stakeholders* que interagem com estas unidades de empreendedorismo, bem como os valores ou benefícios que delas recebem. Os resultados são reveladores: foram identificados 12 grupos de beneficiários e 60 valores específicos. Longe de se destinarem apenas a estudantes e investigadores empreendedores, estas estruturas geram valor para um ecossistema diversificado de atores, internos e externos à instituição.



Os designados *stakeholders* primários são aqueles que desempenham um papel direto e ativo na promoção das atividades empreendedoras: a liderança e governação da instituição, os gabinetes, divisões ou serviços de apoio (como os de transferência de tecnologia e empregabilidade), os centros de investigação e os docentes e investigadores, os estudantes, e as próprias *spin-offs* académicas. Os *stakeholders* secundários, por seu lado, são entidades externas que apoiam, financiam ou beneficiam das atividades empreendedoras: investidores, incubadoras e parques de ciência e tecnologia, empreendedores externos, organizações privadas (com e sem fins lucrativos), *alumni*, governo central e local, e a própria sociedade civil.

Para os estudantes, as unidades de empreendedorismo são escolas de competências empreendedoras e mentalidade inovadora — ensinam a pensar criativamente, a assumir riscos calculados e a comunicar ideias de forma convincente. Para os docentes e investigadores, oferecem diferentes caminhos para valorizar o conhecimento e tecnologia produzidos, acesso ao mercado e financiamento competitivo, contribuindo ainda para a sua progressão de carreira. Para as *spin-offs* académicas funcionam como berçários institucionais, facultando acesso a laboratórios, mentores e redes de parceiros.

Mas o impacto das unidades de empreendedorismo estende-se para fora dos *campi*: para investidores, incubadoras e parques de ciência e tecnologia, representam portas de entrada privilegia-

das para projetos de base científica com elevado potencial, empresas acedem a talento qualificado e tecnologias transferíveis, autarquias encontram parceiros para o desenvolvimento regional e formação de técnicos, *alumni* mantêm ligação ativa com a sua *alma mater* através de programas de mentoria e investimento, e a própria sociedade civil é desafiada a participar em processos de co-criação de soluções para problemas reais. As unidades de empreendedorismo são, assim, catalisadores de transformação — não apenas académica, mas territorial e social.

Para a liderança e governação das instituições de ensino superior, as unidades de empreendedorismo são instrumentos estratégicos de cumprimento da «terceira missão», de aumento da visibilidade e reputação institucional, de atração de novas fontes de financiamento e de implementação de políticas académicas orientadas para a inovação. São também indutoras de transformação organizacional, ajudando as universidades a tornarem-se instituições genuinamente empreendedoras — algo que a UC tem procurado concretizar através de medidas como o novo Regulamento de *Spin-offs* (Consulte o Regulamento n.º 278/2024 | DR) ou o Perfil de Transferência do Conhecimento, que permite aos docentes interessados em dedicarem-se mais intensamente a esta vertente, solicitar uma redução significativa na carga letiva (Consulte o Despacho n.º 12300/2022 | DR). Existem ainda muitas outras iniciativas que a UC promove e que importa

destacar, nomeadamente as novas unidades curriculares de ensino ao empreendedorismo, transversais a todas as licenciaturas e mestrados da UC — *Empreendedorismo: transformar ideias em negócios* (2.º ciclo) e *Empreendedorismo: desenvolver ideias de negócio inovadoras* (1.º ciclo); o Programa de Mentoria que apoia o arranque de *spin-offs* UC em estreita articulação com o Instituto Pedro Nunes — reconhecido internacionalmente como uma das melhores incubadoras académicas do mundo; bem como o Arrisca C, os Innovation Days, o Acelera@UC, o Empreende UC e o Startup Capital Summit, que evidenciam o interesse e a dedicação crescentes pelo empreendedorismo académico e pelo potencial transformador destas estruturas de apoio à inovação.

A universidade do século XXI não pode ser uma torre de marfim, fechada sobre si mesma e indiferente ao mundo que a rodeia. Tem de ser uma instituição aberta, conectada, verdadeiramente comprometida com os grandes desafios do nosso tempo — das alterações climáticas à transição digital, do envelhecimento demográfico às desigualdades sociais. As unidades de empreendedorismo são as portas pelas quais o conhecimento sai para o mundo — e o mundo entra na universidade. É assim que a «terceira missão» começa a ser reconhecida como tão relevante quanto o ensino e a investigação.

* Pró-Reitora para
o Empreendedorismo,
Universidade de Coimbra



OFICINA
DOS
SABERES

RETROVISOR

Fotografia: João Duarte

RETROVISOR _ RL#60 | **43**



ascida de uma parceria entre a Tuna Académica da Universidade de Coimbra (TAUC) e a Reitoria da Universidade de Coimbra (UC), assinada a 15 de junho de 2016, a Orquestra Académica da Universidade de Coimbra (OAUC) prepara-se este ano para celebrar o seu décimo aniversário.

Criada como um espaço para o desenvolvimento da prática de repertório sinfónico, a OAUC constitui-se como um corpo musical que congrega atuais, antigos e futuros estudantes, estando também aberta à participação de docentes e

não-docentes da nossa universidade. O objetivo principal é criar as condições para que qualquer membro desta comunidade académica alargada que possua os conhecimentos técnicos e artísticos associados à prática de um instrumento musical possa continuar a fazer uso desses conhecimentos, mantendo-se artística e culturalmente ativo no seio da Academia.

A OAUC não nasce de um vazio, é antes uma expansão da atividade centenária da TAUC. Tão-pouco é a primeira experiência dentro da Academia de um agru-

ANDRÉ GRANJO *

A ORQUESTRA ACADÉMICA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA E OS SEUS (QUASE) DEZ ANOS DE VIDA



pamento orquestral mais vocacionado para a prática da música dita clássica ou erudita. Em artigo anterior na *Rua Larga* (n.º 48), abordei um pouco do que foi este percurso até 2016.

Aqui chegados, nas vésperas de celebrar dez anos de existência, proponho um exercício de retrospectiva, centrado no que tem sido a prática de repertório da OAUC, a atividade de investigação e edição de repertório orquestral que temos promovido, como tem sido recebida a OAUC pela academia e pela cidade, qual a dimensão da participação de

instrumentistas ao longo do tempo, que concertos e outras atividades têm sido desenvolvidas. A finalizar, apresentarei algumas das ideias do que temos ainda que trabalhar e os desafios mais imediatos.

Quem acompanha o trabalho da OAUC já se apercebeu, certamente, da aposta que fazemos na música sinfónica de compositores portugueses. Esta é, primeiramente, o resultado da minha preferência pessoal e artística enquanto responsável da orquestra, preferência esta que não nasce, de todo, de um qualquer ímpeto nacionalista.

Esta aposta nasce, por um lado, de uma convicção artística e cultural que sempre assumi: existe muito boa música escrita para orquestra no nosso país e, infelizmente, é muito pouco divulgada. Por outro lado, há uma razão muito pragmática que ajuda a sustentar ainda mais esta aposta: a OAUC não é uma orquestra profissional, é uma orquestra muito amadora, cuja capacidade técnica oscila consoante a disponibilidade de instrumentistas para cada um dos seus concertos. Por esta razão, ao apostar na música portuguesa, menos conhecida, esquivamo-nos

de forma airosa a comparações fáceis, mas injustas, internas e externas, a que estaríamos expostos se executássemos o repertório sinfónico mais tradicional. Como já disse, por duas vezes, em tom de brincadeira: «Procuramos tocar o repertório que a nossa orquestra rival, que é naturalmente a Filarmónica de Berlim, não interpreta regularmente». A escolha de um programa para um concerto da OAUC é, então, um exercício de equilíbrio entre a vontade de tocar obras de que gostamos, ou que queremos dar a conhecer, e as capacidades técnicas e artísticas da orquestra. Apostar em tocar repertório apenas porque achamos interessante, ou porque ouvimos num disco e gostamos, levar-nos-ia facilmente a realizar concertos de menor qualidade musical e diminuiria, por certo, a relevância cultural que uma orquestra amadora como esta pode ter.

Em momentos de retrospectiva, é comum fazer-se uma espécie de contabilidade que permita perceber o caminho que estamos a traçar e ajustar as expectativas.

Desde o concerto de estreia, no dia 18 de setembro de 2016, a OAUC realizou 26 concertos. No total apresentaram-se em palco cerca de 1400 músicos e, fazendo um pequeno e rude exercício de estatística, podemos afirmar que, em média, cada elemento da orquestra fez entre três e quatro concertos, uma vez que foi possível identificar cerca de 400 inscrições discretas.

No que diz respeito à prática de repertório, a OAUC interpretou 94 obras, 46 das quais escritas por compositores portugueses. Realizou três encomendas:

- *Universis* – Cantata para a Celebração do 730.º Aniversário da UC, de Luís Cardoso;
- *O Lado Oculto da Lua*, de David Miguel;
- Trabalho de criação de versão orquestral do bailado *Au Temps Poudré*, de Francisco de Lacerda, encomendado ao compositor João Malha.

Além das encomendas, a nossa atividade tem passado também pela promoção da pesquisa e edição crítica de repertório que se encontrava esquecido ou apenas em suporte manuscrito. São exemplo deste trabalho:

- *Les Morts* – Francisco de Lacerda (1868-1934);
- *Moirá Encantada* – Francisco de Lacerda (1868-1934);
- *Terramoto de Lisboa* – Armando José Fernandes (1906-1983);
- *Rondó Académico* – António de Xavier Monteiro (1829-1906);
- *Estrela d'Alva* – António de Xavier Monteiro (1829-1906);
- *Saudade, Prelúdio Sinfónico* – David de Souza (1880-1918);
- *Wiegenlied* – David de Sousa (1880-1918);
- *Tríptico Coral Sinfónico sobre poemas de A Mensagem* – Joly Braga Santos (1924-1988);
- *Contemplo o Lago Mudo* – Joly Braga Santos (1924-1988);

- *Que Dias Tam Mal Gastados* – Joly Braga Santos (1924-1988);
- *Três Sonetos de Camões* – Joly Braga Santos (1924-1988);
- *Cantata Babel e Sião* – Joly Braga Santos (1924-1988).

Resultado natural deste trabalho de recuperação de repertório, e das encomendas, a OAUC realizou a estreia absoluta de oito obras de compositores portugueses, a que acresce a estreia europeia de três obras de compositores norte-americanos.

Tem havido, também, uma preocupação de criar a oportunidade aos elementos da orquestra de trabalharem com profissionais de reconhecido mérito artístico como forma de motivar e potenciar o seu trabalho. Nesse sentido, a orquestra atuou sob a direção dos maestros convidados Tiago Oliveira, Jan Wierzbka e Diogo Costa, e pôde ainda contar com a enriquecedora prestação de solistas profissionais. Os que conosco colaboraram têm comum o facto de, em algum momento da sua carreira, terem estado ligados à UC ou a agrupamentos musicais da Academia:

- Luís Granjo (trompete);
- João Pereira Coutinho (Flauta);
- Carla Caramujo (Soprano);
- Susana Milena (Soprano);
- Raquel Reis (Violoncelo);
- Susana Bento (Soprano);
- Nuno Mendes (Baixo).

Ainda no âmbito das parcerias, não podemos deixar de mencionar e agradecer a colaboração empenhada dos nossos colegas do Orfeon Académico de Coimbra



e do Coro Misto da UC, que enriqueceram enormemente vários dos nossos concertos.

Um dos momentos relevantes da nossa atividade nestes dez anos de vida foi a participação no festival europeu de orquestras académicas que decorreu em julho de 2022, na cidade francesa de Toulouse, e em que o nosso concerto despertou grande curiosidade por termos optado por interpretar apenas repertório português, desconhecido para todo o numeroso público que acorreu ao nosso concerto.

Abordando um pouco a questão do público, podemos afirmar que o nosso trabalho tem sido apreciado e valorizado, uma vez que temos conseguido uma afluência generosa e consistente nos nossos concertos. Não podemos deixar de registar que apenas em duas ou três ocasiões pudemos contar com uma plateia verdadeiramente cheia no Teatro Académico de Gil Vicente, espaço onde ocor-

reram quase todos os nossos concertos. Este é, sem dúvida, um dos desafios que temos pela frente: conseguir atrair mais público e, sobretudo, mais jovem. Precisamos de ser mais eficazes na divulgação do nosso trabalho junto da comunidade estudantil e até da comunidade docente. Não querendo fazer qualquer tipo de julgamento ou de crítica, enquanto docente do ensino superior que também sou, entristece-me notar que a esmagadora maioria dos colegas não tenham ainda tido o prazer de apreciar o trabalho que os seus alunos realizam fora do estrito cumprimento dos seus deveres curriculares — esta nota estende-se não só à OAUC como a todos os organismos culturais da nossa academia. É um convite (de forma alguma, um juízo)!

Por fim, ao completar dez anos de vida, a OAUC tem pela frente um grande desafio, uma vez que tem a seu cargo a organização do

Festival Europeu de Orquestras Académicas (ESOF 2026), entre 26 e 29 de março. Fruto da experiência vivida em Toulouse, em 2022, nasceu a vontade de trazer este evento artístico até à nossa cidade, recebendo cinco orquestras congêneres do espaço europeu. É o maior desafio organizativo que a OAUC teve até hoje e um dos maiores desafios também para a TAUC, enquanto nossa «patrona».

Termino com uma aclaração em jeito de agradecimento: quem fez e faz a gestão prática, executiva, de tudo quanto descrevi acima são jovens alunos desta Universidade. Não sou eu, não é a Reitoria: são jovens empenhados que tiram do seu tempo para manter vivo este projeto. A eles, enquanto diretor artístico, o meu mais penhorado agradecimento.

* Maestro e Diretor
Artístico da OAUC



tais que sobre a mão do meu
meu, e sobre o meu coração esta can-
ta, fado e destino. amfres-tala.

Recebo, em tais, até a minha vida.
Recebo - the que representa os meus
compromissos e a minha vida. e para a
accção e a obra.

Recebo

Recebo



No centenário da morte de

CAMILO PESSANHA

ANTÓNIO APOLINÁRIO LOURENÇO *

Nasceu em Coimbra, no dia 7 de setembro de 1867, o poeta mais representativo da estética simbolista em Portugal, Camilo Pessanha. O seu pai, o estudante de Direito Francisco António de Almeida Pessanha, de ascendência aristocrática, mas sem meios de fortuna, não assumiu naquele momento a paternidade, o que só viria a fazer na véspera da entrada do seu filho na universidade. Assim, foi registado apenas com o nome da mãe, Maria do Espírito Santo, natural do concelho de Tábua, que nunca ultrapassou o papel de criada de Francisco, ape-

sar de viverem uma relação que hoje seria considerada uma união de facto, da qual resultariam quatro outros filhos. Camilo Pessanha viria a falecer em Macau, que era então um protetorado português encravado em território chinês, no dia 1 de março de 1926. Nesse território asiático, no qual viveu e trabalhou de 1894 até à data da sua morte, o poeta exerceu funções de professor, conservador do registo predial, juiz e advogado.

O Simbolismo constituiu um momento de profunda rutura com a estética realista, ao colocar em causa, nas palavras de George

Steiner em *Presenças Reais*, o pacto de referência que assentava na identificação da palavra com o mundo, ou seja, na crença de que a palavra, através do seu significado, remetia coerentemente para uma referência externa. De facto, na poesia de Pessanha prescinde-se das descrições, definições ou narrativas coerentes, optando-se pela utilização do símbolo e do correlativo objetivo para transmitir as emoções e os sentimentos mais profundos do sujeito do enunciado lírico.

Assim ocorre no famoso soneto, em versos alexandrinos, que começa com o verso «Quem poluiu, quem rasgou os meus lençóis de linho», em que os «castos lençóis», os «altos girassóis» do seu «jardim exíguo», que alguém «arrancou e lançou no caminho», a *mesa de cear*, a *lenha* espalhada ou o *vinho* entornado não são mais do que a expressão lírica da *pavorosa agonia* da sua alma, para usar palavras do poeta, registadas numa carta a Ana de Castro Osório, escrita em Macau, em 5 de novembro de 1916.

Durante o tempo em que viveu neste território oriental, o que ocorreu, como vimos, entre 1894 e 1926, Camilo Pessanha, dotado de uma saúde física extremamente frágil, deslocou-se por

quatro vezes a Portugal para tratamento médico ou para gozo das licenças a que tinha direito como funcionário colonial. O período mais longo de residência ininterrupta na metrópole decorreu entre 1905 e 1909, precisamente para receber cuidados de saúde que não lhe poderiam ser prestados no protetorado de Macau, cujo clima também não era particularmente benéfico para o poeta. Essa estada prolongada acabaria por ser decisiva para dar a conhecer à elite literária da metrópole, e particularmente às gerações mais novas, a existência de um poeta praticamente inédito, isto é, sem obra publicada a não ser um exíguo número de textos em prosa e verso em órgãos de imprensa regionais. Foi nesse período, provavelmente em 1908, que Fernando Pessoa conheceu Pessanha, numa tertúlia do Café Suíço, que se localizava entre o Rossio e os Restauradores, em Lisboa. É através da carta que o autor de *Mensagem* escreveu ao poeta coimbrão, em 1915, convidando-o a colaborar na revista *Orpheu*, que temos conhecimento desse encontro, promovido pelo general Henrique Rosa, e do deslumbramento sentido pelo candidato a escritor que era então Fernando Pessoa ao ouvir os belos

poemas que Pessanha recitou. É bem possível que também estivesse presente nesse encontro o escritor e conservador do registo civil Carlos Amaro, fiel depositário de muitos dos poemas de Pessanha que circulavam em manuscrito pela capital. Nessa altura, Fernando Pessoa não conhecia ainda Mário de Sá-Carneiro, que só conheceria em 1912, pouco antes da partida deste para Paris; mas ainda nesse ano, numa carta remetida da capital francesa, o autor de *Céu em Fogo* solicitava ao seu amigo Fernando que lhe enviasse cópia de alguns poemas de Pessanha para mostrar a Santa-Rita Pintor, que desprezava a literatura e a arte portuguesas. Dois anos mais tarde, o autor de *A Confissão de Lúcio*, em resposta a um inquérito do jornal *República*, que questionava os escritores portugueses sobre «O mais belo livro dos últimos 30 anos» editado em Portugal, fazia recair a sua predileção sobre o livro, não publicado, «que reunisse os poemas inéditos de Camilo Pessanha, o grande ritmista». Num dos diários episodicamente redigidos por Fernando Pessoa, pode ler-se que o criador dos heterónimos, em 19 de março de 1913, recitou versos de Pessanha na redação da revista *Teatro*.

Com Camilo Pessanha a poesia do vago e do impressionista tomou forma portuguesa. *Fernando Pessoa*

Mas foi a última visita de Camilo Pessanha a Portugal (1915-1916) que lhe proporcionou a possibilidade de tomar consciência da ressonância que o seu nome ia adquirindo nos círculos literários do país. Foi em 1916 que, pela primeira vez, se reuniu numa revista, no caso a *Centauro*, de Luís de Montalvor, um importante núcleo da sua obra poética, no qual se encontrava grande parte dos poemas que Fernando Pessoa tinha solicitado para a *Orpheu*. Foi também nessa última deslocação do poeta ao Portugal europeu que Ana de Castro Osório recolheu os poemas que viriam a integrar a primeira edição da *Clepsidra*, que ela mesmo publicaria, em 1920, nas Edições Lusitânia.

Na *Clepsidra* original, e noutros poemas que entretanto lhe foram acrescentados, descobrimos um poeta capaz de expressar simbolicamente as grandes emoções e os profundos sentimentos de uma alma mortificada por uma vida familiar desestruturada, por uma saúde fragilizada, pelas dificuldades económicas que atormentaram a sua juventude e também pelo evidente fracasso da sua vida sentimental. Tudo isto acaba por constituir o alimento espiritual da sua poesia, embora sem expressão direta nos seus versos, que são

quase sempre belos e harmoniosos, sem denunciar nem comprometer a sua intimidade.

A observação sumária da biblioteca pessoal de Camilo Pessanha, hoje diluída na biblioteca do Leal Senado de Macau, e virtualmente reconstituída por Daniel Pires, permite verificar, sem surpresa, que os poetas simbolistas nela mais representados são Paul Verlaine e Rubén Darío, precisamente dois extraordinários ritmistas, para usar a palavra com que Sá-Carneiro define o seu mestre Pessanha. E mestre foi justamente o que Pessoa chamou a Pessanha num manuscrito datado de novembro de 1934, onde registava que apenas três poetas portugueses dos séculos XIV mereciam ser considerados mestres: Antero de Quental, Cesário Verde e Camilo Pessanha:

Com Antero de Quental se fundou entre nós a poesia metafísica, até ali não só ausente, mas organicamente ausente, da nossa literatura. Com Cesário Verde se fundou entre nós a poesia objetiva, igualmente ignorada entre nós. Com Camilo Pessanha a poesia do vago e do impressionista tomou forma portuguesa. Qualquer dos três, porque qualquer um homem de génio, é grande não só adentro de Portugal, mas em absoluto.

A evocação do centenário da morte de Camilo Pessanha traduzir-se-á, na Universidade de Coimbra (UC), em vários momentos, de que destaco um Congresso Internacional dedicado ao poeta, a realizar em 11 e 12 de maio de 2026, que será acompanhado por uma exposição bibliográfica dedicada ao autor, na Sala do Catálogo da Biblioteca Geral da UC. A organização do Congresso tem a coordenação do Centro de Literatura Portuguesa (CLP) e conta com o apoio e a colaboração das Faculdades de Letras e de Direito da UC. Estas atividades integram-se num conjunto de eventos evocativos do escritor, organizados pelo CLP e pelo Grupo de Arqueologia e Arte do Centro, com a colaboração da Pró-Associação 8 de Maio e o suporte institucional da Reitoria da UC e da Câmara Municipal de Coimbra.

* Professor aposentado da Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra (FLUC); membro da Comissão Organizadora do Centenário da Morte de Camilo Pessanha



UMA
HOMENAGEM
A MARIA
HELENA
DA ROCHA
PEREIRA

HÉLIA
CORREIA *

DE INÓS

«Pois que é o Belo senão o grau do Terrível que ainda suportamos e que admiramos porque, impassível, desdenha destruir-nos?», disse o homem que tinha por apelido Rilke, sendo que ao nome próprio o mudou por amor, outra visita-ção desse terrível que inundou de beleza os seus poemas.

Eu dormi no lugar onde ele escreveu isto, que não é o lugar pelo qual caminham os cultores que pretendem refazer os seus passos, o que sucede igualmente com Yeats e a sua casa em Howth. Até mesmo uma ponte visitada na Escócia, porque consta que as fadas a atravessam, não é, creiam em mim, a verdadeira ponte. Pois aqueles que procuram acercar-se, usando a arrogância do seu corpo, a informação que foram recolhendo nos livros, nunca se acercarão. Os sabedores, que são os habitantes das paisagens, cobrem os rastros instintivamente. Calam-se e tornam tudo inominável.

Rilke não pareceu rude, mas foi rude quando, nas cartas que escreveu ao jovem Kappus, que lhe pedia aconselhamento, deixou a frase: «Se puder passar sem escrever, não escreva». E tudo o que disse antes, o que disse depois nas mesmas cartas, por muito valioso e disruptor que seja, escurece sob a frase verdadeira e brutal.

Rilke não tinha a técnica em consideração, tão pouco suportava o trabalho metódico e intensivo. Estava dentro e entrava para dentro das coisas, entrava nos segredos das plantas e do ar. Assustou uma vez Lou Andreas Salomé, que não era mulher de se assustar, quando paralisou ao olhar uma árvore. «Deixa que tudo te aconteça: a beleza e o terror», escreveu depois.

Apenas Hölderlin e ele souberam do estranho modo como os cérebros da Grécia se entendiam com o mundo exterior. Apenas eles escaparam à designação de «malditos modernos» com que Jorge

○ jogo dos
antónimos
começou.
○ Bom e Belo
transformou-se
em Bom
ou Mau.
Tudo se tornou
simples, na
verdade.
Havia ligeireza
no pecado por
haver ligeireza
no perdão.

Katsimbalis insultou o inteiro Ocidente e os seus companheiros Henry Miller e Durrell, quando, na luminosa noite da Acrópole, lançou um atroador cantar de galo e os galos de Atenas acordaram e o grande som pagão dominou tudo, trocando as horas e o saber dos animais, mobilizados pela voz da tribo.

Dir-se-á que também Durrell esteve perto, mas, tal como Isadora e o casal Sikelianos, tão empenhados com o corpo e com o espírito em dar segunda vida à Grécia Antiga, ignorava que um encontro desses não se faz com a matéria, mas com a ausência dela; não se faz com a luz, mas com o deslumbramento que provoca a cegueira.

Os que comentam Rilke recorrem quase sempre à ideia do sublime e da beleza cujo horror pode matar porque o humano coração rebenta.

Os tropeções da civilização, que foram levantando muita lama e tornaram, portanto, necessário que muita coisa fosse esclarecida, incluindo os enigmas do divino, só sossegaram quando o pensamento humano achou conforto na organização dual do mundo, o racional e o irracional, o animado e o inanimado, o bem e o mal, o céu e o inferno, o masculino e o feminino, separados por véus como tijolos.

Ainda que rebelde, a linguagem verbal teve de submeter-se à arrumação. O jogo dos antónimos começou. O Bom e Belo transformou-se em Bom ou Mau. Tudo se tornou simples, na verdade. Havia ligeireza no pecado por haver ligeireza no perdão. Na Igreja, os sentidos sujeitavam-se ao entorpecimento que, por vezes, se confundia com um toque hipnótico, sob o efeito

do incenso e do latim, cuja névoa ficava nas volutas. Se houvesse ali uma beleza, ninguém tinha um nome apropriado para lhe dar.

Na evolução civilizacional, desaparecera o turbilhão da Grécia, os deuses de complexos enredos biográficos e os humanos capazes de os narrar nos sob forma poética, a mais difícil. Desapareceram a altíssima desordem dos encontros humanos com os caprichos divinos e as histórias de uns e de outros que, entranhadas, organizavam a cidade e o devir.

Nós nem sequer esquecemos. Na verdade, nunca soubemos o que foi aquilo. Podemos, em Atenas, ver as ruas e as casas intactas sob o chão, mas não lhes percebemos movimento, nem som, nem cheiro. Os vidros que as protegem protegem-nos também do que já lá não está.

A luz grega não era um esclarecimento. Era uma luz pesada e assustadora. O mais amado deus, Apolo, era cruel. Os deuses mais antigos, os que vinham da terra e mantinham secretas conversas com as mulheres, faziam estremecer os caminantes, não porque a fealdade os assustasse, mas porque as narrativas ensinavam que não se atravessava a escuridão.

E a beleza não era uma mundanidade. Era um mistério que os humanos veneravam e que, por vezes, visitava as suas mãos. A perfeição efémera dos mortais, sobre a qual existiam palavras de ciência e de filosofia, ganhava em estátua a duração divina.

A mente poderosa dos Helenos criou a arte e a arquitetura, a poesia e o ensino, a oratória, o teatro e a política, tudo raios que conver-

O pensamento
acerca da beleza
acompanhou
as obsessões dos
séculos, sendo
que grande
parte do assunto
cai sobre a sua
subjetividade —
isto é, cai sobre a
sua inexistência.

gem para um centro em combustão, a maravilha da humanidade. Sabemos isso, mas ignoramos como e, acima de tudo, ignoramos porquê. O número dourado que está na Natureza fractal e que ditou as proporções formosas do Pártenon — de que maneira foi descoberto e apreendido por essa gente conversadora e ociosa? Esse número mede a beleza de um rosto. Mas não mede ele também o encoberto?

Com os Gregos não houve pecado original, embora certas ambições iniciais houvessem desencadeado os maiores desastres. Tornados mitos, cintilavam à distância e eram como estrelas presas num longo texto. Encantavam, em vez de interditar. Para se protegerem do excesso, instituíram eles próprios uma outra lição, a das consequências fatais da arrogância. Era muito difícil não se considerarem melhores que tudo e todos, quando eles eram, de facto, melhores que tudo e todos. O discurso de Péricles decerto não agradou aos deuses, porque proclamava a superioridade dos Atenienses. Já assim Ésquilo exaltara a Grécia inteira. Talvez por isso, a peste tenha caído sobre a cidade. Ainda assim, aquele discurso foi fixado na escrita de Tucídides, porque valia mais do que os acontecimentos.

A beleza era causa de orgulho e perdição: esses louros cabelos dos aqueus, essas ninfas que punham o Olimpo em alvoroço. E os mitos não tinham por missão serem modelos de comportamento, mas sim organizarem, algo confusamente, a memória e os sustos de um passado intrigante. Eles eram

sobretudo narrativas, aquilo que tinha por finalidade ser contado, o que tornava belos os serões quando os viajantes eram hospedados sem que lhes perguntassem o nome ou a origem e retribuía a amabilidade com antigas histórias dos seus lugares natais.

Ao mesmo tempo leves e corpóreas, as palavras sustinham o universo. Continham as camadas da sua própria história, ainda musicais e perceptíveis. Hölderlin conseguiu apreender no texto da tragédia o sentido profundo dos seus versos que escapa à interpretação denotativa. Os escritores seus contemporâneos ridicularizaram a proposta. Era preciso estar à beira da loucura, da sobre-humana intelecção da obra, para tocar assim na sua ardência. Semelhante beleza é-nos vedada.

O pensamento acerca da beleza acompanhou as obsessões dos séculos, sendo que grande parte do assunto cai sobre a sua subjetividade — isto é, cai sobre a sua inexistência.

Quanto ao poema, fez dela aquilo que quis. Escreveu Keats que uma coisa bela dura para sempre. Escreveu Sophia que aquele que ama a beleza se enojará da sua podridão.

Eu associo sempre a palavra beleza ao estupendo vocábulo dos Gregos «deinós», «belo e terrível», essa palavra espessa que não tem duas significações opostas, mas só uma, anterior à gramática antonímica, a da extrema beleza assustadora que esmaga, que deslumbra.

E que depois, um dia, nos deixou.

* Escritora



OFICINA DOS
SABERES

RL#60
Ribalta

57



Joanina
Digital



UNIVERSIDADE D
COIMBRA



هيئة الشارقة للكتاب
Sharjah Book Authority

Da beleza

das bibliotecas:

o Projeto
Joanina Digital

SARA GRÜNHAGEN *



subjetiva noção de beleza talvez encontre algum consenso quando aplicada a espaços e objetos amplamente apreciados como são as bibliotecas e os livros, de que a Biblioteca Joanina e o seu acervo histórico constituem um exemplo notável. Não é difícil prestar um justo tributo à beleza arquitetónica dessa biblioteca centenária, tão-pouco faltam publicações e elogios de conimbricenses, professores, estudantes e visitantes de passagem que já puderam contemplá-la e frequentá-la. Convém, porém, refletir sobre elementos menos evidentes que contribuem para a afirmação do que há de belo na Joanina, muito além do efeito cartão-postal a que inevi-

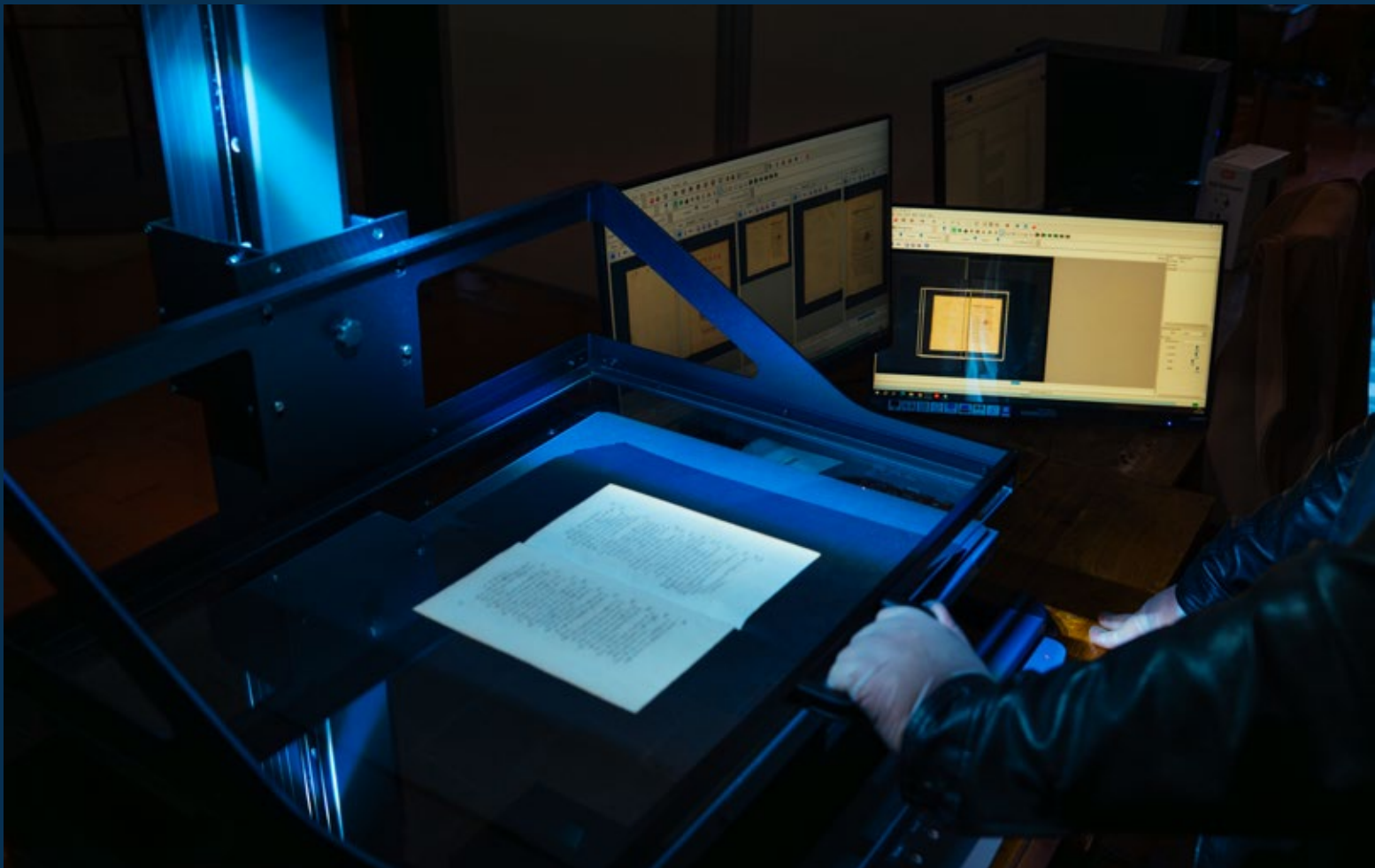
tavelmente se associou, como joia que, desde a sua conceção, coroa a cidade de Coimbra, conforme a inscrição colocada sobre o seu imponente pórtico: «Tal sede aos livros deu Coimbra Augusta / Que a fronte lhe coroa a biblioteca»¹.

A digitalização das coleções da Biblioteca Joanina permite revistar com um novo olhar a beleza singular dos próprios livros. Para isso tem contribuído o trabalho realizado no âmbito do Projeto Joanina Digital. Muito se falou já deste projeto, e alguns dos seus primeiros resultados foram apresentados recentemente na exposição «Joanina Digital: para além do ecrã» (www.uc.pt/bguc/projetos/projeto-joanina-digital), organizada pelo Grupo de Trabalho da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra (BGUC). Não se pretende repetir aqui o que já foi dito nesse e noutros espaços, mas sim tentar responder, de maneira sucinta, à pergunta: afinal, o que há de belo na Joanina e, numa fase ainda muito preliminar, na futura Joanina Digital?

*Hanc Augusta dedit libris
Collimbria sedem, ut caput
exornet bibliotheca suum*¹

*Tal sede aos livros deu
Coimbra Augusta / Que a
fronte lhe coroa a biblioteca*¹

¹ A inscrição «Hanc Augusta dedit libris Collimbria sedem, ut caput exornet bibliotheca suum» aparece gravada em pedra ao nível do entablamento, sob o escudo real e acima do pórtico. Tradução do original em latim recuperada de Fernando Taveira da Fonseca, «Contar como foi: sobre a construção da Biblioteca Joanina da Universidade de Coimbra», in João Gouveia Monteiro *et al.* (coord.), *Cinco Joias de Coimbra: Património Mundial da Humanidade*. Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2022, p. 25.



«A beleza artística expressa-se em cada um dos elementos da construção: até ao mais pequeno parafuso ou prego, não há material que não se transforme num objeto de arte de nova criação.»

A propósito da biblioteca física, seria possível listar, entre tantos elementos, arcos triunfais, sumptuosos tetos pintados, com forte carga alegórica, mobiliário em madeiras nobres, expressivos letreiros latinos, como aquele já citado, coleções de livros encadernados, gabinetes individuais com mesas para utilizadores destros e esquerdistas, escadotes deslizantes e outras soluções belas e engenhosas para a época em que a biblioteca foi construída, entre 1716 e 1728, bem como dourados, frisos, entalhes e uma infinidade de ornamentos elaborados que saltam à vista.² Cada apreciador da Joanina poderá produzir a sua própria listagem, alinhada com os seus gostos pessoais, sem descurar que o conjunto resultante foi, claramente, elaborado para produzir um efeito estético.

² Para mais informações sobre a história e sobre os diversos detalhes que contribuem para que a Joanina seja a Joanina, ver A. E. Maia do Amaral (coord.), *Os Livros em sua Ordem: Para a História da Biblioteca Geral da Universidade (antes de 1513-2013)*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2014, pp. 51-58.

A esse respeito, recorde-se o belo volume *Storia della Bellezza*, em que Umberto Eco reflete sobre as muitas formas pelas quais se almejou criar o belo, frequentemente associado, na tradição clássica, ao bom e, em não poucos projetos arquitetónicos, ao útil. Umberto Eco inclui na sua coleção de belas criações as bibliotecas parisienses desenhadas pelo famoso arquiteto Henri Labrouste, sobre as quais faz afirmações que, ao menos em parte, se poderiam aplicar à Biblioteca Joanina: «A beleza artística expressa-se em cada um dos elementos da construção: até ao mais pequeno parafuso ou prego, não há material que não se transforme num objeto de arte de nova criação».³

³ No original: «La Bellezza artistica si esprime allora nei singoli elementi della costruzione: fino al più piccolo bullone o chiodo, non c'è materiale che non diventi un oggetto d'arte di nuova creazione» (Umberto Eco, *Storia della Bellezza*, Milano, Bompiani, 2005, p. 366).

Ainda não se resolveu a contento o enigma em torno da autoria arquitetónica da Biblioteca Joanina, cuja construção antecede em mais de um século as obras referidas de Labrouste, mas não há dúvidas quanto ao esforço coletivo empenhado para que essa obra também resultasse, à sua maneira e nos diferentes momentos da sua história, simultaneamente bela, boa e útil. E a história da Joanina, que, depois de concluída, permaneceu quase 50 anos à espera da constituição e organização do seu acervo,⁴ permite, enfim, afirmá-lo: uma biblioteca sem livros, por muito majestosa que seja, não é verdadeiramente bela, nem boa, nem útil para a comunidade que ela coroa.

⁴ Para mais informações sobre esta época, remeto, novamente, a A. E. Maia do Amaral (coord.), *Os Livros em sua Ordem: Para a História da Biblioteca Geral da Universidade (antes de 1513-2013)*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2014, pp. 59-73.

A beleza da Biblioteca Joanina, e daquela que virá a ser a sua versão digital, reside também, portanto, no património cultural que ela alberga: nos seus livros antigos, produzidos em Portugal e no estrangeiro, nos seus exemplares raros e nas suas miscelâneas únicas, bem como nas coleções intrinsecamente associadas ao conhecimento produzido na Universidade de Coimbra (UC) e à própria cidade e às suas tipografias históricas.

Esta beleza é material, passível de definição e enumeração: sabe-se que, no Piso Nobre da Joanina, se encontram colocados cerca de 30 mil volumes de diversas áreas do saber e em diversas línguas. Ao mesmo tempo, esta beleza tem uma dimensão imaterial, ligada aos saberes e à história que abarca. Nos tempos atuais, o desafio de preservar este património específico vai além da sua conservação para o presente e para as gerações futuras, passando igualmente pela disponibilização deste acervo.

Nesse contexto, pode dizer-se que o Projeto Joanina Digital, uma parceria entre a UC e a Autoridade Literária de Sharjah, atua também em prol da beleza das coleções deste edifício com três séculos, herdeiro da antiga Casa da Livraria e integrado no conjunto Universidade de Coimbra, Alta e Sofia, classificado como Património Mundial da UNESCO.

O Projeto Joanina Digital alia preservação, investigação e desenvolvimento tecnológico e tem como objetivo digitalizar e tornar acessíveis, a qualquer visitante com ligação à Internet, as coleções do Piso Nobre da Biblioteca Joanina. O futuro



(...) uma biblioteca sem livros, por muito majestosa que seja, não é verdadeiramente bela, nem boa, nem útil para a comunidade que ela coroa.



deste que é também um belo projeto pode, enfim, começar a ser vislumbrado na plataforma Joanina Digital (<https://ucdigitalis.uc.pt>), atualmente em desenvolvimento. Mais do que uma simples reprodução técnica dos livros, o projeto assenta num trabalho rigoroso de seleção, descrição, catalogação e preservação, que faz emergir aspetos relacionados com a materialidade das obras, as suas proveniências, as marcas de uso, as singularidades de cada exemplar e a história inscrita nos próprios objetos. Do trabalho em curso resultarão, ainda, um modelo de digitalização e uma infraestrutura para todas as coleções digitais da UC.

A plataforma pretende, assim, articular imagens de alta qualidade, metadados estruturados, processamento de dados por inteligência artificial e ferramentas de pesquisa, exploração e colaboração que permitam novas leituras, cruzamentos e investigações, preservando simultaneamente os objetos digitais a longo prazo. Nesta articulação entre tecnologia, curadoria e saber especializado, a Joanina Digital poderá vir a configurar uma outra forma de beleza, talvez menos imediata e menos espetacular do que a da biblioteca física, mas fundada na inteligibilidade do conjunto, na atenção ao detalhe e na possibilidade de fazer circular um património cultural que continuará a produzir conhecimento, agora noutro suporte e para um público muito mais vasto do que o da cidade de Coimbra.

* DH/Universidade Aberta e
CLP/BGUC, Universidade de Coimbra

Um acervo especial

ANDRÉ RODRIGUES *

Para responder à complexidade de digitalizar um património da magnitude da Biblioteca Joanina, nasceram duas plataformas desenvolvidas de raiz: a UC Nexus e a UC Digitalis. Construídas com arquitetura modular baseada em microsserviços, foram desenhadas para fazer aquilo que nenhuma solução existente conseguia: adaptar-se às necessidades únicas deste acervo, sem comprometer a autonomia de quem trabalha com ele.

A UC Nexus é a base de todo o sistema. É a plataforma onde acontece a catalogação, o controlo de fluxos e a validação minuciosa de cada digitalização. É aqui que a Inteligência Artificial (IA) entra em cena, mas não como substituta do olhar humano: como aprendiz.

Os algoritmos foram treinados para identificar falhas — uma página desfocada, um corte na margem, problemas técnicos nos ficheiros. Através de interfaces simples e

intuitivas, os catalogadores validam, corrigem e ensinam a IA, num ciclo de aprendizagem que torna o sistema progressivamente mais eficiente sem nunca dispensar o fator humano.

No final deste processo, cada obra aprovada gera automaticamente pacotes digitais completos: imagens otimizadas para web, suporte IIIF para visualização avançada, transcrições e segmentação em blocos de texto e imagem. Esta fragmentação não é um detalhe técnico — é o que permite que um investigador procure uma citação específica dentro de milhares de páginas, ou que a IA identifique padrões e conexões que de outra forma demorariam mais tempo a identificar.

Por outro lado, a UC Digitalis é a plataforma que dá a conhecer ao mundo o tesouro da Biblioteca Joanina, através de uma interface pensada para ser intuitiva e de fácil navegação nos diferentes dispositivos que podem ser utilizados para aceder à plataforma.

Os algoritmos foram treinados para identificar falhas — uma página desfocada, um corte na margem, problemas técnicos nos ficheiros.

A pesquisa foi desenhada para interpretar intenções: o sistema aplica filtros inteligentes baseados no comportamento dos utilizadores, tornando a descoberta de obras mais natural e fluida e, graças à segmentação feita na UC Nexus, é possível pesquisar dentro do conteúdo de cada obra — palavra por palavra, conceito por conceito.

Mas as possibilidades não param aqui. Esta arquitetura abre caminho a diferentes funcionalidades, tais como: resumos automáticos de obras extensas, identificação de ideias principais e tradução em tempo real.

Mais do que um projeto de digitalização, a Joanina Digital criou um ecossistema tecnológico único, onde o respeito pelo património se encontra com a inovação, onde a IA aprende com a sabedoria humana, e onde séculos de conhecimento se preparam para os desafios do futuro.

* Lead Project Manager,
UC Framework



PESO

ou

Leveza?

LUÍS MIGUEL CORREIA *





*Interno del Pantheon,
Giovanni Paolo Panini, c. 1734
Oil on canvas, 128 x 99 cm*

A data da redação deste artigo, duas figuras maiores da arquitetura dos séculos XX e XXI, Robert A.M. Stern (1939-2025) e Frank O. Gehry (1929-2025), vêm a falecer em Nova Iorque e Santa Mónica, na Califórnia, nos dias 27 de novembro e 5 de dezembro de 2025, respetivamente. De igual modo, este espaço de tempo dedicado ao tema do presente número da *Rua Larga*, «Beleza», ficou assinalado pela notícia de que, segundo as diretivas arroladas no *One Big Beautiful Bill Act*, da Administração Trump, a Arquitetura deixará de ser observada, à semelhança de mais uns outros diplomas, como um grau profissional pelo Departamento de Educação. A reação a esta resolução superior fez-se sentir de imediato no espaço público, nomeadamente, por meio de comunicados de associações profissionais, como The American Institute of Architects, ou do contexto universitário. Para o presidente da Association of Collegiate Schools of Architecture, José LS Gámez, «Architecture has long been understood to be a profession built upon rigorous education, licensure requirements, and life-long learning that prepare

architects for the responsibilities of protecting the health, safety, and welfare not only of their clients but of the public at large». Nesta nota — publicada pela Association of Collegiate Schools of Architecture, no dia 2 de dezembro —, José LS Gámez conclui que a proposta da Administração Trump limitará as oportunidades de formação em Arquitetura e colocará em risco, forçosamente, o interesse público coletivo, cujo fim último, note-se, já se acha em parte circunscrito na Ordem Executiva de 28 de agosto deste ano, do Presidente Donald Trump, *Making Federal Architecture Beautiful Again*.

Como ocorreu amiúde durante algumas décadas do século XX, por exemplo, na Europa, subjuga-das a governos de tendência ditatorial, também Donald Trump cobiça a *forma bela* de tempos distantes, contemplados como de virtude cívica, como instrumento para alcançar idêntico reconhecimento eterno. Através de uma regenerada expressão formal da arquitetura contemporânea, de preferência clássica e tradicional, antevê-se que o povo recorde os seus direitos e responsabilidades na manutenção e perpetuação das grandes socie-

dades norte-americanas, em particular, a fundada pelo presidente George Washington e pelo secretário de Estado Thomas Jefferson.

Defronte da atual conjuntura nacional e internacional, é com inquietação, mas sem surpresa, que se assiste deste lado do Atlântico à instituição de preceitos que visam regular a expressão e inovação da arquitetura pública dos Estados Unidos da América. Com as resoluções *Making Federal Architecture Beautiful Again* e *One*

«Europeans have created a place where they are guaranteed rights to what others yearn for: life, liberty, and the pursuit of happiness.»

Big Beautiful Bill Act, outorga-se à beleza um peso eminentemente ideológico e político. O projeto de renovação da Casa Branca em Washington, D.C. — *White House Ballroom* —, conduzido numa primeira fase, sob escolha direta de Donald Trump, por McCreary Architects e, de dezembro de 2025 em diante, pelo arquiteto Shalom Baranes, representa um ato inaugural, simbólico, da nova ordem política nacional estabelecida. Aguardam-se, entretanto, as repercussões transatlânticas.

Instituído de um espírito crítico e livre, o arquiteto canadiano Frank O. Gehry continuaria, por certo, a *trabalhar de dentro para fora*, consciente de que a possibilidade de transformar é sempre inconciliável com outra determinada por preceituários apriorísticos que, como o jazz, limitem o improviso e a procura do que

se julga desconhecer, a *leveza* que invariavelmente alimenta os sonhos, que não os da arquitetura do *Trumpismo*. Também por esta circunstância se crê, deste lado do Atlântico, porventura ainda uma maioria, que a *América* se encontra em crise e, em resultado deste quadro, a ordem mundial hoje instituída.

Conforme reconhece Luis Fernández-Galiano no texto de abertura do 272.º número da revista *Arquitectura Viva*, de março de 2025, vive-se uma era de «los imperios inciertos». Não obstante este panorama de desassossego quotidiano, a redação do jornal *The Economist* perscrute, numa crónica publicada em 10 de abril de 2025, que a Europa é hoje a verdadeira terra da liberdade: «Europeans have created a place where they are guaranteed rights to what others yearn for: life, liberty, and the pursuit of happiness». Será?

A arquitetura é, por natureza, um lugar de pensamento livre e crítico sobre o que nos rodeia. Tal condição, implica, necessariamente, a sua compreensão física e a percepção das suas distintas dimensões intangíveis no espaço e no(s) tempo(s). A transformação de um determinado ambiente construído numa terra de vida e de felicidade plenas, exige, em qualquer circunstância, o domínio desses diferentes saberes e, simultaneamente,

a presença de um conjunto de «técnicos» capacitado para o projetar, em perfeita harmonia com o meio, numa condição vindoura, na medida em que o presente é percebido como um instante sem duração, por isso quase impossível de fixar, conquanto constitua uma experiência ininterrupta da consciência no espaço e no tempo. Em concordância com as palavras concedidas pelo arquiteto dinamarquês Bjarke Ingels à plataforma digital *ArchDaily*, dadas a conhecer no dia 18 de fevereiro de 2014, testemunha-se que «Architecture is the art and science of making sure that our cities and buildings actually fit with the way we want to live our lives». A arquitetura cuida, particularmente, deste desígnio: o de *ser contemporâneo*, como expressa Giorgio Agamben; ou, de *modernidade permanente*, de acordo com Fernando Távora. Distinta qualidade, reconhece-se nos que estimam o *peso* do seu próprio tempo e dele se distanciam

com a *leveza* de quem compreende, criticamente, a luz que procede de outras vidas. Ao futuro oferece-se a cada momento uma renovada leitura da história e do próprio agora.

Os diferentes efeitos decorrentes do atual panorama geopolítico e das alterações climáticas conformam, *per se*, desafios à escala de globo, a que se juntam, entre demais fenómenos, vastas migrações e a privação, em muitos casos, de um teto. Não há casas para todos. De igual modo, encontram-se ainda por descortinar as verdadeiras consequências do uso indiscriminado de Inteligência Artificial (IA). Conforme indicadores presentes no *website* do Conselho Europeu / Conselho da União Europeia, é efetiva a valia da maioria das aplicações e dos sistemas de IA, mas, em conjunto, encerram vários e importantes riscos para a sociedade, como a discriminação, o enviesamento, a intromissão e a manipulação de formas de pensar e de comportamento. A arquitetura de (e para) hoje constitui, como as de outros tempos, uma oportunidade para transformar o chão que pisamos num ambiente melhor. Desafiam-se problemas e dúvidas, abraçam-se interesses e ambições de natureza vária, uns com origem em conveniências pessoais e outros ao abrigo de estratégias coletivas. A natureza e o espaço construído dialogam, confrontam-se as inovações tecnológicas com os saberes e práticas antigas.

Independentemente da circunstância, Peter Zumthor sublinha, em *Atmosferas*, que a *magia do real*, a qualidade arquitetónica, se produz quando se estabelece uma ligação imediata e sem filtros com o que nos envolve. Conhecemos

essa impressão, a maioria das vezes de forma inconsciente. Sentimo-nos bem, sem reconhecer as razões dessa percepção emocional. Quem não se comove com um feixe de luz solene e sublime que, perfurando um orifício com nove metros de diâmetro, imortaliza um chão de pedra geometricamente esculpido em mármore colorido? Na antiga Basilica di Santa Maria ad Martyres — Panteão de Roma — convoca-se distinta *magia do real*, a experiência do corpo no espaço e no(s) tempo(s), neste caso, igualmente como revelação coletiva. Apropriando-nos da locução de Philip Johnson, publicada na edição do dia 27 de dezembro de 1964 do *New York Times*, o Panteão de Roma recorda-nos que «Architecture is the art of how to waste space [beautifully]». A ele regressamos uma e outra vez, invariavelmente com a mesma emoção.

No rescaldo da pandemia de COVID-19, que assolou a Terra no princípio do ano de 2020, já a Europa comunitária tinha a percepção de que a sua recuperação iria exigir de todos os Estados-membros um compromisso para

os tempos próximos e os de médio prazo. Pretendia materializar-se uma efetiva mudança da situação então vigente por meio de um programa próprio. A Europa procurava afastar-se de outros cenários e protagonistas da cena internacional que pudessem colocar em causa o seu objetivo. Sabemos, hoje, que de 22 de setembro de 2022 em diante, data em que o presidente da Rússia, Vladimir Putin, ordenou a invasão do leste da Ucrânia, e com recente tomada de posse, no dia 20 de janeiro de 2025, de Donald Trump como presidente dos Estados Unidos da América, tal plano delineado há cinco anos sofreria um forte revés, a que se juntaram mais uns quantos conflitos e adversidades. Mas, em setembro de 2020, a presidente da Comissão Europeia à época, Ursula von der Leyen, frisou, num discurso enunciado na sessão plenária do Parlamento Europeu sobre o estado da União, que a edificação de um mundo em que se queria viver impunha uma união vital num mundo fragilizado. Para o efeito, exporia numa carta de intenções, previamente entregue ao presidente do Parlamento Europeu, David Sassoli, e à chanceler da Alemanha, Angela Merkel, um leque de princípios estratégicos e planos de ação da Comissão Europeia que visavam cumprir a promessa de uma Europa humanitária, solidária, resiliente e forte. Estabelecia-se o modelo para um novo paradigma de crescimento baseado numa economia limpa, inovadora e inclusiva, também atento à soberania digital e tecnológica. Ursula von der Leyen intitulou-o de *NextGenerationEU*.

Defronte deste contexto, prenuncia-se uma vaga de renovação europeia que concretizaria o projeto ambiental e económico ansiado, como, sobretudo, um projeto cultural: «This is shaping the world we want to live in». Giza-se uma economia que reduz as emissões poluentes e a pobreza energética, desperta a competitividade, incita a criação de postos de trabalho compensadores e melhora a qualidade de vida de todos. Imagina-se a fundação de uma sociedade mais saudável e ecológica com o uso generalizado das tecnologias digitais. Mas, como salvaguardava a presidente da Comissão Europeia no final do verão de 2020, «every movement has its own look and feel. And we need to give our systemic change its own distinct aesthetic—to match style with sustainability».

Ao invés da Administração Trump, Ursula von der Leyen vislumbra tal representação da Europa de amanhã sem fronteiras ou preconceitos «estilísticos». Institui-se, nesta data, o programa *New European Bauhaus*, definido, desde logo, como um espaço de cocriação multidisciplinar e interdisciplinar. Em conjunto com artistas, estudantes, engenheiros e *designers*, os arquitetos são convidados a assumir a responsabilidade dessa transformação, a de repensar a vida na Europa e além-fronteiras, que viria a reunir os cidadãos, as empresas e diferentes instituições. No dia 18 de janeiro de 2021, são comunicados os fundamentos que mais em detalhe informam este projeto de criação coletiva e partilhada, fortemente induzido pelos problemas sociais complexos existentes na sociedade euro-

peia no período do pós-COVID-19. Encoraja-se a criatividade, a experimentação, a inovação e a ambição. Observa-se o universo da ciência e da tecnologia e o da arte e da cultura de mãos dadas e em harmonia. Alinham-se os desafios ecológicos e os digitais. Reivindica-se uma *modernidade permanente* — aquele *ser contemporâneo* que sonha a transformação no espaço compreendido entre o passado, o presente e o futuro. Reinventa-se a heroica *Bauhaus* fundada na cidade de Weimar, em 1919, pelo arquiteto alemão Walter Gropius, com base em três valores indissociáveis entre si: a *sustentabilidade*, a *beleza* e a *inclusão*. A circularidade, a poluição zero e a biodiversidade garantem um clima saudável, enquanto a prática da diversidade, a acessibilidade e os custos economicamente comportáveis oferecem aos europeus a igualdade social pretendida. Por sua vez, associa-se a *beleza* à funcionalidade e, particularmente, à qualidade do *deseño* e da experiência. Bem distinta da situação presentemente sentida na América de Trump, os europeus dos 27 estados-membros da União são convocados «to imagine and build a sustainable and inclusive future that is beautiful for our eyes, minds, and souls».

Em síntese, defere-se à arquitetura a responsabilidade de parte significativa deste encargo, mas, decerto, entrega-se-lhe a possibilidade de sonhar, em liberdade, a descoberta de novas relações com a terra que sempre se repartiu com outras espécies e horizontes. O mundo mudou e a guerra tomou lugar, lado a lado, com o desígnio *New European Bauhaus*. *Peso ou Leveza?*

Por último, importa produzir uma breve referência a um projeto *New European Bauhaus* sediado na Comunidade Intermunicipal (CIM) da Região de Coimbra e no qual a Universidade de Coimbra (UC) desempenha uma missão relevante, através do Departamento de Arquitetura (DARQ), do Centro de Estudos de Arquitetura — do Território ao Design (ceARQ-TD) e do Centro de Informática e Sistemas da Universidade de Coimbra (CISUC)¹. Como é conhecido, o DARQ, o ceARQ-TD e, ainda, o CISUC integram a vigente estrutura orgânica da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UC. Perfilado com as premissas do programa *New European Bauhaus*, o projeto *Urban transformation through open participation and inclusivity for Citizen Empowerment* (UTOPIZE) propõe, *grosso modo*, envolver comunidades na cocriação e governação de espaços públicos em ambiente urbano, periurbano e rural, mediante um quadro participativo diligente.

1 A equipa da UC é constituída por Luís Miguel Correia, Bruno Gil, Susana Lobo, Désirée Pedro e Pedro Martins Carvalho, do DARQ/ceARQ-TD, em conjunto com Marília Curado, Jorge Cardoso e Paula Alexandra Silva, do CISUC. Além da UC, integram este projeto o Politecnico di Milano (Itália), a Örebro University (Suécia) e a Aalto University (Finlândia). Os laboratórios UTOPIA serão instalados nos municípios de Penacova, Milão e Karlskoga. Outros parceiros encontram-se também associados ao projeto UTOPIZE.

Nos Laboratórios UTOPIA, os cidadãos, sobretudo as comunidades marginalizadas, como minorias étnicas, populações de baixos rendimentos, pessoas com deficiência e outros grupos em risco de exclusão, imaginarão, em coletivo, a transformação dos seus territórios, recorrendo, entre outras, a ferramentas digitais e a soluções e materiais amigas do ambiente, como as baseadas na natureza — *nature-based solutions* (NBS). O exercício de planeamento urbano e os processos de decisão serão praticados em regime de inclusão e em tempo real. O centro do projeto é o chão público, lugar de todos. Atendendo aos objetivos de neutralidade climática recomendados pela Comissão Europeia, procurar-se-á reforçar a sua resiliência ambiental. A coesão social rever-se-á na história e na identidade de cada local. O seu chão é, por isso, memória e devir.

O projeto UTOPIZE reúne protagonistas de múltiplas áreas do saber — Arquitetura, Engenharia, Ciências Sociais e Artes — e tem como contexto Penacova, Ponte Lambro, em Itália, e Karlskoga, na Suécia. Posteriormente, será alargado a outros seis países. As primeiras tarefas tiveram início no dia 1 de maio do presente ano, sendo que o termo do projeto UTOPIZE se encontra previsto para 30 de abril de 2028.

* Docente do Departamento de Arquitetura e investigador responsável pelo projeto UTOPIZE, Universidade de Coimbra





RUAS QUE FICAM NAS PESSOAS A ALTA DOS SALATINAS

Filipa Queiroz,
Rafael Vieira
e Tiago Cerveira *



*Esta Coimbra formosa,
De seus filhos orgulhosa,
Ter um risonho porvir!
E há-de esta voz, exprimindo
Quanto hoje minha alma sente,
Bradar-vos, ansiosa e crente:
Não descansar – progredir!*

Amélia Janny, poetisa salatina (1842-1914)



Quando Amélia Janny escreveu este poema, a Alta de Coimbra fervilhava de actividade. Havia hospital, escola, igrejas, esquadra da polícia, costureiras, sapateiros, farmácia, tabernas e mercearias. «Havia tudo», como diz Suzana Queiroz, a primeira salatina que filmámos no sítio onde nasceu e onde ainda mora aos 96. Foi pelo brilho nos olhos dela e de outras salatinas ao lembrarem a Alta anterior a 1943 que decidimos fazer o documentário. Pela captação desta beleza que vai além do enquadramento, do resgate da memória que a produz e da voz das nossas protagonistas poder resultar nalguma justiça.

Quando as primas Maria Isabel e Maria de Lourdes moravam no casario alto e esguio da Rua dos Militares havia carências, como

falta de aquecimento e saneamento básico, mas sentiam o privilégio de ser vizinhas da «fachada linda, linda» da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (UC) e da Associação Académica. Adoravam brincar no Leão da Alameda de Camões, conheciam toda a vizinhança e faziam favores aos mais vulneráveis, como os doentes do Hospital dos Lázaros. Luísa Bronze ouvia a rádio na taberna do pai, mas fora de portas eram os barbeiros que dedilhavam guitarras, como Flávio Rodrigues. Aprendiam-se cedo lições de bondade, entre-ajuda e até rebeldia. Rodrigues Costa nunca mais se esqueceu da tarefa que levou por ter ido às Fogueiras. Tinha orgulho em ser dali, de onde a Canção de Coimbra embalava o coração das



Quando era dos salatinas, a Alta até podia ser descrita por alguns como desarmoniosa, mas era tecido vivo da cidade, composta por camadas de funções e relações sociais.

tricanas que já só conhecemos dos postais e que voltavam do Mondego carregadas com as trouxas dos estudantes e das famílias privilegiadas que outra Maria gostava de ficar a ver passar à janela. «Ganhava-se amor ao sítio onde se morava, sabe?», diz Rodrigues Costa.

António de Oliveira Salazar também morou na Alta. Mudou-se em pleno ano da implantação da República, 1910. Estudou Direito, envolveu-se na política e 27 anos depois, já presidente do Conselho do Estado Novo, assume publicamente que pre-

tende avançar com a renovação da Universidade e que esta permaneceria na *colina sagrada* de Coimbra, espaço simbólico na sua génese. Deixa claro que tem um ideal de beleza para a cidade, uma visão política e pedagógica específica, alinhada com discursos de vanguarda educativa e com uma lógica higienista então em circulação na Europa.

Para compreender este processo é essencial situá-lo no tempo. Ter em conta os primeiros estudos urbanísticos em 1938-39 e a elaboração do plano de Cottinelli Telmo em 1940.

O Estado Novo descrevia a Alta dos salatinas como feia, inestética, insalubre e indigna. A retórica não lhe era exclusiva, seguia tendências internacionais no pós-Haussmann, da grande transformação da Paris no século XIX, sob o governo de Napoleão III. A difusão internacional do modelo resultou na abertura de grandes eixos, embelezamento monumental e reformas higienistas em centros históricos de cidades como Viena, Barcelona e Roma. Em Lisboa, no Martim Moniz, e no Porto, nos Aliados e na Sé, o mesmo

discurso justificou a excisão de quarteirões. Em Coimbra, esta busca pelo «belo» foi instrumentalizada politicamente para legitimar a destruição de cerca de dez hectares do centro histórico da cidade, sensivelmente um terço da área intramuros. O arranque oficial das demolições foi em 1943 e, ao longo de 30 anos, foram demolidos 255 edifícios, muitos de grande valor patrimonial. Foram deslocadas três mil pessoas, 6% da cidade, segundo o reitor de então, Maximino Correia. Transpondo para a actualidade, tal desloca-



ção equivaleria a deslocar cerca de 6500 pessoas, um cenário impensável em democracia.

Da operação resultou outra forma de beleza, monumental e simétrica. O ideal estético tornou-se argumento de poder, justificando o apagamento de tudo o que não correspondia à visão de cidade universitária defendida pelo regime. O Estado não se percebia a si próprio como agente de dano. Pelo contrário, acreditava estar a «corrigir» a cidade, agindo a partir de um lugar institucional que se julgava benevolente.

A retórica era, em certa medida, paternalista: «Estamos a fazer-vos bem, não o reconhecem?». Toda a operação se sustentava numa narrativa inicial que opunha a «velha Alta» à cidade universitária idealizada. A demolição foi um acto político e estético de violência, a procura de uma pureza visual e espacial, obtida à custa da remoção de uma comunidade fragilizada. O sentido de pertença perdeu-se e a comunidade foi desenraizada. Desapareceu um bairro.

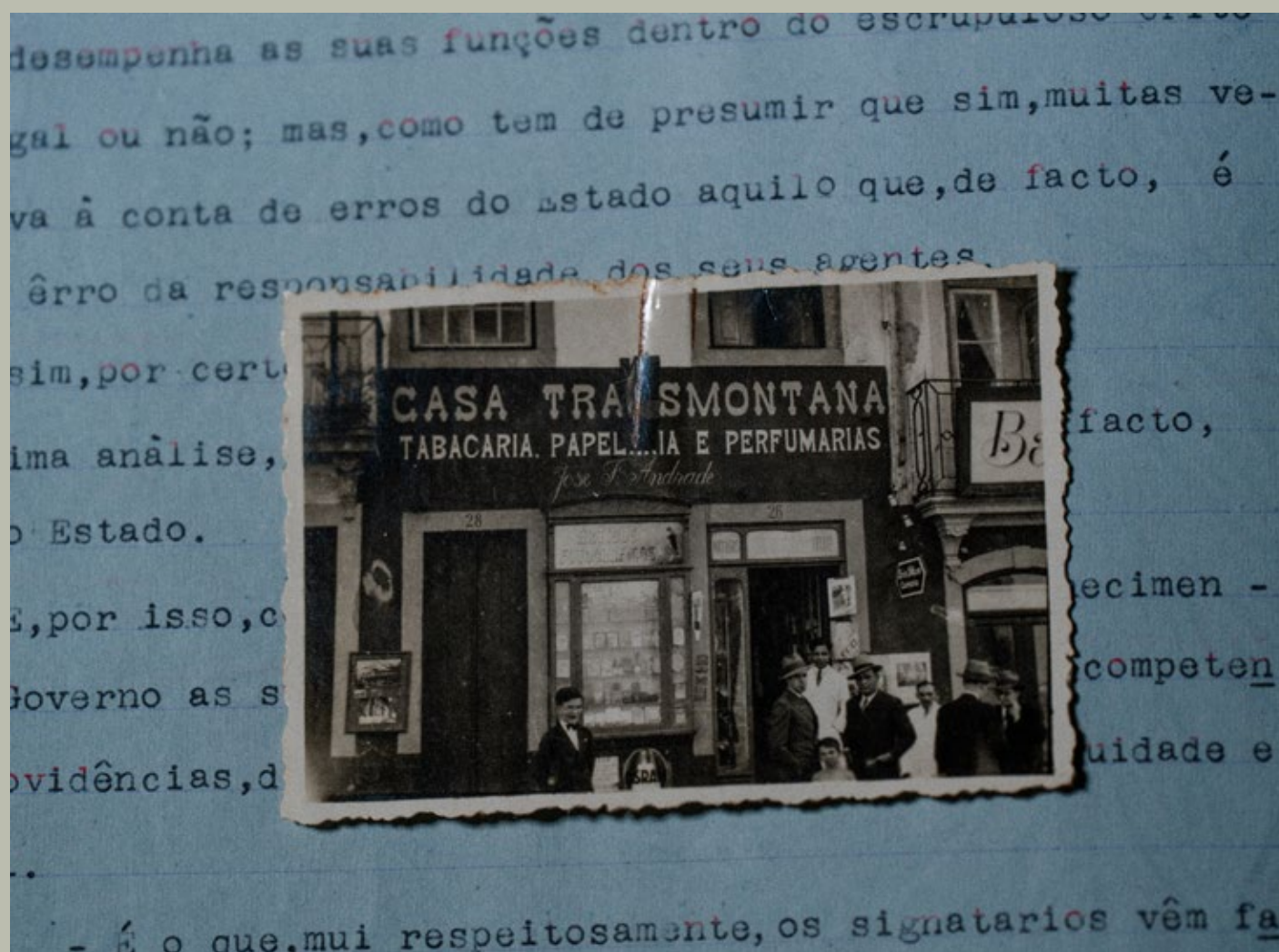
Quando era dos salatinas, a Alta até podia ser

descrita por alguns como desarmoniosa, mas era tecido vivo da cidade, composta por camadas de funções e relações sociais. O espaço público era partilhado, vivido e sonoro. As calçadas guardavam passos e conversas entre janelas, a roupa estendida coloria as ruas, os cheiros da comida cruzavam-se com pregões e risos. Uma beleza orgânica, multifuncional, própria das cidades densas e históricas. Uma beleza invisível a um olhar técnico e burocrático, distante dos gabinetes em Lisboa.

Talvez não tenha sido tão «risonho» o «porvir»

de Janny. Já não se fazem poemas, repetem-se as canções, recriam-se as festividades entre paredes frias. Da Alta desaparecida restam fragmentos, memórias, fotografias e testemunhos que se vão extinguindo. Há uma beleza melancólica associada ao que se perdeu. A comunidade que foi deslocada para os novos bairros de Celas, Fonte do Castanheiro e Norton de Matos transportou consigo hábitos e redes de apoio.

Esta «renovação» da Universidade parou em 1975, com a inauguração do edifício de Física e Química, já com



o país em liberdade. Ficou incompleta mas, em 2013, foi inscrita como Património Mundial da UNESCO, juntamente com a Rua da Sofia. Um sítio de valor universal excecional, agora protegido e diariamente procurado e admirado por milhares de visitantes do mundo inteiro. À noite silencioso, sem vida, como qualquer museu.

Olhar hoje para a colina da Universidade implica distanciamento e, também, reconciliação. A beleza contemporânea emerge do inacabado, das misturas, das cicatrizes visíveis e invisíveis que persistem no território e na memória. A beleza já não está apenas no que se vê, mas também no que se consegue imaginar. No que resistiu à des-

truição, nas fissuras onde ainda ecoa a vida anterior. É uma beleza póstuma, que nasce da ausência, como se o corpo da cidade ainda respirasse sob as pedras. O chão reconstruído guarda o murmúrio do que foi arrancado. A ideia aproxima-se das reflexões de Georg Simmel e Walter Benjamin sobre a ruína e a aura perdida das obras singulares.



Pode a beleza ser construída sobre mágoa, sofrimento e exclusão? Mas de que beleza falamos quando evocamos a Alta de outrora? Da beleza no retorno ou da beleza da memória? Talvez a beleza resida hoje no acto de reconhecer o que foi apagado e de dar forma a uma narrativa comum em que a ferida não é escondida, mas integrada.

Entre a cidade que se dizia feia e a cidade que se quis bela, nenhuma das versões é absoluta, contêm ambas a sua verdade. A cidade actual é um palimpsesto de camadas e cicatrizes. Não se pode esquecer os salatinas, os de então e os de agora. O filme «Salatinas» é um testemunho sensível dessa reconstrução da memória visual e humana da Velha Alta.

* Autores do documentário
Salatinas — Histórias da Velha Alta de Coimbra (2025)

Este texto foi escrito
ao abrigo do antigo
Acordo Ortográfico, por
vontade dos autores.





OFICINA DOS
SABERES

RL#60
**Ciência
Refletida**

83



SOBRE AS METÁFORAS E OS PONTOS DE VISTA

ADÉRITO ARAÚJO *

*O zero é a maior metáfora,
o infinito a maior analogia,
a existência o maior símbolo.*

Fernando Pessoa, *Aforismos e Afins*.

*Arranjei o meu estilo estudando
Matemática e ouvindo um pouco
de música. – João Sebastião Bach.
Conhece o Concerto Brandeburguês
n.º 5? Conhece com certeza essa
coisa tão simples, tão harmoniosa e
definitiva que é um sistema de três
equações a três incógnitas. Resolvi
milhares de equações. Depois ouvia
Bach. Consegui um estilo.*

Herberto Helder, *Os Passos em Volta*.

«Se eu quisesse, enlouquecia.» Assim abre *Os Passos em Volta*, de Herberto Helder. É uma frase belíssima, que nos arrebatava de imediato e nos lança no coração de uma das mais notáveis e fascinantes obras da literatura portuguesa contemporânea. Não sei escrever sobre Herberto Helder, assim como não saberia transmitir a beleza dos seus textos. Sei apenas que a eles volto com frequência, e a cada regresso descubro novas interpretações, perspectivas inesperadas, encantos surpreendentes. E isso é lindo!

Também não sei se conseguiria descrever a beleza de um sistema de três equações a três incógnitas, «essa coisa simples, tão harmoniosa e definitiva», para o narrador de Herberto Helder, e tão árida e fria para tantos outros. Subscribo a opinião de Paul Erdős, o grande matemático húngaro do século XX, que, ao ser questionado sobre por que os números são belos, respondeu: «É como perguntar porque é que a Nona Sinfonia de Beethoven é bonita. Se não percebes o motivo, ninguém te poderá explicar».

Já muito se escreveu sobre a beleza da matemática. Os argumentos mais recorrentes são de inspiração platoniana, para quem o carácter abstrato da matemática representava o pináculo da beleza. Essa beleza residia na harmonia, na proporção e na perfeição dos números e das formas geométricas, concebidos como entidades de um mundo ideal, imutável e não-contingente. Erdős, ateu convicto, apreciava a ideia de que Deus possuía um livro contendo as demonstrações matemáticas mais elegantes e concisas: os matemáticos não precisam de acreditar em Deus; basta-lhes acreditar no Livro e empenhar-se em revelar essas demonstrações perfeitas.

Uma visão diferente surge em *Dom Quixote*. Arquétipo do idealista ingênuo e sonhador, o cavaleiro vê a beleza da matemática sobretudo na sua utilidade prática. Ao elogiar as virtudes da ciência da cavalaria andante — que dizia ser tão bela quanto a poesia —, afirma que, além de conhecer todas as ciências do mundo, um cavaleiro deve também conhecer a matemática, «porque a cada passo se lhe oferecerá ensejo de aplicá-la». Apesar de subtil, a referência à utilidade deixa claro que não é a beleza formal que encanta o nobre cavaleiro. Essa perfeição ele reserva para a sua «dulcíssima Dulcineia de Toboso», «tão bela quanto prendada», «linda sem mancha, grave sem soberba», cuja formosura e virtude ultrapassam tudo quanto se pode imaginar.

Convém começar por nos situarmos: afinal, o que é a matemática?

Não existe consenso sobre o que é a matemática, e a sua definição tem variado ao longo do tempo, refletindo a diversidade de interesses e atividades a que os matemáticos se dedicam. Pode ser entendida como a ciência que estuda quantidades, estruturas, espaços e variações através do raciocínio lógico e abstrato ou, nas palavras de Henri Poincaré, como «a arte de dar o mesmo nome a coisas diferentes». Saunders Mac Lane, cofundador da teoria das categorias, descreveu-a como o estudo das «relações entre relações», enfatizando a forma e a abstração mais do que o mero cálculo. Para Terence Tao, uma das grandes estrelas da matemática contemporânea, é um campo multifacetado, onde se exploram padrões, relações e estruturas abstratas através do raciocínio e da experiência. De forma abrangente, podemos vê-la como a «ciência dos padrões», uma ideia que remonta ao matemático britânico G. H. Hardy, que escreveu:

«Um matemático, tal como um pintor ou um poeta, é um criador de padrões. Se os seus padrões são mais permanentes do que os deles, é porque são feitos com ideias.»

Essa busca de padrões transporta-me ao Sr. Palomar, de Italo Calvino, em pé, junto ao mar, à procura de «ver uma onda». Ao contrário da figura solitária em *O Viajante sobre o Mar de Névoa*, de Caspar David Friedrich, que se confronta com o sublime do horizonte enevoado e se deixa tocar pela sua grandiosidade, Palomar aproxima-se da realidade com atenção meticulosa, procurando compreender os padrões e desvendar uma ordem oculta. Observa cada detalhe, cada movimento da água. Poder-se-ia dizer que adota uma atitude quase matemática. Mas falta-lhe a linguagem. Faltam-lhe os símbolos e as metáforas que lhe permitiriam aceder a esse ponto de vista e compreender a essência do fenómeno. Por isso, acaba por perder a paciência e, no final, «afasta-se pela praia, tenso e nervoso como quando chegou, e ainda mais inseguro acerca de tudo».

O argumento que quero defender é que as fórmulas, os símbolos e as equações matemáticas são, precisamente, essas metáforas poderosas. O que o matemático faz é recorrer a elas para oferecer novos pontos de vista que ajudam a compreender o mundo, construindo narrativas que rivalizam com o que de mais belo se escreveu na literatura universal ou com as obras mais sublimes de Johann Sebastian Bach.

Quando Einstein formulou $E = mc^2$, ofereceu-nos uma metáfora que liga energia e matéria através de uma constante universal, ao mesmo tempo que nos proporcionou uma nova perspectiva sobre o mundo. De forma semelhante, a identidade de Euler $e^{i\pi} + 1 = 0$, frequentemente citada como exemplo de profunda beleza matemática, conecta as cinco constantes fundamentais da matemática através de três operações elementares: adição, multiplicação e exponenciação. Trata-se também de uma belíssima metáfora, que relaciona rotações no plano com números complexos, revelando ligações profundas entre álgebra, análise e geometria, e fornecendo à física a linguagem necessária para representar ondas e campos, permitindo descrever tanto a mecânica quântica como o eletromagnetismo.

Um terceiro exemplo relaciona-se com o meu fascínio inicial pela matemática. Tudo começou quando tomei consciência da inexorabilidade do processo de contagem. Ao perceber que poderia contar «para sempre», deparei-me

(...) a identidade de Euler $e^{i\pi} + 1 = 0$, frequentemente citada como exemplo de profunda beleza matemática, conecta as cinco constantes fundamentais da matemática através de três operações elementares: adição, multiplicação e exponenciação.

com a ideia de infinito de forma clara e arrebatadora. Como escreveu Tobias Dantzig, no seu belíssimo livro *Número, a Linguagem da Ciência*: «É no limiar da matemática que se nos depara o dilema do infinito, como o dragão lendário guardando a entrada do jardim encantado». Foi ao contemplar essa besta magnífica que me apaixonei pela matemática.

A ideia de infinito remete, naturalmente, para a questão: o que é um conjunto infinito? A resposta do matemático alemão Richard Dedekind a essa pergunta é, ao mesmo tempo, profunda e elegante: um conjunto é infinito se for possível estabelecer uma correspondência biunívoca entre ele e um seu subconjunto próprio. O conjunto dos números naturais $\{0, 1, 2, \dots\}$ é infinito porque é possível associar a cada número natural o seu dobro, criando assim uma correspondência perfeita entre o conjunto dos naturais e o seu subconjunto próprios dos números pares $\{0, 2, 4, \dots\}$. Isso mostra que os números naturais e os números pares têm a mesma cardinalidade. É um resultado surpreendente que oferece um ponto de vista novo, profundamente revolucionário, sobre a noção de infinito. De certa forma,

a matemática conseguiu humanizar a «besta» que me assombrava no centro do labirinto.

Há uma história, na própria história da matemática, que ilustra de modo singular a ideia que quero defender sobre pontos de vista e metáforas. A ação decorre no final do século XIX, numa época em que a matemática se encontrava à beira de uma profunda crise existencial, precisamente ligada às questões do infinito.

Após os extraordinários avanços do cálculo por Newton e Leibniz, e dos contributos de Laplace, Euler e Fourier no estudo das equações com derivadas parciais, consolidou-se a convicção de que a matemática possuía a capacidade de resolver todos os problemas da mecânica. Tudo parecia poder ser reduzido a uma fórmula determinística que, uma vez conhecida, permitiria descrever com precisão todos os fenómenos físicos, refletindo a ideia iluminista de que a verdadeira beleza da matemática reside na sua utilidade.

Apesar dessa confiança quase absoluta, havia problemas que teimavam em escapar ao controle. Em 1884, o matemático sueco Gösta Mittag-Leffler propôs ao rei Óscar II de Suécia e Noruega organizar um prémio inter-

nacional de matemática, em homenagem ao 60.º aniversário do monarca. O prémio destinava-se a soluções de problemas ainda não resolvidos e consistia numa medalha de ouro e numa generosa quantia em dinheiro. O problema que mais atraiu atenção estava relacionado com a estabilidade do sistema solar: será que o movimento de um conjunto de massas sujeitas apenas à gravitação newtoniana poderia ser descrito de forma completa e explícita, à semelhança do que acontecia com o problema dos dois corpos? Poderia a acumulação das interações planetárias ao longo do tempo alterar substancialmente a evolução do sistema?

Ninguém conseguiu fornecer a resposta esperada. Ainda assim, o prémio acabou por ser atribuído ao matemático francês Henri Poincaré que, não tendo encontrado uma solução em forma de fórmula fechada, se distinguiu por oferecer um ponto de vista original sobre o problema. Em vez de procurar uma expressão analítica global, válida para todos os tempos, propôs uma abordagem qualitativa, centrada na geometria do espaço de fases e no estudo do comportamento das trajetórias.

No processo, Poincaré cometeu um erro. Um erro técnico, subtil, relacionado com a estabilidade de certas soluções periódicas. O erro foi posteriormente identificado e corrigido, não enfraquecendo o resultado, mas antes, curiosamente, reforçando a sua importância conceptual. Essa correção revelou a extrema sensibilidade do sistema às condições iniciais e a impossibilidade de extrapolar conclusões globais a partir de análises meramente locais. Trajetórias que se entrelaçavam de forma inextricável, regiões do espaço de fases onde a previsibilidade se desfazia, não por falta de leis, mas por excesso de complexidade, mostraram que o que parecia estável numa perspetiva local revelar-se dramaticamente instável quando observado numa perspetiva global. Como eco das palavras de Beckett — «Tenta outra vez. Falha outra vez. Falha melhor.» —, o erro de Poincaré demonstrou que a falha é condição de um entendimento mais profundo e subtil da complexidade.

Foi nesse contexto que emergiu o famoso teorema da recorrência de Poincaré. Num sistema mecânico conservativo, dizia ele, quase todas as trajetórias regressam arbitrariamente perto do seu estado inicial após um tempo suficientemente longo. Este resultado, aparentemente paradoxal à luz da intuição termodinâmica, subli-

nha a complexidade inerente à dinâmica determinística e desafia a ideia da previsibilidade absoluta. O determinismo das equações não garante, afinal, a previsibilidade dos fenómenos.

A distinção entre comportamento local e global marcou uma rutura decisiva com o ideal laplaciano de uma mecânica totalmente previsível. As ideias pioneiras de Poincaré lançaram as bases da moderna teoria dos sistemas dinâmicos e influenciaram profundamente o desenvolvimento posterior da teoria do caos. Conceitos hoje familiares, como dependência sensível das condições iniciais, espaço de fase, emaranhamento quântico e estruturas fractais, encontram aqui a sua origem intelectual.

O fracasso em encontrar uma fórmula fechada revelou-se, paradoxalmente, um dos momentos mais férteis da história da matemática: o instante em que se compreendeu que a complexidade e a imprevisibilidade não são defeitos do nosso conhecimento, mas sim características intrínsecas dos próprios sistemas determinísticos.

É deste ponto de vista sobre a complexidade e a recorrência que parto e regresso à literatura. Manuel António Pina, no seu primeiro livro de poesia *Ainda não É o Fim nem o Princípio do Mundo. Calma É apenas Um pouco Tarde*, de 1974, coloca a seguinte epígrafe:

***Diz-se Revolução
o Movimento de um Corpo que,
descrevendo uma curva fechada,
passa sucessivamente pelos
mesmos Lugares.***

Mais tarde, num ensaio sobre poesia e revolução, Pina revisita a epígrafe e pergunta: «Porque regressa sempre a poesia a Homero, a Dante, a Camões (...) às mesmas formas e aos mesmos processos, como se a poesia fosse uma espécie de língua universal, adquirida como todas as línguas e mutante como todas as línguas?». Há aqui uma inesperada afinidade de pontos de vista comuns entre a matemática e a poesia.

Termino como no início ou, quem sabe, no centro do labirinto. Arranjei o meu estilo estudando Matemática e ouvindo um pouco de música. Mas, em vez de Bach, a minha referência foi a cultura popular portuguesa. Cheguei à Mulher da Roda através das imagens gravadas pela RTP, em 1970, nas margens do Zêzere, para a série



documental *O Povo que Canta: Vozes e Imagens*, de Michel Giacometti e Alfredo Tropa. O registo é silencioso, quase furtivo, mas permite sentir o movimento da roda e ouvir o canto, frágil e profundo, que se desenrola como um fio de tempo, como se cada volta guardasse memórias, histórias e ecos de vida:

***Esta roda está parada
Ai por falta de tocador
Ai a roda já pode seguir
Ai que a toca o meu amor.***

O ciclo repete-se, mas os pés da «tocadora de roda anónima» já não são os mesmos. Nós também não. E em cada ciclo, em cada gesto, em cada verso, cada regresso é único. E isto é lindo!

* Professor associado do Departamento de
Matemática, Universidade de Coimbra

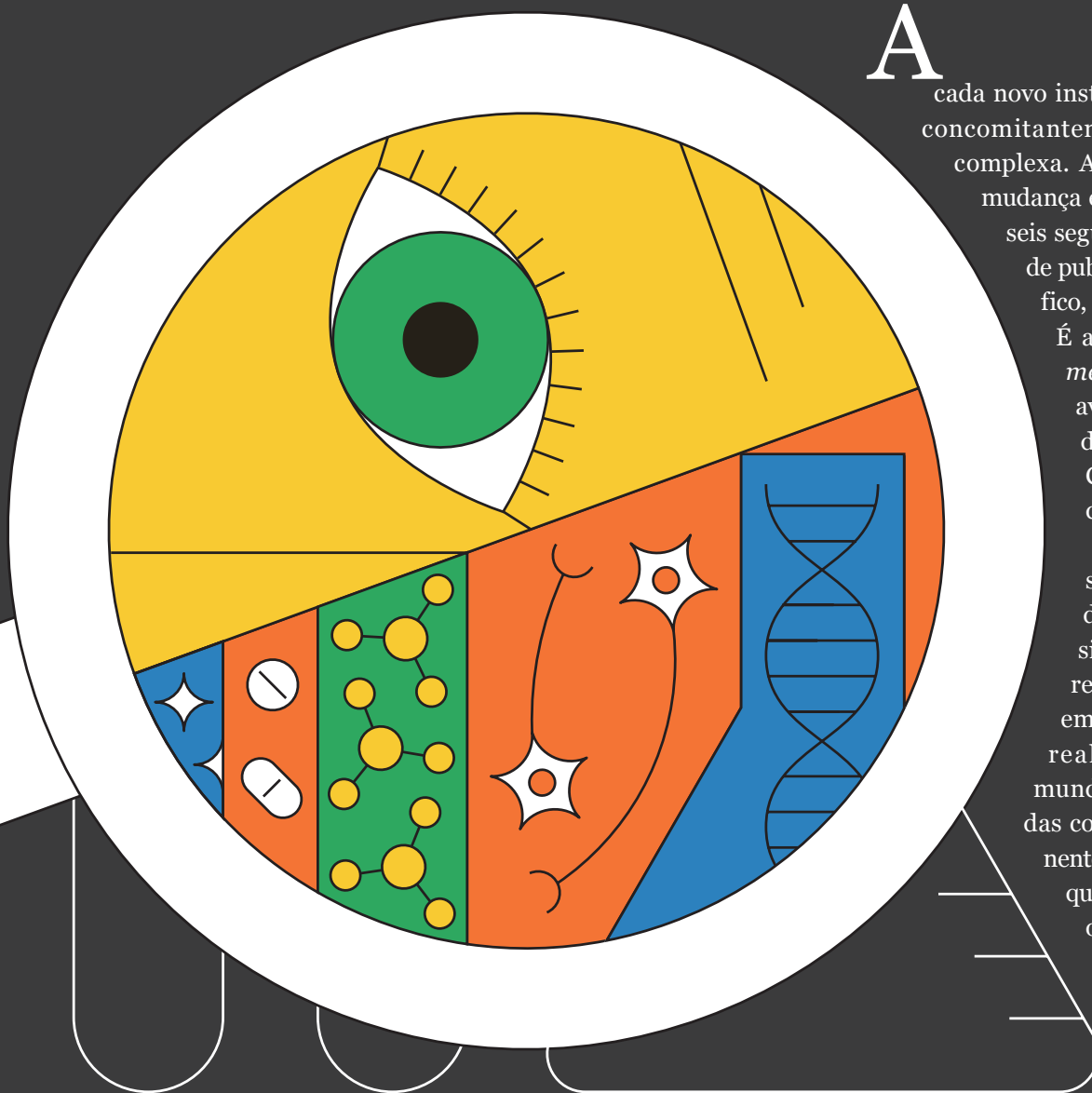
QUANDO A CIÊNCIA SE REVELA:

A BELEZA
DA CULTURA
CIENTÍFICA

INÊS AMADO DA SILVA
SARA VARELA AMARAL

ILUSTRAÇÃO:
RITA FÉLIX





A cada novo instante, a realidade torna-se, concomitantemente, mais clara e mais complexa. A medida alucinante dessa mudança é a de seis segundos: a cada seis segundos, em média, na forma de publicação de um artigo científico, é feita uma nova descoberta. É assim, com cada *descobrimen-*to, que «o mundo pula e avança», escreveu o poeta-pedagogo-cientista Rômulo de Carvalho (António Gedeão, de seu pseudónimo literário).

Ainda que nem todas sejam revolucionárias, cada descoberta transporta consigo, pelo menos, a pequena revolução interna provocada em quem observa, em tempo real, o gesto alquímico do mundo, o movimento perpétuo das coisas, a regeneração permanente da matéria. Uma revolução que começa, antes de tudo, com o deslumbramento perante o conhecimento, com a intuição de um novo caminho; e que continua, depois, dentro dos olhos de quem está ao microscópio, nas mãos de quem

manipula um balão de Erlenmeyer, no pensamento de quem escreve um artigo e que, em resultado do seu gesto metódico, extrai uma novidade, um novo padrão, um novo modo de ver e de contribuir para o bem comum. Assim se revela a beleza da investigação científica.

Era também da beleza do desconhecido desvendado que Camões falava quando escreveu, em *Os Lusíadas*, que os portugueses, no Renascimento europeu, mostraram «novos mundos ao mundo». No momento histórico a que ainda hoje chamamos «Descobrimientos», não se pode dizer que os portugueses tenham realmente descoberto os povos e os países conhecidos de outros há tanto tempo. Pode dizer-se, antes, que os portugueses executaram, sempre que possível, descrições resultantes da observação direta, contribuindo para edificar o método científico criado nos séculos seguintes.

A verdade é que nem nos alvares da revolução científica, no século XVIII, com o privilegiar do empirismo e a criação do método científico, se perdeu por completo o deslumbre perante a experiência. No auge do século do racionalismo, Kant radica na razão a experiência do sublime — a experiência intensa, esmagadora, em que nos é imposta a magnitude ou dimensão de um evento ou da natureza, de algo maior do que nós. De forma diferente da beleza, o sublime também pode ser terrífico, e está mais relacionado com a dimensão e o inefável, remetendo para uma experiência complexa, daquilo que nos abala e que temos dificuldade em abarcar — algo diferente da experiência estética mais simples das formas belas, que conseguimos facilmente apreender, mas talvez próximo do estarrecimento perante as dimensões da vida e da matéria em que se processam muitas descobertas científicas.

A resposta subjetiva ao Iluminismo chega com Goethe, para quem conhecimento e beleza, ou natureza e ideias, são inextrincáveis. Para Goethe, beleza significa harmonia, como fica plasmado em *A Metamorfose das Plantas*, obra de 1790 na qual, através da observação aturada dos movimentos e formas do mundo vege-

tal, compreendeu como beleza o movimento da vida e a transformação das plantas. No âmbito do romantismo alemão, Goethe procurou devolver ao mundo o deslumbramento perante a transformação, guardado na beleza do momento da observação.

Hoje, já no século XXI, entendemos que a beleza da ciência e da descoberta científica não pode ser revelada sem ser comunicada, sem ser democratizada. A cada descoberta nasce um instante de deslumbramento para um ou uma cientista, momento que raramente é visível para o mundo. Porque a ciência, por si só, não fala: precisa de ser traduzida, contada, integrada na linguagem comum do dia a dia. É assim que a ciência entra na cultura e é assim que nasce a cultura científica: do esforço de tornar partilhável aquilo que não pode ficar só nos laboratórios.

Talvez mais do que em qualquer outro momento histórico, a ciência é tomada como um bem comum e sentida como uma necessidade. E é através da comunicação de ciência que ciência e sociedade se encontram, negociam significados, criam colaborações, constroem confiança e descobrem novas formas de ver o mundo. É o modo como o conhecimento se integra na vida comum e a ilumina que dita a promoção e a integração de uma cultura científica.

Na Universidade de Coimbra (UC), esta convivência entre saberes e busca por uma verdadeira cultura científica tem crescido através de múltiplas práticas e linguagens. A relação entre teatro e ciência, que dá corpo às ideias e emoção aos conceitos; a criação de conteúdos educativos, como livros que contam histórias onde a ciência se esconde nas personagens ou jogos que transformam aprendizagem em descoberta lúdica; os vídeos que revelam bastidores de laboratório;

A cada descoberta
nasce um instante
de deslumbramento
para um ou uma cientista,
momento que raramente
é visível para o mundo.
Porque a ciência,
por si só, não fala: precisa
de ser traduzida, contada,
integrada na linguagem
comum do dia a dia.

as crónicas, as opiniões e as notícias que mostram a evolução do conhecimento e fazem pontes entre quem investiga e quem lê. A celebração da curiosidade em momentos como a Semana da Ciência e Tecnologia ou a Noite Europeia dos Investigadores, em que a ciência, o entretenimento e a cultura dão as mãos. A ciência também é revelada através da ilustração ou banda desenhada, que transforma detalhes microscópicos e complexidades escondidas em imagens claras, atrativas e delicadas.

Estas práticas ganham força porque trabalham com a sociedade real: crianças com espanto e ingenuidade, jovens em busca de direção, adultos que regressam à curiosidade pela porta da cultura, seniores que trazem memórias, doentes e cuidadores que encontram na ciência a esperança e formas de compreender melhor a sua realidade e participar ativamente nela. A ciência que dialoga com as pessoas não é apenas conhecimento: é cuidado, pertença, evolução. É a construção de um mundo melhor, mais justo, mais promissor.

Quando cientistas, artistas, educadores e cidadãos se juntam não somam apenas competências: a ciência ganha

novas linguagens, a arte ganha novas matérias, a sociedade ganha novas soluções. Este é um cruzamento que produz algo muito maior do que cada contributo individual. Cientistas trabalham lado a lado com artistas, professores e famílias. Também a ciência cidadã vai ganhando espaço, como a forma mais evidente desta relação onde os cidadãos são convidados a participar diretamente na investigação: recolhem dados, observam, registam, analisam, ajudam a formular perguntas e a descobrir respostas. Aqui, a investigação deixa de ser apenas para as pessoas e passa a ser também com as pessoas.

Por tudo isto, a comunicação de ciência funciona hoje como um espelho da descoberta e da investigação. Comunicar ciência é segurar o espelho que permite ver aquilo que não é evidente à primeira vista, seja pela escala infinitamente pequena, pela complexidade escondida ou pela linguagem que nem todos dominam. Esse espelho não distorce, mas antes revela e amplia. Devolve ao mundo uma tradução, em forma de imagem clara, do progresso do que é descoberto e do seu impacto na vida da sociedade e de cada um. Quando refletida assim, a ciência mostra-se, por fim, como realmente é: humana, imperfeita, persistente, apaixonada, feita de tentativa e erro, de avanços e recuos.

A beleza da investigação não está apenas no que se descobre, mas no fascínio diário dos e das cientistas por uma molécula, uma estrela distante, um gene silencioso, uma palavra antiga, um comportamento inesperado ou uma solução tecnológica que pode melhorar vidas. São estes que, todos os dias, criam e descobrem caminhos para um mundo mais complexo e inevitavelmente mais belo. Mas tudo isto só se torna visível, e possível, quando partilhado, porque o que não é comunicado não chega a transformar. E é na transformação — das pessoas, das comunidades, da ciência — que reside a sua força. No fundo, comunicar ciência é devolver ao mundo a possibilidade de se maravilhar. E esse gesto, simples e profundo, é já por si uma forma de beleza.

* Centro de Neurociências e Biologia Celular
e Centro de Inovação em Biomedicina e Biotecnologia,
Universidade de Coimbra

ESTÉTICA COMPUTACIONAL E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL (IA): PORQUE É QUE A IA ADORA HAMBÚRGUERES?



Imagem produzida pelo sistema EIGO,
Domício Neto, João Correia,
Penousal Machado, 2025.

PENOUSAL MACHADO *

a

procura por regras universais para quantificar o belo, como o célebre rácio dourado, acompanha a história da arte e da ciência. Embora este rácio surja em contextos matemáticos e biológicos, não há evidência de que tenha qualquer relevo estético. O mito persiste, não por ser correto, mas por ser sedutor: oferece uma explicação simples para algo complexo, e as nossas mentes evoluíram para valorizar isso.

Apesar de a procura por uma métrica universal ser ilusória, há características visuais que surgem recorrentemente em diferentes épocas e culturas, e às quais reagimos de forma inata. Noções como simetria, proporção, equilíbrio ou contraste são ubíquas, porque detectá-las oferece vantagens bio-evolucionárias e, por isso, o nosso sistema visual evoluiu para as reconhecer eficazmente.

Ver não é um ato passivo, mas um processo cognitivo complexo: a mente constrói representações estáveis a partir de sinais ambíguos e variáveis (Marr, 1982). Nesse sentido, como defende Zeki, a arte explora as funções e limitações do sistema visual. A recusa de

Mondrian em usar diagonais, por exemplo, tem fundamento neurobiológico: a zona V1 do córtex visual tem mais neurónios sensíveis a horizontais e verticais do que a orientações oblíquas.

Foi com estas ideias em mente que, no final dos anos 1990, eu e Amílcar Cardoso, no âmbito da minha tese de doutoramento, pomposamente intitulada «Inteligência Artificial e Arte», formulámos uma abordagem para a estética computacional. Defendemos que o valor estético resulta do prazer cognitivo de encontrar uma representação simples (um perceto) para um estímulo visual complexo. Os percetos são sempre aproximações, porque o sistema visual extrai apenas a informação essencial. Como tal, o modelo considera o tamanho do perceto, o erro introduzido pela simplificação, e o facto de a percepção se desenrolar no tempo.

Esta abordagem bebe de trabalhos de Birkhoff (1928), Moles (1971) e Minsky (1986), mas inova ao distinguir a complexidade do estímulo da complexidade do perceto e ao usar técnicas de compressão de imagem para estimar ambas. Isso permitiu medir o «valor estético» de imagens, obter resultados competitivos com os de humanos no *Test of Drawing Appreciation* (Graves, 1977), e automatizar a avaliação de imagens geradas por IA (sim, já se fazia nos anos 1990) viabilizando a geração autónoma de artefactos visuais. Anos mais tarde, a psicologia confirmou esta intuição com a noção de *processing fluency*, segundo a qual estímulos processados mais facilmente tendem a ser avaliados como mais agradáveis (Reber, Schwarz & Winkielman, 2004).

A convergência entre estes resultados sugere uma ideia clara: a beleza pode ser vista como um subproduto cognitivo, produto dos mecanismos de percepção. Este enquadramento também clarifica o debate *nature vs. nurture*: o gosto é moldado pela cultura, mas assenta em predisposições percetuais enraizadas na arquitetura do sistema visual.

Podemos olhar para o fenómeno de forma mais abrangente: o prazer estético é ubíquo e, como tal, tem de ter uma explicação bio-evolucionária. A inteligência, humana ou artificial, pode ser entendida como a capa-



Imagens produzidas pelo sistema EIGO,
Domicio Neto, João Correia,
Penousal Machado, 2025.



cidade de reduzir a complexidade do mundo a estruturas simples e manipuláveis. Se a evolução favoreceu organismos capazes de transformar caos em compreensão, faz sentido que também tenha selecionado o prazer associado a esse ato (é um reforço positivo que nos leva a procurar explicações). É esse mecanismo que une a experiência estética nos mais diversos domínios, da arte à ciência.

Saltemos agora para o presente; para uma era em que a investigação em visão computacional produziu modelos conexionistas que, em vários aspetos, se aproximam da arquitetura funcional do sistema visual humano; para um momento em que a atenção pública se concentra no impacto da IA na arte (e no nosso dia a dia).

Importa recordar que estas ligações não são novas: AARON, o sistema pioneiro de Harold Cohen, já nos anos 1990 levantava questões de autoria semelhantes às atuais. O que mudou foi a escala: hoje, qualquer pessoa pode gerar imagens de elevado realismo com um simples comando, e o facto de os modelos mais populares serem treinados com grandes coleções de imagens existentes e com o objetivo de as aproximarem.

É cedo para aferir o impacto da IA na arte, mas quando a produção se torna trivial e abundante, o valor tende a baixar. Por outro lado, a arte contemporânea raramente se define pela procura do belo; tem sido, sobretudo, um espaço de problematização conceptual e social, o que talvez a proteja da IA.

Mas voltemos à estética, que é o foco deste artigo. A abordagem mais popular para construir modelos computacionais de estética consiste em treinar redes neuronais profundas com milhões de imagens avaliadas por utilizadores. Quando usamos estes modelos para maximizar o «valor estético» de uma imagem gerada, o resultado é elucidativo: pores do sol, comida de Instagram, silhuetas a caminhar rumo ao horizonte e outros clichés visuais. Trata-se da consequência inevitável de treinar sistemas para agradar ao gosto médio: o equivalente estético de um gelado de baunilha — consensual, inócuo e previsível.

Mais preocupantes são os enviesamentos culturais. Por exemplo, partindo de um *prompt* tão neutro como «uma mulher» e otimizando o valor estético previsto, a roupa tende a desaparecer. O mesmo não acontece com homens. Estes modelos promovem também um imperialismo cultural: ao otimizar o valor estético absoluto, surgem hambúrgueres atrás de hambúrgueres, mas nunca um arroz de polvo, por muito fotogénico que este seja. Os dados têm destas coisas: vence sempre o cliché dominante.

São também imperdoavelmente pobres do ponto de vista conceptual, porque ignoram uma oportunidade inédita: agora que possuímos modelos do sistema visual suficientemente sofisticados, podemos, por fim, aproximar-nos de uma teoria computacional da estética que respeite a perceção humana.

Costuma dizer-se que «sem dados não há IA», mas isso é falso. Há IA sem dados, há IA generativa há décadas, há aprendizagem por reforço, sistemas baseados em regras, modelos evolutivos, e muitas outras técnicas que não dependem de exemplos. Mais importante ainda, a IA, mesmo a baseada em dados, não está condenada à repetição. É perfeitamente possível produzir resultados radicalmente distintos do material de treino. Por exemplo, um modelo treinado apenas com fotografias de animais e plantas pode gerar imagens com pinceladas no estilo de Van Gogh ou até simular a assinatura de Picasso (sim, já o fizemos).

O que limita a IA não é a sua natureza, mas a forma como a treinamos, como a usamos e como interagimos com ela. O modelo não está preso aos dados; está preso ao modo como lhe pedimos para os usar. É, por isso, crucial desenvolver novas formas de interação entre humanos e IA, capazes de sustentar processos de co-criação ricos, eticamente responsáveis e alinhados com os valores culturais e sociais que queremos preservar.

* Professor associado do Departamento de
Informática, Universidade de Coimbra



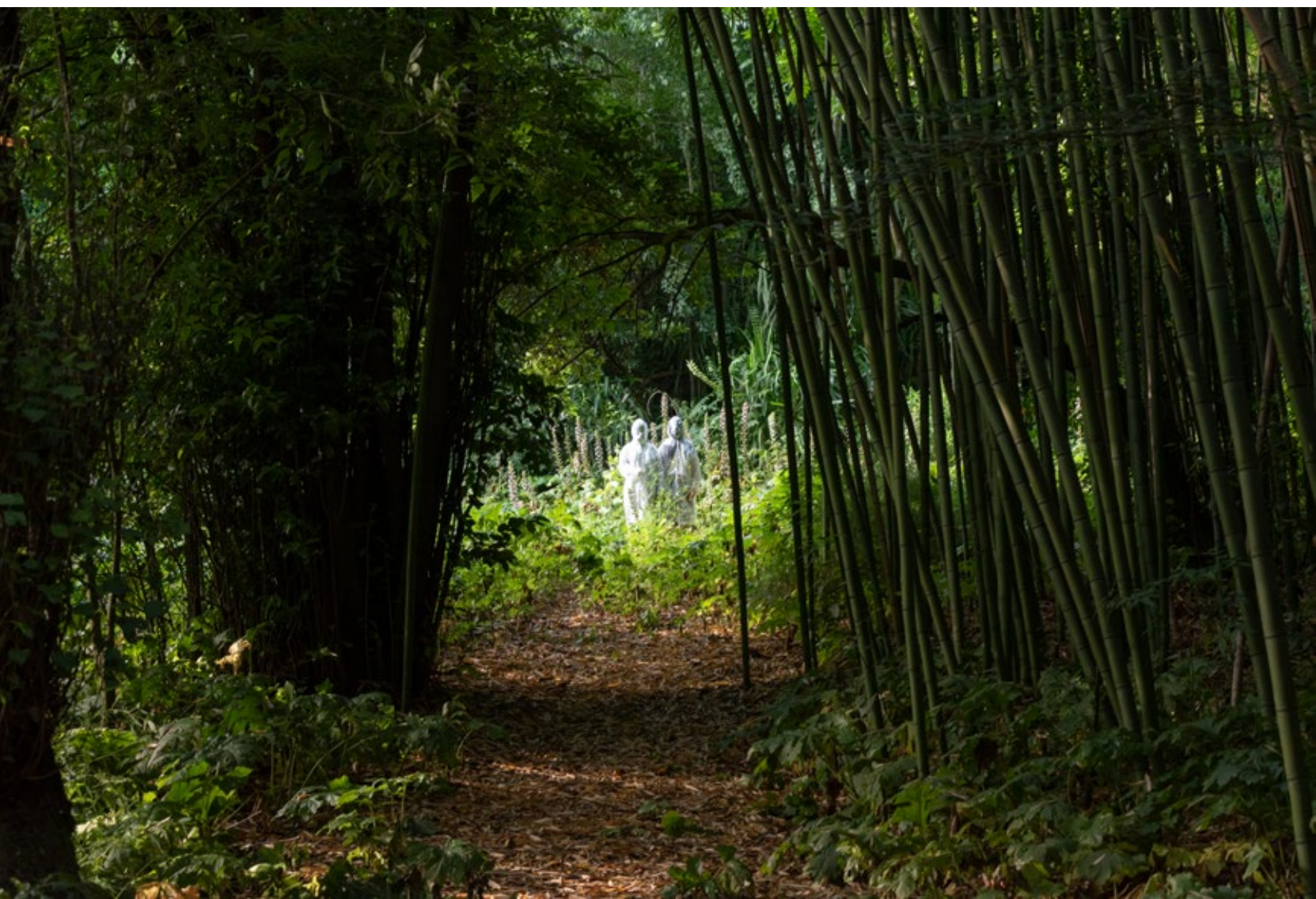
Top

OFICINA DOS
SABERES

RL#60
Ágora

99

JUNGLE RED,
de Carlota Canto Lagido
Sons da Cidade, 2018
Fotografia: João Duarte



A BELEZA DA MEMÓRIA ANTE A IMPERFEIÇÃO DA AUSÊNCIA

ANA CRISTINA SANTOS *

A reflexão sobre a beleza tem inspirado variados contributos, atravessando lugares e tempos, influenciando formas de expressão artística e padrões estéticos, instigando debates científicos e ações de protesto. Dificilmente encontramos um tema tão volúvel e constante na forma abrangente como condiciona a gestão da vida quotidiana. A sua volatilidade decorre da apreciação necessariamente subjetiva que condiciona a sua natureza, variável conforme o contexto individual e/ou coletivo. Não obstante, o fascínio que o tema da beleza atrai ao longo da História confere-lhe um carácter perene, inultrapassável, de infinita procura de um ideal que designamos por belo, admirável ou sublime.

De forma a contribuir para essa eterna discussão, proponho-me a pensar o conceito de beleza a partir de dois eixos.

Por um lado, e de um modo mais imediato, falar em beleza é pensar no seu aspeto palpável, material, muitas vezes associado à corporalidade. A partir deste eixo, áreas do saber como a Sociologia mostraram como a beleza é uma construção sociocultural. Quando imposto com rigidez, sem atender à diversidade, o padrão de beleza dominante num determinado espaço-tempo desencadeia pressões sociais para a conformidade que, por sua vez,

podem espoletar perturbações do comportamento e comprometer o bem-estar. Um desdobramento desta imposição de certos padrões alimenta a crescente incidência de formas de discriminação como capacitismo, gordofobia, racismo, transfobia, idadeísmo, e de discursos de ódio dirigidos a corpos que, por motivos como a pertença racial ou étnica, a performance de género, o aspeto e a sua leitura social, entre muitos outros, não encaixam na norma. Sobre este mesmo tema, escrevi em tempos que perfeitos são os corpos mutantes, expressão que deu título a um artigo publicado no *Diário de Notícias (DN)*. Nesse artigo, defendi que:

«Nenhuma pessoa apresenta as mesmas características ao longo da vida. Somos seres mutantes, em constante movimento, corpos-projeto nos quais tudo se transforma – peso, altura, massa muscular, estrutura, densidade óssea, número de leucócitos ou valores do colesterol, mas também a pele mais ou menos hidratada, o comprimento das unhas e do cabelo, o que nos comove e mobiliza, o modo como aprendemos a ver mundo. A maior incidência estatística, em matéria de corpo, é a diversidade. Logo, artificial e violenta é a tentativa de disciplinar um corpo que, por definição e experiência, prossegue desordeiro. É dessa desordem que se produz vida, através de um corpo grávido que se transforma a cada segundo. É também dessa desordem que se produz o desejo, a empatia, a consciência antirracista, o reconhecimento de direitos a pessoas com diversidade funcional ou deficientes, pessoas trans e intersexo, pessoas com doença crónica ou cujos corpos não se encaixam numa claustrofóbica fórmula numérica.» (DN, 9 julho de 2017)

Esse mesmo texto terminava fazendo um apelo ao reconhecimento de padrões alternativos de beleza, um tema que recuperei mais tarde num capítulo sobre epistemologia, cidadania e monstruosidade, no qual demonstro como a cidadania tem vindo a ser construída em termos dicotómicos, que não só excluem como ativamente constroem experiências descartadas como monstruosas, remetidas para a vulnerabilidade extrema, com base em pressupostos injustos. (Santos, 2013)

Por outro lado, proponho um segundo eixo para repensar o que se entende por ideal de beleza, desta feita considerando que a expressão desse ideal pode ser imaterial, convocando emoções, princípios ou valores. Nesta linha, insere-se o encantamento ou enlevo perante uma determinada música, poema ou paisagem, o compromisso com certas causas, o altruísmo, a empatia e a generosidade. Nesta mesma linha de pensamento acerca da imaterialidade da beleza, sugiro convocar um outro conceito porventura menos evidente, mas central a esta reflexão: a memória. Podemos pensar em memórias pessoais, associadas à genealogia, à história de infância, ao universo das famílias ou da escola, o tipo de memórias desencadeadas quando abrimos um antigo álbum de fotos nas quais nem sempre nos reconhecemos, embora saibamos que aquela imagem reproduz uma versão de nós. Mas a memória pode ser também coletiva, partindo da história de uma comunidade, de um grupo, de uma identidade. Em qualquer dos casos — memórias pessoais ou memórias coletivas —, entramos no terreno de uma beleza que resiste à imperfeita ausência, um resgate de uma história que corre o risco de desaparecer, uma tentativa de preservar aquilo cuja materialidade escapa ou que já não encontra correspondente material no presente.

Um exemplo ajudará a concretizar este argumento da memória enquanto beleza. Nos últimos anos, tenho trabalhado sobre envelhecimento, partindo de um ângulo descuidado pelos estudos académicos, mas também pelas políticas sociais e o próprio ativismo — o envelhecimento de pessoas LGBTQI+ ou, se quisermos, a velhice *queer*. O que significa para alguém, cuja vida, em boa parte, foi passada entre a criminalização e a ostracização, envelhecer no Portugal de 2025 onde o respaldo jurídico que garante igualdade e direitos parece ter chegado demasiado tarde? Como lidar com o medo iminente da perda de autonomia e a inevitabilidade da dependência de profissionais cuja formação não inclui capacitação para a diversidade sexual e de género? Tendo sobrevivido a um regime ditatorial e, posteriormente, à chamada crise da SIDA, muitas pessoas lésbicas, *gays*, bissexuais e trans estão hoje a envelhecer sozinhas e sem o devido apreço por tudo o que as suas vidas duramente vividas representou para o progresso que a democracia nos trouxe. Cada uma des-

tas pessoas é uma História, uma enciclopédia, um manual de sobrevivência para tempos turbulentos.

Numa das centenas de entrevistas biográficas que fizemos em países como Eslovénia, Itália, Grécia, Malta e Portugal, alguém que luta diariamente com uma doença terminal disse-me:

«Quando olho para as minhas estantes, os meus arquivos, as minhas pastas... é como se estivesse a ver álbuns de fotos de família ou fotografias de infância. É isso que está lá, faz parte daquela bolha que as pessoas *queer* constroem para si mesmas, para que possamos respirar dentro dela, para que possamos encontrar um espelho que nos faça companhia.»

Muitas das pessoas com quem tenho tido o privilégio de conversar ao longo dos anos possuem, de forma atomizada, uma série de aprendizagens, experiências, desejos e mundivisões que, quando analisados no seu conjunto, permitem conhecer a força de uma comunidade, mesmo quando essa comunidade esteve sempre dispersa por força das circunstâncias. Não temos, em Portugal, um coletivo *queer* sénior, como sucede na Grécia ou em Espanha, entre outros exemplos. Mas temos pedaços de histórias decorrentes de vidas individuais que, afinal, tanto têm em comum. É nossa responsabilidade, científica e cidadã, resgatar estas e outras Histórias por contar, devolvendo-lhe a força da maré que lhe é inerente.

A beleza da memória reveste-se aqui de uma aparente materialidade — o arquivo — que visa enfrentar uma ausência, deixando uma linha sem traço que sobreviva ao apagamento. Também Miguel Torga nos fala dessa linha sem traço, num poema escrito em 1946, numa ode «À Beleza». Vejamos:

***Não tens corpo, nem pátria, nem família,
Não te curvas ao jugo dos tiranos.
Não tens preço na terra dos humanos,
Nem o tempo te rói.
És a essência dos anos,
O que vem e o que foi.
[...]
És um verso perfeito
Que traz consigo a força do que diz.
[...]
És a beleza, enfim. És o teu nome.
Um milagre, uma luz, uma harmonia,
Uma linha sem traço...***

Termino este texto regressando ao seu início. O título escolhido, inspirado numa releitura desta extraordinária ode «À Beleza» de Torga, devolve-nos uma pergunta subtil: pode uma linha sem traço subsistir? Por outras palavras, para onde vai a beleza da memória quando a ausência teima? Paul Preciado e Judith Butler falam-nos de multitudes *queer* (Preciado, 2011) e corpos em aliança (Butler, 2015), revelando o poder que emana da agregação de narrativas e experiências. Assim como a união traz a força, também das memórias resgatadas resulta a sublime beleza da diversidade que resiste e que diz não.

* Investigadora do Centro de Estudos
Sociais, Universidade de Coimbra

Agradecimento.

Esta reflexão foi possível graças ao trabalho desenvolvido no âmbito do projeto TRACE – Queer Citizenship Over Time, que lidero no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra desde 2023, financiado pelo European Research Council (ERC-2021-COG, TRACE, 101044915). Neste âmbito, agradeço muito especialmente a Ana Lúcia Santos e Pedro Fidalgo.

Referências

- Butler, 2015, *Notes toward a Performative Theory of Assembly*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press.
- Preciado, 2011, «Multitudes queer. Notes for a politics of “abnormality”», *Revista Estudos Feministas*, 19(1), 11-20.
- Santos, 2013, «Embodied Queer Epistemologies: A New Approach to (a Monstrous) Citizenship», *LGBTQ+ Intimacies in Southern Europe. Citizenship, Care and Choice*. London: Palgrave Macmillan, 77-98.



UM TESOURO RESGATADO:

O RETRATO DO SÁBIO PRÍNCIPE, D. JOSÉ (1714-1777)

DIOGO LEMOS *

Um príncipe reencontrado num leilão

No dia 14 de dezembro de 2023, um retrato identificado apenas como «de um jovem» foi à praça na Sotheby's de Paris. Integrava a coleção de Hubert Guerrand-Hermès (1940–2015), descendente do fundador da célebre marca francesa. Entre várias peças de exceção — como uma cadeira do *boudoir* da rainha Maria Antonieta (1755-1793), vendida por mais de dois milhões de euros, ou uma tela de Pierre Soulages (1919-2022), arrematada por mais de três milhões —, esta discreta pintura escondia um segredo que, afinal, sempre esteve à vista de todos: tratava-se do príncipe D. José (1714-1777), futuro rei de Portugal.

A Universidade de Coimbra (UC) adquiriu a obra, trazendo-a de novo a território português. Fragmento raro e notável da retratística setecentista, a tela encontra-se datada de 1726 e assinada por Giorgio Domenico Duprà (1689-1770) — pintor saboiano ao serviço de D. João V (1689-1750), encarregado de projetar a imagem da família real portuguesa no plano interno e externo. Serviu D. João V entre 1719 e 1730.



Figura 2 – João Macphail (desenho), estudante de Coimbra, 1844, Arquivo Municipal de Coimbra

A imagem fora da norma

A ausência, nesta pintura, dos tradicionais atributos das reais pessoas é desconcertante. Faltam o manto de arminhos, o bastão de comando, a couraça metálica e os ricos tecidos debruados a pedras preciosas. Estes elementos tinham sido, aliás, cuidadosamente prescritos pela Real Academia da História Portuguesa, sensivelmente um ano antes de Duprà concluir este retrato. O objetivo era claro: equiparar o programa iconográfico dos retratos do Príncipe do Brasil ao de outros congêneres europeus — autênticos instrumentos de diplomacia visual destinados a afirmar Portugal entre as potências católicas.

Ora, o retrato adquirido pela UC contraria, assim, as prescrições coevas. O jovem herdeiro surge numa sobriedade quase ascética: traje negro, fundo neutro e total ausência de insígnias da dignidade principesca. De entre todos os retratos conhecidos de D. José, este é o único em que o príncipe abdica completamente dos sinais de aparato estabelecidos, recusando até as mais elementares peças-padrão do traje cortesão — como o colete, a casaca e sobrecasaca e o indispensável lenço de renda ao pescoço.

Mas se o retrato prescinde da ostentação material, não é por isso isento de gravidade. A riqueza é de outra natureza, ligada à virtude da sabedoria e ao contexto do estímulo da erudição cortesã, que coexistia com o de exploração dos recursos transatlânticos e com o fomento das artes. Assim, a cor negra do traje e o silêncio das insígnias tornam-se sinais de distinção: o fulgor das pedras e dos metais preciosos dá lugar ao brilho tácito da (desejada) sapiência.

O traje e o ideal de erudição

O príncipe ostenta todos os atributos do «hábito de estudante»: batina negra, de fileira abotoada, cingida por cabeção e volta branca, completada pelo mantéu talar — a célebre capa, enrolada no antebraço. Não apenas associado aos estudantes, os «vestidos talares pretos», conforme as pragmáticas vigentes, podiam também ser usados por figuras letradas da corte que ocupavam cargos da máquina do Estado (como magistrados), bem como por «clérigos de Ordens Sacras». Todos os demais cidadãos que se apresentassem «vestidos à abatina, em hábito talar» incorriam em crime.

A par do traje, também a pose do príncipe contribui para a materialização da dimensão académica e/ou formativa — ou do conhecimento alcançado, se quisermos antes. Com os quatro dedos postos dentro da batina e o polegar fletido, D. José repete um gesto que remonta à retórica clássica, mencionada por autores como Quintiliano (c.35-c.95) e incorporado na pedagogia retórica jesuítica. Indica disciplina, compostura e domínio do discurso. Não surpreende, pois, que tenha sido repetido na iconografia que, entre os séculos XVIII e XIX, tipificou o académico coimbrão: era um código visual de erudição, particularmente da arte da retórica — disciplina fundamental na formação pré-universitária e indispensável a quem ambicionasse prosseguir estudos na Universidade.

Mas, mais do que uma semelhança, o retrato do príncipe estabelece uma identidade visual deliberada. D. José dá corpo a um plano mais vasto: o de difusão da imagem de um herdeiro culto e instruído. No Portugal



Figura 3 – Ferdinand (colorido),
estudante de Coimbra, [s.d.],
Espagne et Portugal – Musée
Cosmopolite. Album de costumes
espagnols et portugais.
ed. Aubert, Paris, c. 1850

joanino, as academias floresciam, a ciência servia a expansão do império e a cultura ilustrada tornava-se instrumento de afirmação régia. É neste enquadramento — essencialmente político — que se compreende o tom exaltado das crônicas e encômios setecentistas, que apresentavam o jovem D. José como particularmente dotado — diziam — de «viva compreensão» e «talento sublime». Os panegíricos afirmavam que dominava a aritmética «com tanta exatidão que poucos oficiais dos tribunais o igualariam» e que se destacava na geometria e nas ciências práticas com notável destreza. Nem sempre, porém, esses louvores refletiam com rigor a realidade. Sabe-se, por exemplo, que no domínio das línguas — área do saber em que era apresentado como especialmente versado —, o príncipe não compreendia plenamente o francês, língua franca da diplomacia e da República das Letras, na qual circulava grande parte do conhecimento científico e intelectual europeu.

Como quer que possa ser, mais do que fixar a realidade, Duprà traduz o ideal que a monarquia desejava projetar: o do príncipe-sábio, disciplinado e prudente, modelo de virtude e erudição.

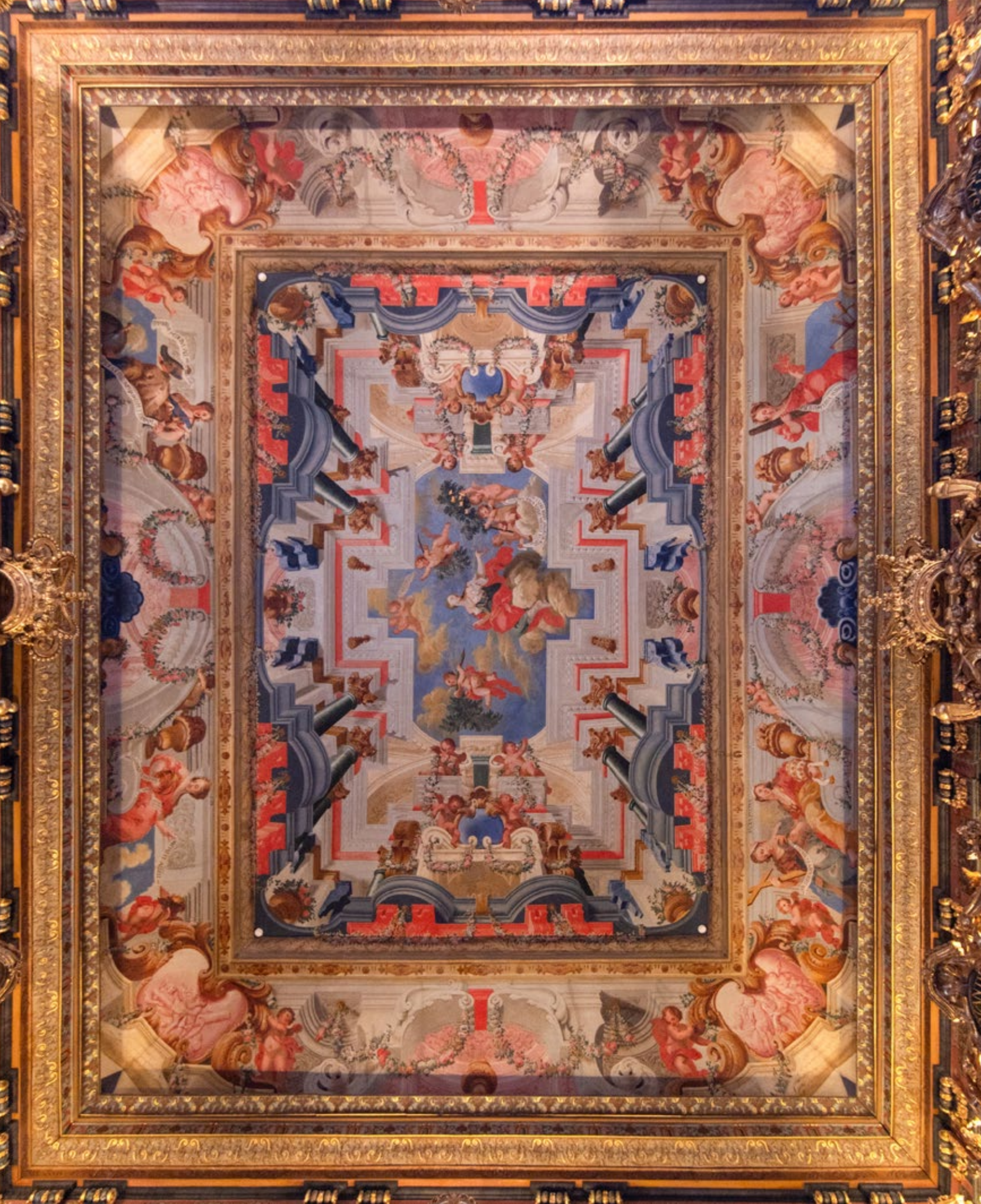
Proveniência e percurso: uma incógnita por desvendar

A proveniência original da pintura permanece desconhecida e é, atualmente, objeto de interrogação. Não se encontrou (ainda) qualquer documentação que esclareça o destino inicial da obra — lacuna que se espera colmatada com futuros estudos.

Através das fontes apuradas, foi, contudo, possível constatar que o retrato pertenceu, já no século XX, ao último rei de Portugal, D. Manuel II (1889-1932), encontrando-se na sua residência de exílio em Fulwell Park, Londres. Uma fotografia de época mostra-o exposto na «Sala do Órgão». Após a morte de D. Manuel, a obra foi herdada por familiares de Augusta Vitória de Hohenzollern-Sigmaringen (1890-1966), sua esposa, sendo mais tarde posta à venda num leilão. A integração na coleção de Hubert Guerrand-Hermès dá-se neste contexto.

Embora muito ainda permaneça por desvendar, o retrato de D. José permite aludir a uma das ideias centrais do reinado de D. João V: a construção da imagem, mais ou menos ficcionada, de uma monarquia culta que via na arte e no conhecimento instrumentos de gravidade. Hoje, colocado nas paredes de uma instituição que certamente inspirou essa imagem de erudição, o jovem príncipe permanece como testemunho silencioso de um tempo em que o conhecimento era também espetáculo de prestígio e poder.

* Professor assistente convidado na Faculdade de Letras e investigador do Centro de História da Sociedade e da Cultura, Universidade de Coimbra



FIGURAS ALEGÓRICAS E PALAVRAS ALADAS: **OS TETOS DA BIBLIOTECA JOANINA**

FERNANDO TAVEIRA DA FONSECA *

No dia 22 de junho de 1723, na «cidade de Coimbra e nos paços da universidade della aonde sam as Escolas Maiores, dentro na casa do conselho e Mesa da Fazenda», foi celebrado um contrato com António Simões Ribeiro e Vicente Nunes, «mestres pintores e moradores na cidade de Lisboa, na freguesia de S. Nicolau», os quais «estavam ajustados com esta universidade para haver de lhe pintarem as tres casas da livraria, a saber o teto e cimalha, cada casa pelo preço de seiscentos mil réis». Da parte da Universidade eram outorgantes o reitor, Francisco Carneiro de Figueiroa, e os quatro deputados grandes — todos professores seniores, um de cada faculdade — que compunham a mesa da fazenda, aos quais, em conjunto, pertencia «todo o bom governo e adeministrasam de todos os bens e rendas». Estavam no «despacho ordinario» e a escritura foi exarada pelo escrivão da fazenda que

tinha prerrogativa de notário público. Cláusula relevante era a de que deveriam pintar «cada uma das casas de sua planta diferente, na forma que apresentaram pelos riscos, os quais se aprovaram»; e não menos importante era a exigência de «ser a dita pintura de perspectiva e feita com o maior primor da arte que hoje é o imtento da universidade e se declarou aos sobreditos na Corte, antes de partirem, como na universidade [...] de forma que fique com toda a perfeiçam e galhardia».

Importava pôr em destaque o protagonismo dos órgãos governativos da universidade que fazem a encomenda artística e determinam os parâmetros da sua execução, aprovam o plano da obra e assumem plenamente os encargos inerentes: o risco — que seria pago separadamente por «preço justo» — os encargos da deslocação dos artífices, o conjunto da mão-de-obra e materiais (neste caso, sob forma de empreitada);

e que dispõem de autoridade para fixar legalmente, de forma autónoma, as cláusulas e penalidades contratuais. Membros de uma elite intelectual, versados no Direito e na Cultura Romana (e Clássica, em geral), determinaram igualmente o conteúdo temático da obra que encomendaram: ao aprovarem o risco, tê-lo-ão feito porque correspondia ao seu intento. Parece não haver suporte documental para supor a intervenção de qualquer outra entidade ou personagem (a não ser que tal intervenção tivesse sido também encomendada).

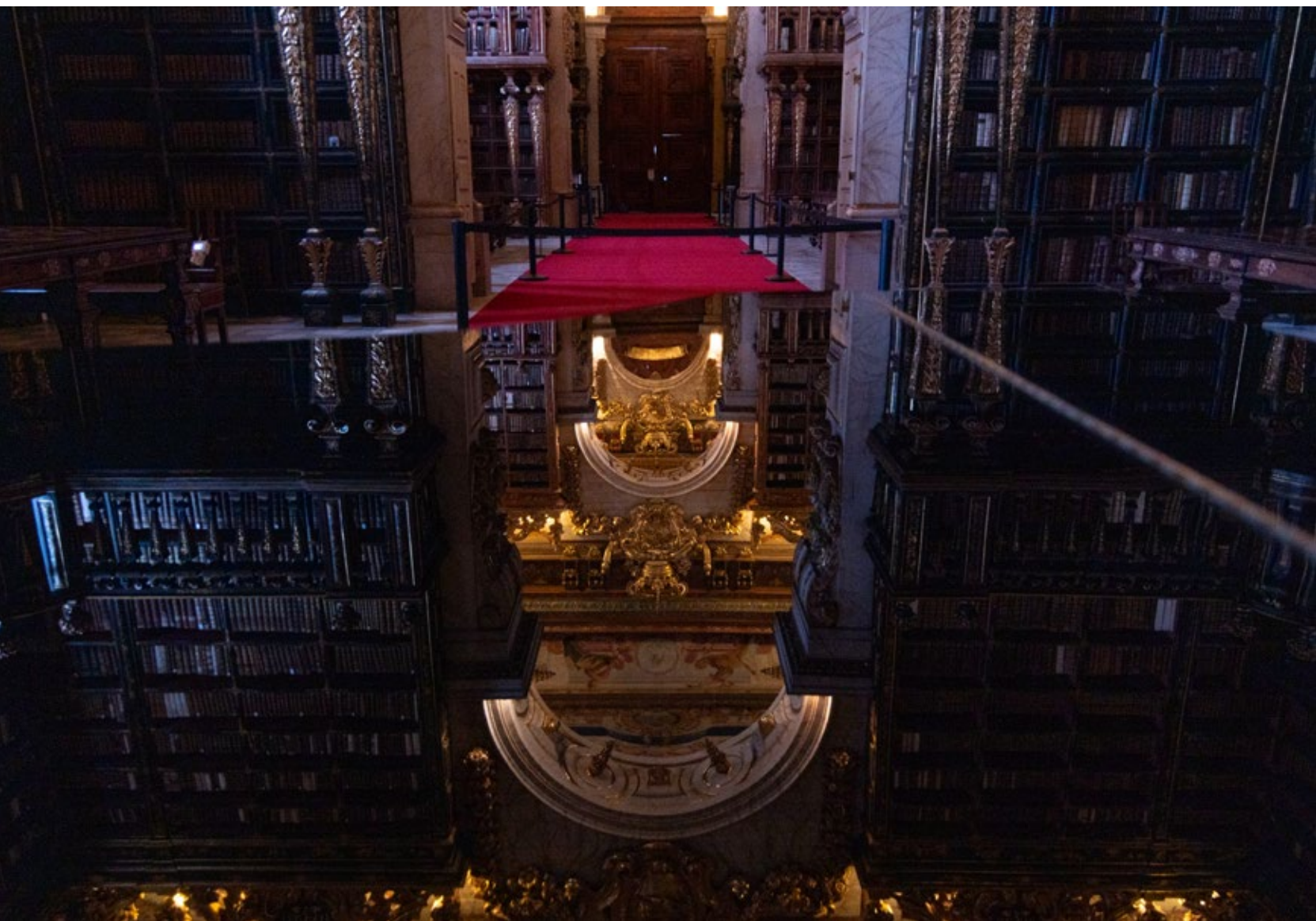
A observação do conjunto pictórico dos tetos da Biblioteca Joanina — que é todo um programa delineado através de figuras alegóricas e ilustrado por palavras escolhidas — exige do visitante uma modificação da postura: terá de abandonar (e temporariamente perder) a perspetiva inicial — que lhe proporcionava a visão da profundidade das três salas, em sequência, culminando no retábulo que ostenta o retrato do rei — para elevar o olhar, verticalmente; terá ainda de deslocar-se para o centro da nave tripartida, porque aí está o fulcro de toda a composição: é a *Universitas* (segunda sala) que irradia sentido sobre a *Bibliotheca*, como instrumento seu que é (primeira sala) e se realiza no conjunto dos saberes (*Enciclopedia*, terceira sala).

A *Universitas* é apresentada como *alma mater* — a mãe que alimenta e cria e, ao mesmo tempo, digna de toda a veneração — através de uma figura feminina de cujos seios jorra o leite em abundância. A rodeá-la, alguns *putti* alados, sobraçando pequenas ânforas que derramam água, um deles segurando uma filacteria, onde se lê: *claudite iam rivos pueri sat. prata biberunt* (fechai as represas, meninos, os prados já estão saciados). Trata-se do derradeiro verso da terceira égloga de Virgílio (70-19 a. C.) que, no contexto original, apenas se destina a dar por concluída uma disputa poética entre pastores (Menalcas e Dametas), cada um louvando o seu rebanho e os seus amores, e que um árbitro (Palémon) declara saldar-se num empate. Aqui, contudo, veicula a ideia de abundância e plenitude, de inteira realização. De algum modo, é um verso charneira, já que no primeiro da quarta égloga há a proposta de tratar assuntos mais importantes — *Sicelides musae, paulo maiora canamus* (Musas da Sicília, elevemos um pouco os nossos cantos). O uso do comparativo (*paulo maiora*) parece pressupor uma referência anterior. A exortação desenvolve-se, a seguir, no prenúncio de uma «era messiânica»:

«Chegou já a última hora dos oráculos de Cumas [...] Eis que volta já a Virgem, volta o reino de Saturno». Iremos encontrar a Sibila de Cumas e a Virgem um pouco mais adiante.

Baste-nos, por agora, atentar brevemente nas figuras que acompanham a *Universitas*: *Virtus* (virtude e também coragem); *Honor* (honra ou dignidade); *Fortuna* (que é também divindade, com os seus atributos típicos — a roda, que ora se eleva ora desce, e a dupla face — símbolos da sua variabilidade), *Fama* (glória, reputação), voz pública sonoramente disseminada pela trombeta. Além destas entidades simbólicas (como repositório de valores), nomes maiores da literatura e da cultura romanas — não, porém, da cultura grega — aparecem como figuras tutelares, súplica dos exemplos a seguir pelos estudiosos: Cícero (106-43 a. C.), modelo da eloquência forense; Virgílio (70-19 a. C.), o poeta heróico da *Eneida*, celebrado também pelas *Bucólicas* e pelas *Geórgicas*; Ovídio, autor das *Metamorfoses*, o *carmen perpetuum* (no conteúdo e na perenidade); Séneca (4 a. C.-65 d. C.) o austero filósofo, corifeu do estoicismo.

A *Bibliotheca* serve a *Universitas*: a figura feminina que a simboliza (*bibliothecae imago*) é retratada numa dupla função: coloca um livro numa estante, onde já há alguns — guarda e protege —, ao mesmo tempo que, com a mão direita, segura outro, aberto à visão de todos. As palavras da inscrição sobre a porta de entrada dizem isso mesmo: *panduntur cunctis*, a todos se abre este nobre edifício (*palatia*) honrado pelos livros (*excultis libris*). Entra, consulta os autores e serás douto. Para o teu estudo, há uma lei obrigatória (*lex et norma tenenda est*): que a mente recolha e analise com diligência e a pena anote (*mens legat, observet sedula; penna notet*). O vasto horizonte que se oferece à difusão do saber (o livro aberto) é constituído pelos quatro continentes — os quatro cantos do mundo —, também eles representados por figuras femininas: a Ásia, com um turíbulo de incenso perfumado; a África, segurando o que parece ser um objeto em ébano; a América, empunhando arco e flecha; a Europa, ladeada pela cornucópia da abundância e fertilidade. As gradações cromáticas destas figuras repercutem-se nos *putti*, alguns em grande azáfama — carregando livros, lendo, ajudando a colocar na estante —, outros, quase etéreos, espreitando de entre as nuvens, confundindo-se com elas. Um dos primeiros segura a fita onde as palavras tentam compaginar a imprescindível solidez do



conteúdo dos livros com o esplendor da decoração que os enquadra: *felices ornent haec instrumenta libellos* — que todo este aparato sirva de ornamento a livros fecundos.

É na terceira sala que se desdobra a panóplia dos saberes. A epígrafe — *Enciclopedia* — radica na *enkyklios paideia*, o sistema educativo com origem na Grécia clássica, que se prolongou pelo período helenístico, estendendo-se geograficamente por um vasto espaço a oriente e incluindo o Egito e a Magna Grécia. Sistema esse que se pretendia completo e redondo: incluía a Gramática, a Música, a Ginástica, a Retórica, a Matemática, a Geografia, a História Natural, a Filosofia. Foi adotado pelo cristianismo que lhe acrescentou — como coroa — a Teologia. Os dizeres que se exibem na filacteria são adaptados de um magnífico passo da *Eneida*, livro VI, vv. 42-155 (de que vale a pena esboçar o enredo, seguindo a tradução autorizada de Maria Helena da Rocha Pereira): depois de larga e tormentosa viagem, aportara Eneias à península itálica («e agora, enfim, alcançamos da Itália as fugitivas plagas» — VI, 61). Dirigira-se a Cumas (a primeira colônia da Magna Grécia na Itália continental, fundada no século VIII a. C., para pedir a proteção da Sibila (aquela que alcançara dos deuses tantos anos de vida quantos os grãos de um punhado de areia) para a sua empresa de fixar os troianos no Lácio. A profetiza, possuída em transe por Apolo, antevê um futuro sombrio («guerras, horrídas guerras, e o Tibre cheio de espuma de sangue», VI, 84-85), mas incita Eneias a ousar. Este mostra-se confiante — «nenhuma face do labor, ó virgem, me surge como coisa nova e inesperada» (VI, 98-99) — e formula, então, outro pedido: «que me seja dado ir à vista e à presença de meu pai querido» (VI, 109). A Sibila adverte-o: «É fácil descer ao Averno [...] mas voltar para trás [...] esse é o trabalho, esse o esforço (*hoc opus, hic labor est*)». Considera-o, contudo, «semente de sangue divino» e ensina-lhe um expediente que lhe facilitará o regresso, apenas acessível aos predestinados: colher um «ramo de ouro» [de visco branco?] de uma árvore escondida no seio de um denso bosque, rodeado pelo rio dos condenados, o Cocito: «Foi este o presente que a bela Prosérpina [cativa de Plutão no mundo inferior] deu ordem de lhe levar».

É neste contexto que surgem os versos: *Sed non ante datur telluris operta subire, auricomos quam quis decerpserit arbore fetus* («Mas não é dado ir às aberturas da terra» [ou, na versão de Carlos André, «a ninguém

é concedido aceder aos mistérios telúricos»] «antes de cortar da árvore o aurícomo rebento», VI, 140-141). A adaptação transforma a negativa em afirmação e convida a uma translação do sentido: *Dabitur telluris operta subire auricomos si quis decerpserit arbore fetus* («Será concedido penetrar os segredos da terra àquele que colher da árvore os frutos de ouro»). Anotemos, de passagem, que a forma *decerceprit* (a que aparece na inscrição) é uma desatenção do artifice que desenhou (ou restaurou) as letras. Os frutos de ouro (não apenas o rebento) são os livros, pendentes de um dos ramos, o escolhido no meio da floresta, que oferecem a quem neles lê a chave para o conhecimento do mundo, antes escondido (*operta telluris*).

As figuras e inscrições laterais não apenas enunciam os restantes saberes como os organizam: de um lado, o contraponto entre *Natura* e *Ars*; do outro, a *Sacra Pagina* e *Astraea*. Sob a epígrafe *Ars* alinham-se elementos tradicionalmente ligados ao *trivium* — Gramática e Retórica — e ao *quadrivium* — Astrologia (simbolizada na esfera) e Música. Das palavras, as relativas à Música — *musica oble[c]tat et allicit* (a música deleita e seduz) — parecem ser apenas um comentário óbvio; já as restantes — *omnes grammaticos rethoresque moneo* («aconselho todos os gramáticos e oradores») — são atribuídas a Cícero, o tribuno teorizador da Eloquência, uma referência que não foi possível localizar claramente.

Mais interessante é, contudo, a composição que explica o conceito de *Natura*: a Matemática e a Filosofia natural são aí encaradas como chaves descodificadoras de todo o universo — *mathematica et philosophia coelum et terram circuiui sola* («abarquei sozinha o céu e a terra por meio da matemática e da filosofia») — uma afirmação cuja expressão visual é o compasso que abraça o globo. É possível encontrar, em Ben Sirá, 24, 8-9, o texto inspirador, no qual a Sabedoria faz o seu próprio elogio (diz de si mesma ser primogénita do Altíssimo) e onde o paralelismo das palavras é flagrante: *giram coeli circuiui sola [...] et in omni terra steti* («percorri sozinha a órbita do céu [...] estive em toda a terra»). É como se a autoridade do texto bíblico fosse aqui invocada para realçar a importância da Matemática e da Filosofia Natural num ordenamento científico que se queria novo. A inclusão da medicina neste conjunto, como filosofia do corpo humano, prefigura a organização e a nomenclatura

— «faculdades naturais» — que serão adotadas na reforma da universidade, em 1772. Na filacteria pendente do bico do corvo — ave que simboliza sagesa, transformação, morte e renascimento —, é citado Ovídio: *temporibus medicina valet* («a seu tempo, a medicina — ou o medicamento — é eficaz»), expressão que, com um complemento (*data tempore, prodest* — «ministrada atempadamente, é útil»), se tornou aforismo médico.

No lado oposto, é esboçada igualmente uma nova partição: os dois ramos do Direito — Canónico e Civil — tradicionalmente unidos, no seu estudo, por um ano propedêutico — cujo texto eram as *Instituições* de Justiniano —, estão agora separados, ficando o Direito Canónico unido à Teologia, sob a epígrafe de *Sacra Pagina* (ciências sagradas), designação que, em sentido estrito, se aplicava ao texto bíblico. Os dizeres que acompanham as duas figuras assumem um tom de familiaridade: *en nobis theologiam et canones ad domus* («a teologia e os cânones estão entre nós como em sua casa») e os símbolos — a cruz e a tiara — são transparentes. Esta junção dá visibilidade ao Direito Civil, simbolizado por Astreia — a justiça que os gregos chamavam *dike* e se misturara com a humanidade na idade de ouro —, que aparece isolada. Não será de estranhar este destaque, num momento em que se pretendia fomentar na universidade o estudo do Direito Civil — as leis —, inclusive proporcionando aos que nele se graduassem maiores facilidades no acesso à magistratura. A virgem Astreia segura, na mão esquerda, um facho ardente e na direita o feixe de varas (*fascēs*) atado com correias, insígnia do litor romano — protetor dos magistrados — a que falta, contudo, o machado, símbolo do poder que tinha de aplicar a pena capital, mesmo se a seus pés o gládio está a par da balança.

A citação que a acompanha, atribuída a Séneca — designa-se expressamente a tragédia *Octavia* —, apresenta-se truncada e gramaticalmente incoerente, não reproduzindo nenhum verso específico. Parece antes uma síntese dos versos 398-434, inseridos numa longa reflexão do personagem Séneca, após o Coro ter relatado o assassinato de Agripina, ordenado por Nero, seu filho. Aí estabelece-se o contraste entre a idade de ouro e a de ferro: na primeira, *illa Virgo [...] Iustitia [...] coelo missa [...] terra regebat mitis humanum genus* («a doce Virgem [...] Justiça [...] enviada do céu [...] governava na terra a



humanidade», 398-399). Mais adiante, porém, assinala-se que, na idade de ferro, *neglecta terras fugit et mores feros hominum, cruenta caede pollutas manus Astraea uirgo* («a virgem Astreia, abandonada, foge da terra, dos ferozes costumes dos homens e das suas mãos manchadas de sangue — 422-424). Ressoa aqui claramente o texto das *Metamorfoses* de Ovídio (liv. I, 89-150): *victa iacet pietas et virgo caede madentes ultima coelestium terras Astraea reliquit*, 149-150 («a piedade jaz vencida e a virgem Astreia foi a última dos seres celestes a deixar a terra encharcada em sangue»). Ficará, afinal, o desiderato que a primeira condição de harmonia e equidade regressasse de novo, como profetizava a quarta écloga de Virgílio.

Haec instrumenta: o caráter funcional da Biblioteca, ao serviço da Universidade, desdobra-se, neste caso, na beleza exuberante de uma sinfonia de ouro e cor — em três andamentos —, e no esboço de um novo sistema de saberes que o tempo irá consolidar.

Foram utilizados os textos originais latinos das obras referidas, assim como traduções e comentários, nomeadamente: Pereira, Maria Helena da Rocha, *Romana*, 4.^a ed., 2000; André, Carlos Ascenso (trad., introd. e anotações) *Eneida, Virgílio*, 2022; Alberto, Paulo Farmhouse (trad., introd. e notas), *Ovídio, Metamorfoses*, 2024; Clausen, Wendell (introduction and commentary) *Virgil, Eclogues*, 1994.

* Professor emérito do Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes, Universidade de Coimbra

A BELEZA INTRÍNSECA À AUTENTICIDADE

SALVAGUARDA E
REUTILIZAÇÃO DE
MOBILIÁRIO E LUMINÁRIAS
ORIGINAIS DA ANTIGA FMUC



Figura 2 – Sala de Refeições, Ampliação dos Serviços Médicos, SASUC, Coimbra, Portugal, 2023.
© Paulo Amaral, Universidade de Coimbra, 2023.

PEDRO COSTA GAMA *

O velho nem sempre está ultrapassado, não é necessariamente fraco, muito menos mau. Pode ser verdadeiramente bom, autenticamente belo. Do «sótão da tia» para a nossa sala, da sucata para um *stand*, de uma venda de garagem para o museu. Da pesquisa e digitalização dos preciosos testemunhos da Comissão Administrativa do Plano de Obras da Cidade Universitária de Coimbra (CAPOCUC), para o espólio de peças desenhadas e escritas no cadastro do edifício da Universidade de Coimbra (UC). Do esquecimento para o conhecimento, da informação prévia para o projeto, da memória descritiva para a obra. O controlo dos arquivos permitiu-nos optar por intervenções silenciosas, sem autoria evidente e contrastante, além de catalisar o resgate de mobiliário, armaduras e globos de iluminação originais (LOBO, 2015). Assim foi nos projetos para a antiga Faculdade de Medicina (FMUC), atual Edifício Central do Polo I,

classificado como Monumento Nacional (Figura 1). Considerando as premissas incontornáveis da acessibilidade, salubridade e conforto, restaurámos o que salvaguardámos, preenchemos lacunas com réplicas, reutilizámos elementos efetivamente originais e introduzimos o *novo* de forma distinta, mas subtil.

A FMUC (AUC, CAPOCUC. Processo-238) integra o conjunto monumental projetado pela ideologia estado-novista, para a brutal ampliação da universidade na Alta de Coimbra e inexorável demolição dessa vila dentro da cidade (ROSMANINHO, 1996). Volvidas sete décadas, com a transferência da maior parte desta Faculdade para o Polo III, os espaços foram sendo desocupados e adaptados aos programas da Administração, em conformidade com a candidatura da UC a Património Mundial ou com a ampliação dos Serviços existentes.

As intervenções aqui mencionadas (projetos desenvolvidos desde 2020 e obras assistidas desde 2022) respeitaram o Bem classificado e defenderam a integridade tipológica através da recuperação dos partidos originais, quer na fluidez das circulações, quer na rigidez das divisórias. As propostas foram de conservação, manutenção e reabilitação dos elementos patrimoniais, tanto construtivos como de equipamento. Na busca de melhores condições para os programas requeridos, aplicaram-se técnicas e materiais compatíveis com o existente, além de reversíveis para a eventualidade de futuras alterações.

No reforço da área da Saúde, e numa lógica de distribuição complementar aos serviços existentes — Laboratório de Análises Clínicas (LACUC) e Unidade de Psicologia Clínica (UPC3) —, planeámos e executámos a ampliação dos Serviços Médicos na ala Sul do Piso 2 (fachada norte do Pátio). De acordo com os princípios de salvaguarda vigentes, acautelámos a introdução de elementos novos, como divisórias, tetos falsos, vãos e revestimentos interiores. Encontrámos o pavimento autêntico, debaixo de alcatifa ou camadas de tinta, na melhor marmorite vista em 20 anos de profissão. Replicámos o desenho do rodapé-tipo do edifício, restaurámos e recolocámos aros, guarnições e portas — tudo lacado ao cinza claro original das carpintarias neste edifício. Conseguimos restaurar os tetos de falso medalhão com juntas biseladas no acabamento em estuque. Foram abertos alçapões, para manutenção das infraestruturas elétricas, e os remates entre paredes e tetos refeitos em junta seca recuada.

Na Sala do Pessoal, a entrada foi demarcada por uma cortina opaca retráctil, de calha suspensa semelhante às hospitalares, num momento sem paredes que reproduz a escala e dimensão dos *halls* existentes entre os corredores principais e os gabinetes. Reutilizámos o mobiliário (CAPOCUC 2008-107, 332, 375, 419, 437) desenhado pelo arquiteto do edifício, Lucínio Guia da Cruz: uma antiga bancada de laboratório com novos lava-louças, torneiras, micro-ondas, frigoríficos e arrumação, com tampo em contraplacado de fenólico negro e forra vertical cinza sobre a parede até uma nova prateleira. As secretárias existentes foram ampliadas para mesas de refeição nesse mesmo material, assim como o balcão corrido sob as janelas para individuais, suportado por cachorros de aço no mesmo cinza. Reintroduzimos,



Figura 1 – Foto aérea da Cidade Universitária de Coimbra e Instalações Académicas, Coimbra, Portugal, 1961. © Varela Pêcurto, Imagoteca da Câmara Municipal de Coimbra, 2022.



Figura 3 – Consultório Médico, Ampliação dos Serviços Médicos, SASUC, Coimbra, Portugal, 2023. ©Paulo Amaral, Universidade de Coimbra, 2023.

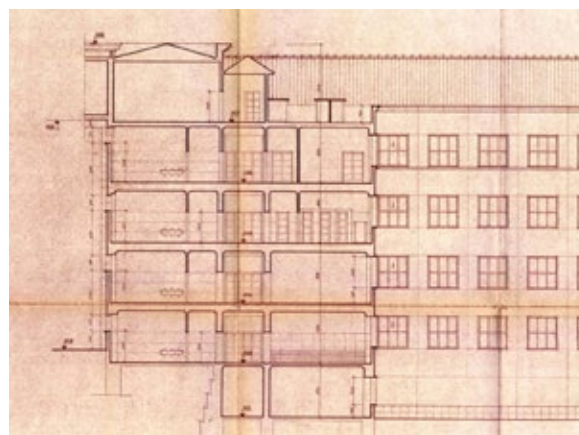


Figura 4 – Arq. Lucínio Guia da Cruz, Edifício da Faculdade de Medicina – Projecto Actualizado, Lisboa, Portugal, 1956. ©Arquivo UC, CAPOCUC processo 238, Folha 23, Corte por C-D, 2022.



Figura 5 – Cortes Transversais I.S., Reabilitação das prumadas Norte e Nordeste, FMUC, Coimbra, Portugal, 2025. © Pedro Costa Gama, COLECTIVO arquitectos, 2025.



Figura 6 – I.S. Feminina e Masculina 1.º andar, Reabilitação da prumada Nascente, FMUC, Coimbra, Portugal, 2024. © Pedro Costa Gama, COLECTIVO arquitectos, 2024.



Figura 7 – Sótão da ala Sul, FMUC, Coimbra, Portugal, 2022. © Pedro Costa Gama, COLECTIVO arquitectos, 2022.

ainda, uma prateleira com cabides e bengaleiro na entrada, caixotes do lixo debaixo da banca e cadeiras — tudo original (Figura 2). Nos Gabinetes Médicos, mantivemos secretárias e poltronas, marquesas e bancos hospitalares, e armários para farmácia (Figura 3). Os apliques metálicos lacados a pérola e os difusores de vidro branco-leite, que compõem a coleção desenhada pelo mesmo arquiteto para o vasto edifício (CAPOCUC 2020-24-30-40), foram igualmente restaurados e restituídos aos espaços renovados.

Nos três projetos seguintes para este edifício — a reabilitação das cinco prumadas de Instalações Sanitárias (I.S.) —, ganhámos a dimensão total do monumento, uma vez que os projetos passaram a desenvolver-se da cave à cobertura e em todas as alas (Figura 4). Em 2024, reabilitámos a prumada Nascente, entregámos o Projeto de execução para outras duas na ala Poente e, em 2025, elaborámos o Estudo prévio das prumadas Norte e Nordeste (Figura 5). Nos tetos sobreviventes em falso medalhão, os alçapões foram previstos no mesmo material, dimensão e detalhe, sendo reconhecidos pela junta seca comparativamente aos restantes módulos. Aqui, reintroduzimos o partido inicial dos globos de iluminação: o pequeno e vertical nos arrumos, o médio e redondo nos *halls*, e o maior e perfilado nas I.S. propriamente ditas. Sobre as entradas, readaptámos os obsoletos sinalizadores piramidais como besouro e luz de segurança. Os caixotes de lixo em madeira maciça foram restaurados e colocados abaixo das novas papelarias (Figura 6).

Da obra inicial a Nascente, mantivemos as incontornáveis premissas da mobilidade reduzida e da restituição de higiene, que as louças da antiga Valadares e os puxadores e torneiras da extinta Cifial, passados 70 anos, já não podiam garantir. O particular interesse do projeto para as prumadas Poente foi ter sido desenvolvido aquando da obra Nascente, não por problemas de erros ou omissões, mas por podermos melhorar um projeto paralelo a uma obra semelhante.

Foi preciso este conhecimento, além da apelidada sensibilidade, para reconhecer beleza num «monte de lixo» amontoado num desvão de telhado (Figura 7), no chão de uma sala esquecida (Figura 8), num arrumo forrado a prateleiras cobertas de pó, ou mesmo na «catacumba» da antiga Casa do guarda na Medicina Legal (INML). Independentemente do espaço, seu grau de utilização

ou estado de conservação, e das diferentes razões que o deixaram assim, havia uma particularidade que unia o mobiliário e as luminárias que encontrávamos, para lá da autêntica e irrepreensível qualidade dos materiais: o desenho de autor (Figuras 9 e 10).

Foi preciso tomar ação para conquistarmos o reuso destes valiosos elementos, além de os representar nos projetos, referenciar nos licenciamentos à tutela e nos concursos de empreitada. Foi preciso agir acima de falar e escrever, insistir constantemente na sensibilização dos colegas e chefias. Foi preciso dar o exemplo: pegar no primeiro globo de vidro virado ao contrário no chão, a apanhar pingos da chuva, e trazê-lo até ao fim da vistoria às estruturas da cobertura.

Foi preciso ignorar o escárnio e gerir o tempo para nunca deixar este cuidado interferir com as «verdadeiras» funções contratadas e saber onde estava o mobiliário que se pretendia limpo ou restaurado. Apontar o corredor específico em que estavam encostados e carregar cabides, cadeiras, poltronas, bancos, bengaleiros e caixotes do lixo para poderem ser reutilizados (Figura 11). Das luminárias, saber das serralharias, acessórios e belíssimos difusores. Até das elegantes tampas de caixas de derivação e interruptores da iluminação originais compilámos *stock*. Perante «questões de segurança», comprovámos o perfeito estado da porcelana isoladora onde os parafusos metálicos enroscavam.

Foi preciso guiar profissionais de mudanças até onde estavam os móveis mais pesados, entregar os mais leves em mão aos carpinteiros, remontar as aparelhagens com todos os elementos e apresentá-las aos eletricitas, prontas a aplicar (Figura 12). Ganhar o respeito dos empreiteiros por «saber o que as coisas custam» e sentir a empatia dos subempreiteiros pelo esforço e dedicação. Ouvir a seguinte beleza, certo dia, no final duma obra: «Está a ver arquiteto, como nos arranjou tudo, nós também conseguimos o que queria. Qualquer dia ainda vem trabalhar connosco!»

Estas intervenções não foram simplesmente minimalistas, pretenderam-se silenciosas. Ao contrário da tendência do Contraste em prol da clarificação absoluta, reconhecemos vantagens na menor intrusão da Analogia (SOLÀ-MORALES, 1990). Respeitámos os critérios do ICOMOS, entrevistámos com cuidado nas introduções e salvaguardámos a Autenticidade sempre que possível, mantendo acima de tudo a bela Identidade.



Figura 8 – Cave da ala Nordeste, FMUC, Coimbra, Portugal, 2022.
©Pedro Costa Gama, COLECTIVO arquitectos, 2022.

* Arquiteto e coordenador de projetos para o Serviço de Gestão das Instalações e Património da Universidade de Coimbra (SGIP-UC, 2020/25).

REFERÊNCIAS

- CAPOCUC, *Processos Faculdade de Medicina UC*
— vários processos. Arquivo da Universidade de Coimbra
- Nuno Rosmaninho, *O Princípio de uma Revolução Urbanística no Estado Novo. Os Primeiros Programas da Cidade Universitária de Coimbra 1934-1940*. (Coimbra: Minerva, 1996), 42-48.
- Manuel de Solà-Morales, *Do Contraste à Analogia*.
Lotus International 64: L'Altra Urbanistica
— The Other City Planning (Milão: Elemond periodici, 1990)
- Susana Lobo. *Risco Interior: o Desenho de Mobiliário na Cidade Universitária de Coimbra*.
(Coimbra: AnoZero, Edições Almedina SA, 2015)

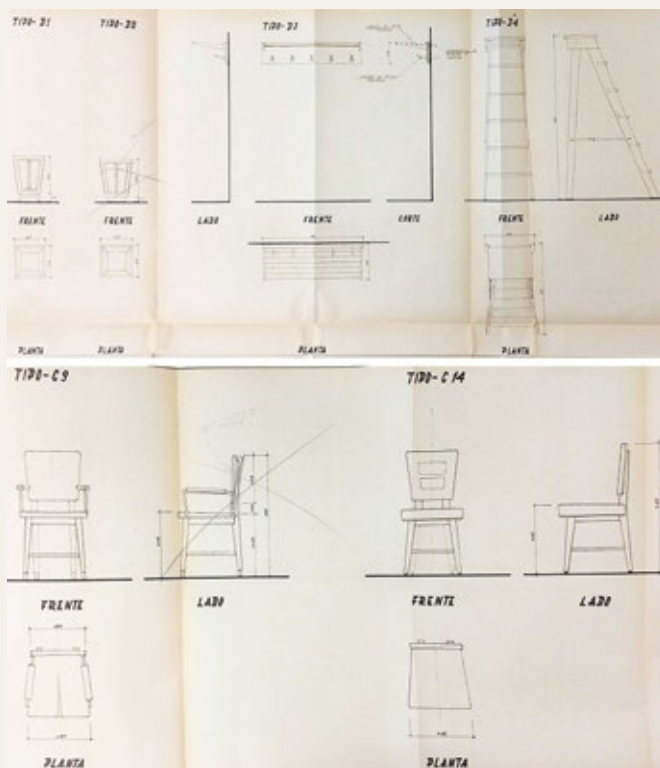


Figura 9 – Arq. Lucínio Guia da Cruz, Edifício da Faculdade de Medicina – Mobiliário, Lisboa, Portugal, 1956. © Arquivo UC, CAPOCUC processo 332, Cadeiras Tipo-C e Diversos Tipo-D, 2022.

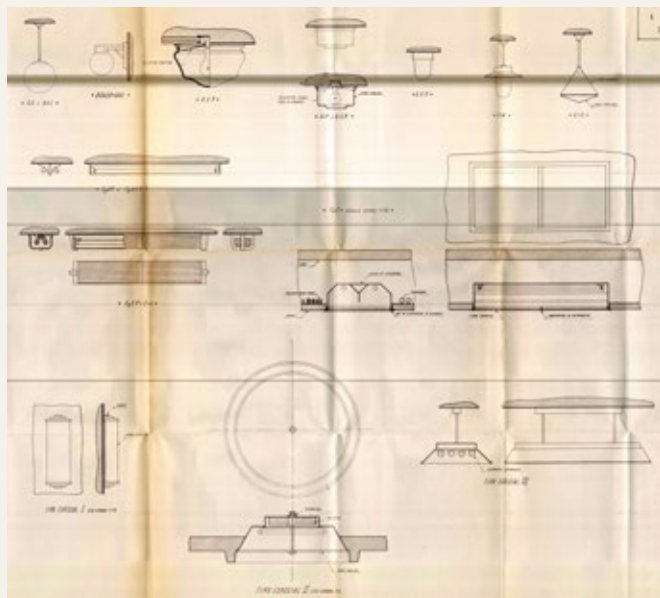


Figura 10 – Arq. Lucínio Guia da Cruz, Edifício da Faculdade de Medicina – Instalação Eléctrica, Lisboa, Portugal, 1956. © Arquivo UC, CAPOCUC processo 2020-24, Armaduras de Iluminação, 2022.



Figura 12 – Aparelhagens elétricas prontas a instalar, Gabinete do SGIP, FMUC, Coimbra, Portugal, 2023. ©Pedro Costa Gama, COLECTIVO arquitectos, 2023.



Figura 11 – Escadote, cabide, bengaleiro, cadeiras e caixotes, Arrumo do SGIP, FMUC, Coimbra, Portugal, 2023. © Pedro Costa Gama, COLECTIVO arquitectos, 2023.



UMA NOVA BIBLIOTECA

PARA A FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

ÁLVARO SIZA VIEIRA,
ANTÓNIO MADUREIRA
E PAULO SOUSA *

Pretende a Universidade de Coimbra (UC) instalar a Biblioteca da Faculdade de Direito em novas instalações compatíveis com a importância de tal Biblioteca, que se julga, pela quantidade e valor dos cerca dos 500 mil volumes de que dispõe, uma das mais importantes bibliotecas dedicadas ao Direito, senão do Mundo, pelo menos, e certamente, da Europa.

Consideram a UC e a sua Faculdade de Direito a necessidade e urgência de substituir as instalações actuais por outras, mais seguras, mais adequadas à utilização de mais estudiosos locais e estrangeiros; em suma, próprias do prestígio que já tem e, com certeza, que merece ser mais valorizado e divulgado.

Por outro lado, pretendem a UC e a sua Faculdade de Direito que a Biblioteca seja uma unidade, sem dúvida integrada na Faculdade, mas entendida como um corpo fisicamente autónomo, ao contrário do que se passa agora, em que a actual Biblioteca, magnífica que é, compartilha o espaço, as circulações e as funções com outras actividades como sejam o ensino, a investigação e a própria administração.

O PROGRAMA

O Programa apresentado pela Reitoria da UC define quatro áreas principais: estudo/consulta, apoio geral, administração/direcção e apoio técnico, caracterizando-as quer no que diz respeito ao espaço, quer ao funcionamento, definindo, ainda, as relações entre as várias funções e diferentes espaços.

O seu organigrama distingue três grandes tipos de espaços interiores: um de acesso livre, um de acesso controlado e um outro exclusivo dos serviços.

São apontados como espaços principais, no que diz respeito à dimensão e à importância representativa e funcional, o Átrio, a Grande Sala de Leitura, a Sala de Reuniões e o Depósito Activo de Livros e outras publicações.

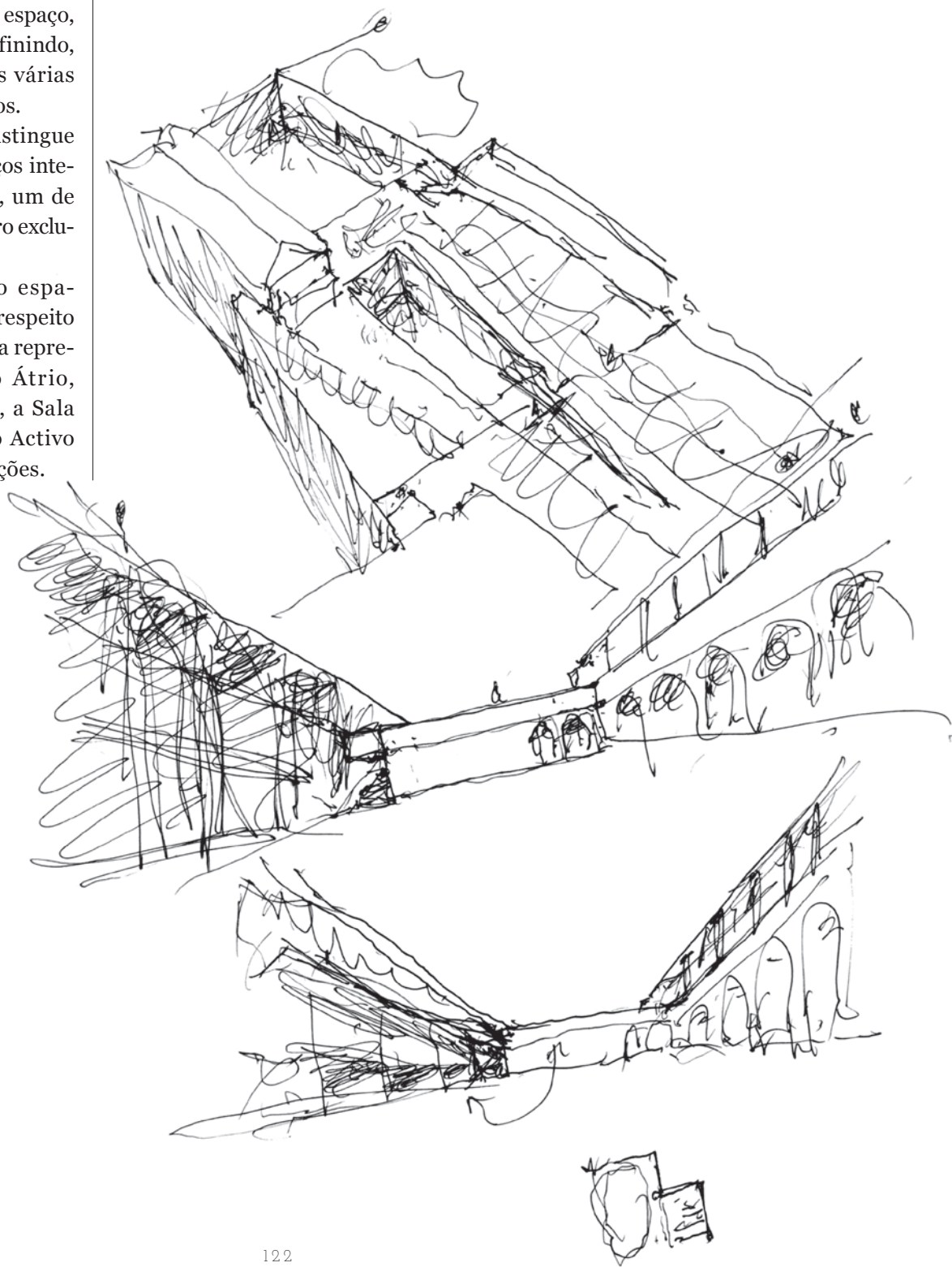


Imagem: esboços do projecto para a nova biblioteca da FDUC, Álvaro Siza Vieira



Fotografia: localização da nova biblioteca da FDUC



Fotografia: maquete do projecto da nova biblioteca da FDUC

A CARACTERIZAÇÃO DO TERRENO E AS CONDICIONANTES FÍSICAS

O edifício da Nova Biblioteca da Faculdade de Direito implantar-se-á no terreno antes ocupado pela Faculdade de Farmácia.

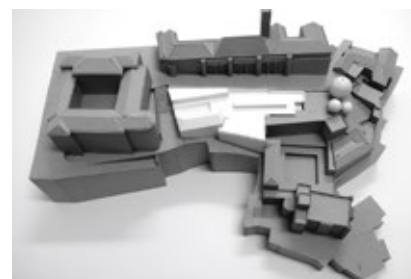
O terreno, rigidamente limitado por arruamentos ou muros existentes, tem uma forma alongada segundo a direcção nascente-poente, com as dimensões médias aproximadas de 110x30m, 3150m², e uma importante variação altimétrica, entre as cotas 93.80 e 113.75.

A característica mais marcante do terreno é, no entanto, a sua inserção urbana, entalado que está entre dois edifícios de enorme importância simbólica e monumental, quais sejam a Sé Velha, a norte e à cota inferior, e a Reitoria da UC, a sul e à cota superior, além da Faculdade de Letras, edifício de grande presença, a nascente.

Do edificado que alojava a Faculdade de Farmácia, destacam-se uma construção em arcada — ao que tudo indica, uma cópia revivalista romântica construída em 1912, sobre as ruínas da Casa dos Melos, que define parcialmente o pátio por onde se faz o acesso principal, e um outro edifício primitivo, a Casa dos Contadores, que faz frente para o arruamento à cota mais baixa.

Existe, também, um conjunto de edificações recentes, de má construção e sem qualquer interesse arquitectónico, que se desenvolve no eixo nascente-poente, ocupando um espaço anteriormente de horta e jardim.

Uma construção militar, porventura parte do perímetro de defesa da cidade, constitui um miradouro sobre a Sé Velha e remata o terreno a poente; nessa zona, existe uma árvore classificada. Toda a área urbana é Património Cultural da Humanidade, e está sujeita a legislação própria.



Fotografia: maquete do projecto da nova biblioteca da FDUC



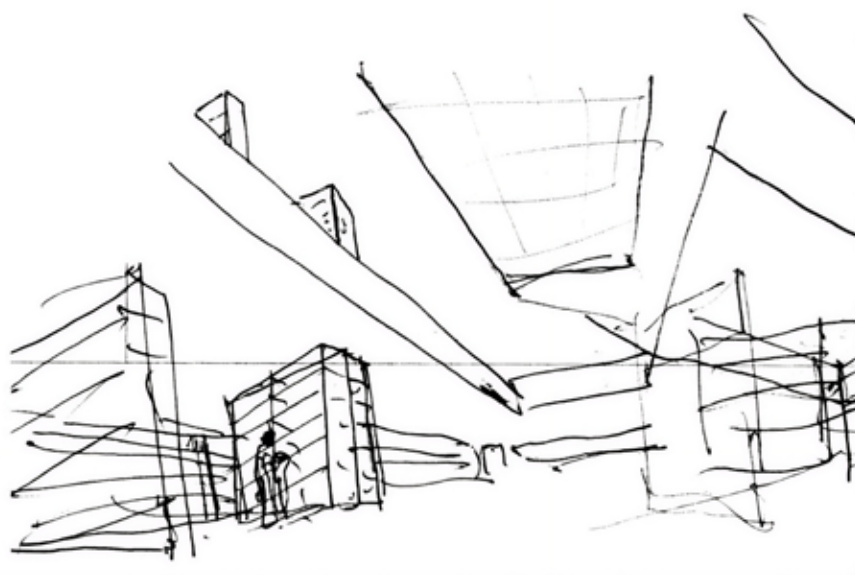
Imagem: localização da nova biblioteca da FDUC

A PROPOSTA

A solução proposta procura responder às necessidades e exigências do Programa, onde além das grandes dimensões de alguns espaços, designadamente a Grande Sala e o Arquivo, importa a complexidade das ligações entre serviços e espaços e respectivas circulações, tendo como especial preocupação a integração do edifício na sua envolvente, questão de grande responsabilidade pela circunstância de se estar a operar num conjunto urbano de enorme valor patrimonial, dado o seu reconhecimento como Património da Humanidade. Tal implica que qualquer intervenção, seja de construção, seja de demolição, deverá procurar aumentar o valor patrimonial do conjunto, quer construindo — sem agredir e antes valorizar os edifícios pré-existentes —, quer anulando outros, que por carácter arquitectónico desinteressante ou por ausência de valor histórico, podem ser retirados, sem perda do valor patrimonial do conjunto.

A consideração da cartografia e da iconografia disponíveis conduz à opção por uma proposta de edificação com uma presença mínima, recusando confronto de volume e de linguagem com as pré-existências significativas. Assim, procurou-se uma intervenção que não perturbasse o pano de fundo da Sé Velha e, simultaneamente, libertasse a vista da fachada norte do edifício da Reitoria.

As grandes dimensões dos espaços a construir implicaram, então, que se optasse por uma construção não em altura, mas, pelo contrário, em escavação. Aliás, dada a topografia do terreno, seria essa a forma



de implantação mais lógica, já adoptada anteriormente quer na Casa dos Melos quer na Casa dos Contadores, que apresentam para a Rua do Norte fachadas de cêrcea elevada a que correspondem importantes escavações provocadas na encosta.

Partindo dessas considerações fundamentais, a solução proposta, demolindo os edifícios sem interesse ou utilidade, recria o espaço livre da Horta, que é agora a cobertura ajardinada da Grande Sala de Leitura, de onde apenas sobressai o volume de um lanternim para iluminação natural.

Esse espaço estabelece ligações de nível com o arruamento a sul, o que, além de uma extensão do espaço de miradouro sobre a Sé e a Cidade, permite acesso livre de obstáculos a uma entrada no Piso 4 (e daí a todo o interior da Biblioteca) a utentes com limitações de mobilidade.

O acesso principal faz-se pelo Piso 3, cota do actual Pátio de entrada cujo redesenho contempla a conservação da arcada que, apesar de não ser original, tem interesse arquitectónico, dada a elegância das suas proporções.

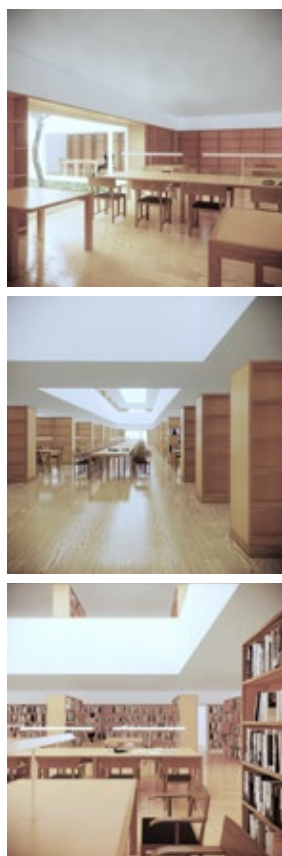
Do Átrio Principal, espaço de acesso público e livre onde se situam serviços como bengaleiro, telefones, multibanco e instalações sanitárias, estabelece-se ainda ligação, não controlada, ao Piso 4, onde se situa a entrada já referida e serviços como a Livraria e Reprografia. Além dessas ligações, todas as outras passam a ser controladas, quer sejam de acesso a utentes, quer sejam de acesso a funcionários ou visitantes.

Ainda no Piso 3, localizam-se os serviços de Direcção e Administração, a Sala de Leitura de Periódicos com os respectivos serviços técnicos complementares, assim como as ligações verticais, por escadas e ascensores, ao Piso 4 (Sala de Reservados) e ao Piso 2.

No Piso 2, existe um átrio de atendimento e consulta de catálogos a partir do qual se acede à Grande Sala de Leitura e à Sala de Trabalhos de Grupo. É também nesse átrio que se localiza o Gabinete do Bibliotecário. A Grande Sala de Leitura organiza-se em dois pisos, com um varandim à cota do Piso 3, apenas com ligação interna. A mesma organiza-se

Imagem: esboços do projecto para a nova biblioteca da FDU, Álvaro Siza Vieira

Imagem: projecto 3D para o exterior da nova biblioteca da FDUUC



em torno de um grande vão central que permite iluminar e relacionar os diferentes níveis da Sala.

No piso 1, não há zonas de acesso público, localizando-se apenas os Depósitos e os serviços correspondentes, para os quais existe um acesso directo de serviço à Rua do Norte por onde se fará entrada de documentos e demais materiais.

No piso 0 localizam-se os serviços de apoio e manutenção, as áreas destinadas a funcionários e casa das caldeiras; nesse piso existem também acessos directos à Rua do Norte para funcionários.

Importa também notar que a presente solução não aumenta as cercas do edificado existente, recupera as características morfológicas e de acabamentos exteriores, rebocos, cantarias, caixilharias, cores

e texturas, aliás conforme o citado «Regulamento Municipal de Edificação, Recuperação e Reconversão Urbanística da Área afecta à candidatura da Universidade de Coimbra a Património Mundial da Unesco, incluindo a Zona de Protecção».

As demolições que se propõem respeitam a corpos edificados sem interesse arquitectónico ou patrimonial, que foram de um modo geral intervenções posteriores, muitas vezes incompletas que respondiam, de forma discutível aliás, a necessidades de funcionamento com recurso a meios construtivos e arquitectónicos sem grande qualidade e sem quaisquer outras preocupações. A sua demolição valoriza assim o conjunto, quer do ponto de vista urbano quer do ponto de vista patrimonial e arquitectónico.

* Arquitectos

Este texto foi escrito ao abrigo do antigo Acordo Ortográfico, por vontade dos autores.

RL#60
Ao Largo

126



QUANDO A Natureza NOS INTERPELA

REFLEXÕES A PARTIR DO PROJETO
MAPEAR PARA PROTEGER

JOANA ALVES *

A beleza da Natureza raramente se impõe de forma imediata. Revela-se na sua simplicidade complexa, na diversidade de formas, cores e interações, naquilo que sustenta a vida e lhe dá continuidade. É nela que encontramos alimento, abrigo e sentido. E, apesar de tantas vezes o esquecermos, dela somos parte integrante, não observadores externos, mas elementos desta teia viva de relações. Contudo, é quando essa ligação se fragiliza que o tempo nos interpela.

Em 2025, Portugal voltou a ser fustigado pelas chamas que vestiram de negro as suas paisagens. Mais uma vez, a paisagem deu lugar ao silêncio da cinza. Perante este cenário repetido, muitos de nós sentimos a impotência de quem nada pode fazer — o peso de assistir à destruição anunciada. Mas sentiram, também, algo mais profundo: a vontade de intervir, de compreender, de agir, para que a memória do fogo não seja apenas perda, mas aprendizagem e recomeço.

É nesse espaço, entre a dor e a ação, que nasce o projeto Mapear para Proteger¹, integrado no Memórias da Floresta². Um projeto que procura olhar para lá da paisagem queimada e escutar o que permanece vivo: a fauna que resiste, os ecossistemas que tentam regenerar-se, e as relações invisíveis que sustentam a biodiversidade. Porque a beleza da floresta não está apenas nas árvores que vemos, mas também nos animais que nela habitam, nos sons que a percorrem e nas interações que a mantêm funcional.

1 Mapear para Proteger é uma iniciativa do BeWild Lab do Centro de Ecologia Funcional da Universidade de Coimbra (UC) e está integrado no projeto «Sexual behaviour in ungulates: Bridging sexual differences in behaviour and wildlife conservation», DOI: 10.54499/2022.05848.CEECIND/CP1714/CT0008, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), através do programa CEEC IND5ed.

2 Memórias da Floresta é uma iniciativa do História, Territórios e Comunidades, pólo NOVA FCSH do Centro de Ecologia Funcional — Ciência para as Pessoas e o Planeta —, da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UC.



Hoje, mais do que nunca, precisamos de olhar para as áreas florestais com a audácia de quem reconhece que tudo deve à Natureza. Com a responsabilidade de quem entende que proteger não é apenas um dever para o presente, mas um compromisso com o futuro. Um dever de intervir, de mudar práticas, de restaurar relações, entre pessoas e território, entre conhecimento e cuidado.

O Mapear para Proteger surge, assim, não como um gesto isolado, mas como a continuação natural de um trabalho que se vem construindo há vários anos. Na Serra da Lousã, a monitorização das populações de ungulados, em especial do veado, tem permitido acompanhar de forma contínua como é que estas espécies utilizam o território, respondem às perturbações e se adaptam a uma paisagem em mudança. Essa memória ecológica acumulada é hoje essencial para compreender o impacto do fogo, não apenas como evento pontual, mas como processo com efeitos duradouros.

Neste contexto, a iniciativa veio reforçar e ampliar esse esforço. Além da plataforma de ciência cidadã, foi intensificada a monitorização no terreno, com a instalação de equipamentos de deteção remota em mais de 70 pontos de amostragem distribuídos pela serra. Os primeiros registos começam agora a chegar ao laboratório e os próximos meses serão marcados pela análise de milhares de imagens e gravações acústicas. Cada registo representa um

instante da vida que persiste depois do fogo — identifica movimentos, presenças, silêncios, dados que nos ajudarão a compreender como a fauna reage, se reorganiza e continua a habitar um território profundamente transformado.

Falar da beleza da floresta é também reconhecer que ela existe em diferentes camadas. Nem toda a beleza é invisível: muito do que nos rodeia é evidente, está à vista de todos. A presença dos animais, os sons que atravessam a serra, a diversidade de formas e cores que regressam mesmo após o fogo. Mas há também uma beleza mais subtil, feita de cheiros, sensações e emoções, que se entranha na experiência sem pedir atenção. O aroma da terra, o silêncio interrompido por um som distante, a familiaridade de um percurso repetido, memórias que, sem darmos conta, passam a fazer parte da nossa história pessoal e coletiva. Ainda assim, na correria do dia a dia, esquecemo-nos facilmente do quanto essa beleza é essencial, não apenas para os ecossistemas, mas para nós próprios, para o nosso bem-estar e para as relações que estabelecemos com o território que habitamos. A floresta deixa de ser espaço vivido para se tornar pano de fundo, até que um incêndio nos obriga, abruptamente, a voltar a olhar.

É muitas vezes nesse momento de choque que nasce a vontade de agir. Uma vontade legítima, intensa, mas frequentemente passageira. No entanto, proteger a natureza exige mais do que respostas imediatas a eventos extremos.

Exige uma vontade continuada, não reativa, capaz de se transformar em compromisso a longo prazo. Uma vontade que não se limite a reparar danos, mas que procure compreender processos, respeitar ritmos e reconhecer que a regeneração acontece no tempo da natureza, não no nosso. Plantas e animais reinventam estratégias para sobreviver, adaptam comportamentos, persistem em territórios alterados, e é nessa capacidade de resistência que continuam, silenciosamente, a conquistar-nos pela sua beleza.

Falar de conservação é, por isso, falar também de coexistência. E essa coexistência não é vivida da mesma forma por todos. Há quem se aproxime da natureza de forma pontual, num momento de contemplação ou lazer, e há quem nela viva e dela dependa diariamente. Para estas comunidades, a relação com a vida selvagem é mais complexa, marcada por uma tensão constante entre o desejo de preservar e a necessidade de subsistir. É nesse espaço de conflito, interno e coletivo, que se tornam visíveis os desafios reais da conservação. Reconhecer estas diferentes perceções é essencial para construir soluções justas, que respeitem tanto as pessoas como os ecossistemas, e que permitam uma real coexistência entre as pessoas e a vida selvagem num território em permanente transformação.

É precisamente neste ponto que o Mapear para Proteger ganha sentido, como espaço de concretização dessa vontade que precisa de ser continuada e partilhada. Uma vontade que não se esgota no impulso do momento, mas que se constrói no tempo, tornando-nos ativos em vez de reativos, disponíveis para olhar em profundidade para as causas e não apenas para as consequências. Um espaço onde o conhecimento científico se cruza com o conhecimento empírico das comunidades locais, de quem vive o território todos os dias, e onde dessa escuta mútua podem nascer soluções mais justas, mais equilibradas e socialmente responsáveis. Proteger a floresta é também um exercício de justiça e equidade, de responsabilidade para com as gerações vindouras, para que o futuro não continue a pintar-se de negro a cada verão. Para que o verão volte a ser cor e não dor, feito de longos entardeceres dourados e não vermelhos, de dias aquecidos pelo sol e não pelas chamas, de regressos das gentes à terra e não de gentes chamadas a defender casas humanas, sem mãos sufi-

cientes para defender todos os outros lares que são também casa — os da floresta, dos animais e da própria vida que nela persiste.

Esta necessidade de pensar a conservação como um processo contínuo, informado e partilhado não surge no vazio. Na Europa, a recente Lei do Restauro da Natureza estabelece metas ambiciosas para recuperar ecossistemas degradados, reconhecendo que proteger não basta — é preciso restaurar, acompanhar e aprender com o território. À escala global, a Agenda 2030 das Nações Unidas e o Quadro Global para a Biodiversidade Kunming–Montreal, aprovado no âmbito da Convenção sobre a Diversidade Biológica, definem um conjunto claro de compromissos orientados para a ação até 2030, sublinhando a urgência de travar a perda de biodiversidade através de conhecimento científico sólido, monitorização continuada e envolvimento ativo das comunidades. Iniciativas como o Mapear para Proteger inscrevem-se neste contexto mais amplo, traduzindo os compromissos globais em ações concretas, enraizadas num território específico e na sua memória ecológica.

O futuro da conservação constrói-se nesse equilíbrio delicado entre conhecimento e memória. O conhecimento fundamental, desenvolvido ao longo do tempo, permite-nos compreender a complexidade dos ecossistemas e antecipar caminhos possíveis para a sua proteção. A memória do passado — das paisagens, das espécies, das relações perdidas e reconstruídas — ajuda-nos a não repetir erros e a imaginar futuros mais justos. Conservar a natureza não é um ato isolado nem uma imposição, mas um processo partilhado, feito com as pessoas que vivem o território, que o conhecem e que dele dependem. Quando ciência, experiência e escuta se encontram, a conservação deixa de ser resposta a uma crise momentânea e transforma-se num compromisso duradouro, capaz de manter os territórios naturais como espaços vivos, habitados, e continuamente reinventados.

* Investigadora do Centre for Functional Ecology
— Science for People & the Planet,
Departamento de Ciências da Vida,
Universidade de Coimbra

PRÉMIO
UC
2025

Herman
José

O HUMOR
PODE SER A
SUPERIOR
FORMA DE
DIPLOMACIA

AO LARGO

RL#60

Entrevista

131





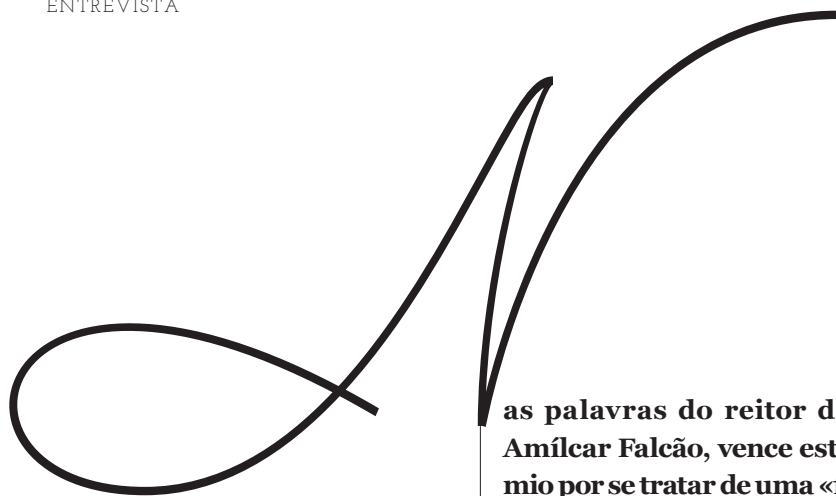
Fotografia: © DR

Cedo começou a fazer do riso uma ferramenta de sobrevivência. Antes do palco, antes da televisão, Herman José, Prémio UC 2025, já tinha a necessidade de observar e de transformar o desconforto em linguagem. O humor nasceu aí: como defesa, como truque, como forma de estar.

Ao longo de décadas, tantas quantas as da liberdade, Herman – que tanto dispensa apresentações como segundo nome, erguendo-se na força única de uma só palavra – foi acumulando vozes, gestos, personagens que se tornaram

escola e memória comuns. Mas nada disso aconteceu por acaso. Houve sempre escrita, trabalho – muitas vezes penoso –, companheiros e companheiras de riso, uma atenção quase obsessiva ao detalhe e uma recusa clara da facilidade.

Hoje, com o tempo a marcar o corpo e a afinar o olhar, fala a partir de um lugar mais silencioso, mas nunca descansado. O humor permanece, não como estridência, mas como método – uma maneira exigente de atravessar o mundo sem abdicar da curiosidade.



As palavras do reitor da UC, Amílcar Falcão, vence este prémio por se tratar de uma «figura singular da sociedade portuguesa que há décadas nosa faz rir e pensar sobre as características e idiossincrasias de ser português». O que significa, para si, receber este prémio?

Importantíssimo, porque é um prémio atribuído num contexto muito específico e interessante. Não que eu tenha uma visão pomposa da minha profissão. O Raul Solnado, que eu adorava, tinha uma necessidade enorme de ser aprovado pela elite, e lutou por isso. O Nicolau Breynner também. Eu nunca tive essa preocupação. A minha profissão era fazer rir, era uma continuação daquilo que sempre fiz quando era pequenino. Uma espécie de arma, de truque. À medida que fui crescendo artisticamente, senti que tinha a obrigação de não seguir a lei do menor esforço, que era o que acontecia na altura quando me estreei na Revista [à Portuguesa]. As piadas eram muito simplórias, apelavam à ausência de cultura para ter o maior denominador comum, e isso irritava-me muito. Então, sempre que podia, comecei a usar uma técnica a que chamo «bolo de bolacha»: numa mesma piada, ou personagem, dar *outputs* para todas as camadas sociais. Ou seja, posso estar a falar no pastel do bacalhau e, ao mesmo tempo, citar Nietzsche.

Tudo é possível?

Tudo é possível com um bocadinho de trabalho. E o trabalho, que é a coisa que mais odeio fazer, mas o mais importante de tudo, é a escrita.

A escrita dói-lhe?

É-me completamente penosa. Dolorosa, mesmo. Mas só municiado da minha escrita é que pude fazer aquilo que fiz. De outra forma, teria feito produtos caducos.

Fala muito dessa ideia de unir vários públicos numa só piada. E, nem por acaso, a sua carreira coincide com a liberdade — são 50 anos quase simultâneos. John Cleese dizia que a comédia é uma força democrática que une as pessoas e pode mesmo derrubar sistemas de divisão. Concorda?

A comédia, por ser muito imediata e chegar facilmente aos públicos, sempre foi temida e sempre implicou uma gestão muito inteligente. Os bobos que sobreviviam eram os arranjavam técnicas de parecerem infinitamente livres, não o sendo, sabendo que havia ali limites que, se ultrapassados, lhes custariam a cabeça. Era um bocadinho pior ainda do que o Trump hoje em dia, porque era mais imediato e mais feroz. Na minha vida de humorista, pas-

MARTA POIARES *

sei por todas as fases: mais atrevimentos, mais retas, programas censurados, lutas indesejadas, gente da Igreja que achou que eu tinha ofendido a Eucaristia, tudo.

Mas tudo fez sentido.

Há uma altura para tudo e eu fiz tudo o que tinha a fazer na altura que tinha de fazer. Com um bocadinho de sorte, porque o primeiro episódio do *Tal Canal* (1983/84) não era para ter sido o que escrevi, mas o que a direção de programas entendia que deveria ser. Só que houve um grande democrata, o José Niza, que se meteu pelo meio e disse: «Não, não, isto vai para o ar como quer ir para o ar». Isto na era do Mário Soares, da recuperação da liberdade e, sobretudo, da coragem. E, portanto, hoje em dia, a minha grande preocupação é criar bem-estar. Faço, sobretudo, espetáculos ao vivo e faço questão de que, depois daquela hora, hora e meia, as pessoas vão felizes para casa. E que ninguém se sinta agredido. Talvez seja próprio deste terceiro ato da vida.

Nesse ato, é mais importante espalhar felicidade do que contundência?

Assumo essa fase: a da necessidade absoluta de fazer *entertainment* perante a hipótese de abanar a sociedade com coisas mordazes. Não me apetece. Não tenho espaço para polémicas. Costumo dizer que já não tenho mais espaço no colete anti-balas. Porque toda a minha juventude foi muito solitária nesse aspeto. E tentaram esvaziar-me de várias maneiras. Algumas até bastante assustadoras.

Se há uns anos me chamassem «25 de Abril do humor em Portugal», eu refutaria. Mas, hoje em dia, aceito-o.

Esse papel, exige-o hoje a outros?

Sim. Exijo dos mais novos que sejam corajosos. Agora, é a vez do Ricardo [Araújo Pereira], da Joana Marques, do [Bruno] Nogueira ou do [João] Quadros. Agora, é a hora de eles darem o corpo às bolas. De serem truculentos.

Já ganhou esse estatuto, o de poder decidir?

Acho que não o ganhei. É o fenómeno da passagem do tempo. Chegados aos 70 anos, olhamos para a frente, vemos o limite e pensamos: se já só tenho este percurso, não vou esbanjá-lo. Não tenho tempo para estar a esbanjar em inutilidades ou em desconforto. Aliás, se me perguntassem se hoje seria um reformado feliz... seria. Só que tinha de ser muito rico, porque só podia ser um reformado feliz, viajando em executiva pelo mundo todo e ficando em hotéis de 5 estrelas. Coisa que um artista português reformado não consegue.

Voltando um pouco atrás, como reage a este epíteto de «25 de Abril do humor em Portugal»?

Há uma certa justiça nele. Quando a minha carreira começa, sobretudo a autoral, o humor que se praticava em Portugal, tanto nos filmes de variedades como na Revista, não me fazia rir. Era muito previsível. E eu pensei: «Vou ficar o resto da vida a dizer coisas nas quais não acredito? Não pode ser. Vou tentar escrever coisas que me divirtam». E o meu estilo, muito inspirado nos ingleses, nos Monty Python e na boa comédia americana, só acontece por isso.

Comecei a tentar escrever coisas que me divertiam n' *O Passeio dos Alegres* (1980-1982), ao lado do Júlio Isidro, que foi a minha primeira cobaia, porque era o primeiro a rir das piadas que eu dizia na altura. O tipo de sucesso que comecei a ter nessa altura, sobretudo junto das novas gerações, foi aquilo que depois repeguei para fazer *O Tal Canal*. A partir daí, sim, sinto que criei uma certa diferença nas gerações que vieram depois. E, portanto, se há uns anos me chamassem «25 de Abril do humor em Portugal», eu refutaria. Mas, hoje em dia, aceito-o. Sobretudo, vendo que material dos jovens humoristas vai todo beber muito aos meus tempos e àquilo que fiz. Aceito esse epíteto com muito orgulho, mas reforçando que os vários estilos que foram nascendo são muito interessantes.

Vai um bocadinho ao encontro de outro epíteto, que é o «pai da comédia em Portugal». Tendo nascido no Dia do Pai, era um prenúncio?

Verdade, nasci. O «pai da comédia» soa-me bem, portanto não renuncio a essa lógica. Faz todo o sentido. E vê-se claramente nestas novas escolas, porque também há muito de mim ali e todos eles são muito gentis, entram em contato comigo e veem as minhas coisas com muita atenção.

Como vê o humor atual em Portugal?

Está muito interessante, porque há mais gente a fazer. Na minha época, como estava isolado, era facilmente incomodável. Muito cansativo. Houve coisas que podia ter feito e não fiz, por excesso de medos e depressões. Hoje em dia, como há muita gente e muitos meios diferentes, podemos tirar um programa de um canal de televisão e conseguir com isso calar alguém, mas não podemos calar a Internet, nem os canais todos de YouTube, nem as publicações nas redes sociais. Essa força da quantidade faz com que o trabalho seja hoje mais fácil e mais estimulante.

O humor continua a ser uma arma, como a cantiga (que tantas vezes alia ao humor)?

É muito mais do que só uma arma. Pode ser a superior forma de diplomacia. O humor, bem usado em situações de tensão, torna a vida muito mais interessante. Lembro-me de que, na cerimónia de entrega do Prémio UC, em Coimbra, foi uma delícia ver que todos aqueles que foram falar tiveram o cuidado de temperar o seu discurso com humor, o que transformou a cerimónia num objeto leve. É essa a maravilhosa capacidade do riso, a de des-sacralizar um bocadinho. Por isso mesmo é que, durante uma missa,

as pessoas tentam não se rir para não tirar o sagrado da coisa, porque o humor desmancha aquilo tudo. E depois, claro, é uma arma no sentido em que uma piada muito forte fica para sempre.

E pode ser uma arma no sentido de ser uma bengala de confiança.

Foi importantíssimo para mim, como tal. Lembro-me de que, por alguma razão, os meus pais me obrigaram a usar calções curtos até tarde, numa altura em que todos já usavam *jeans*. Sentia-me muito infeliz, não tinha como explicá-lo e sei que a intenção deles era a melhor. Mas a maneira que arranjei de obviar a essa grande chatice foi estar sempre a brincar com o facto de estar de calções. Antecipava a piada, tal como muitos meninos gordos ou pessoas com deficiências. Não quer dizer que se tenha prazer em fazer isso. Mas usa-se, efetivamente, como arma.

Voltando aos humoristas, e citando John Cleese, de novo, «comedy always works best when it is mean-spirited»? Ou seja, é uma corda bamba, onde se equilibram a crítica, o humor, a ofensa, e onde rapidamente uma resvala para a outra?

É preciso sublinhar que o *mean* tem várias graduações. Para mim, o *mean* ideal é a malandrice infantil. As crianças são muito diretas e têm uma maneira perversa de apontar o dedo. Mas não têm maldade, não é? Esse *mean*, para mim, é o melhor. Mas, depois, se for, por exemplo, para gozar com o autoritário ou com o ditador, é engraçado — e essencial — que esse bocadinho de maldade seja usado para pôr o dedo na ferida. Por isso, sim, tem de haver sempre uma pitada de *mean*. De outra forma, é só dar festinhas e fazer cócegas.



Fotografia: © DR

Acha que o politicamente correto é uma nova censura? Com todo respeito à censura que, de facto, existiu em Portugal.

Eu acho que o crescimento das extremas-direitas do mundo foi precisamente em reação a tudo aquilo que não se podia dizer. E, hoje em dia, essas direitas dizem as coisas mais escabrosas, que não se poderiam dizer em condições normais. Dá uma falsa sensação de liberdade. E isso vem em reação da longa lista daquilo que parecia mal. As regras passaram a ser tantas que aquilo que antigamente a esquerda fazia, que era partir regras e ir para a rua gritar, parece estar entregue nas mãos das extremas-direitas que vão para a televisão dizer tudo aquilo que lhes apetece — incluindo mentir descaradamente, com um sorriso nos lábios. A esperança é sempre que a mentira fique o mais possível. Lutar contra a mentira torna-se impossível. É como fazer uma corrida de carros numa autoestrada e, de repente, o outro vai para lá do traço contínuo duplo, em contramão. A corrida deixa de fazer sentido. Nós não vamos para a mesma faixa, nem vamos andar em contramão. E, portanto, a corrida deixa de ser corrida e passa a ser um exercício doloroso. Hoje em dia, o abuso da mentira, da arrogância, da perda de compostura, de respeito e de humanidade transformam a maravilhosa corrida democrática num exercício que é, muitas vezes, penoso.

E como reage a casos do tão badalado cancelamento de humoristas, tanto cá como do outro lado do oceano?

Sempre houve casos desses, eu próprio fui vítima deles. Claro que o humor tem de ter limites — e esse limite existe, é a lei. Os tribunais, se forem puros e isentos, fazem esse controle muito bem. Mas, por exemplo, o que se passou com o Trump e com o [Jimmy] Kimmel é profundamente desagradável, mas tem que ver com o facto de Trump ser um homem de 78 anos que não tem nada a perder. E que está a tentar esticar a democracia para ver até onde é que dá. A ideia de ter sobrevivido ao suposto atentado deu-lhe ainda mais força para achar que é uma personalidade quase divina. É fascinante. Não sou daqueles que fingem que ele não existe. Vejo tudo com muita atenção e não perco a objetividade — se houver coisas bem feitas, tenho de o dizer. Agora, a cegueira total e a ausência de diálogo inviabilizam que se cheguem a essas conclusões.

Pois, a extrema-direita não quer bem diálogo...

Claro, não quer diálogo, porque perde as suas maravilhosas mentiras. Quem afirma que a Terra é plana, ou que a vacina da COVID-19 matou e fez muito mal, não quer que lhe provem o contrário. Não vale a pena discutir. Eles não querem, sequer, ouvir uma verdade científica.

Claro que o humor tem de ter limites — e esse limite existe, é a lei.

Mas, falando, por exemplo, do caso que talvez seja o mais badalado em Portugal — Joana Marques *versus* Anjos —, abre-se um precedente grave se, por acaso, se der razão a um outro lado?

Considero esse caso um bocadinho à margem das coisas que me preocupam. É uma brincadeira entre dois egos, de uma humorista que se está a impor, que trabalha muito e que entendeu pegar uma coisa risível e brincar com ela, e de um par de profissionais que há muitos anos vive obsessivamente a sua carreira e deve ter sido mal aconselhado. Se eles fossem cantores frágeis ou artistas sem qualquer interesse, percebia que fizessem esse esforço de haver, pelo menos, numa vitória jurídica para compensar a sua fragilidade artística. Mas não é o caso. Eles são ótimos, são músicos, são afinados. O caso é completamente supérfluo. E se dependesse de mim, se fosse dono da justiça em Portugal, seria muito mais duro em muitas coisas. Comigo, este caso não chegava a julgamento. Dizia à Joana e aos Anjos para serem felizes e pensarem noutras coisas.

Falando dos vários meios, continua a distribuir-se por vários. A TV ainda é relevante, ainda tem uma força catalisadora, ou mudam-se os meios, mudam-se as vontades?

A televisão, apesar de tudo, ainda mantém uma força agregadora diferente dos outros meios. Tirando um Benfica-Porto ou um Sporting-Benfica, em que, de repente, o mundo fica todo sintetizado, há um total espartilhar de interesses. A grande piada

da televisão — que, obviamente, sofreu bastante com a concorrência — é que ainda há valores de produção e de rigor que dão ao objeto uma embalagem pomposa. No meu *Cá por Casa* (2016-), por exemplo, tenho cenários maravilhosos. Esse lado faustoso só a televisão é que, por enquanto, o mantém — e era interessante não o perder. Mas vai ser uma luta dura, porque o dinheiro da publicidade, que é o que sustenta as televisões privadas, está cada vez mais distribuído pelos outros meios todos.

Sobretudo pelo digital, que vai ganhando muito espaço e que o próprio Herman já usou como espaço de improviso.

Sim, e agora até já fiz uma campanha só para o digital, que vai sair em breve, e que faço com o maior prazer.

Aliás, muitos fenómenos surgem no digital, caso do Vasco Pereira Coutinho, companheiro dessa campanha...

Exatamente. E, se reparar, há muitos criadores internacionais que nascem no YouTube ou no Instagram e já sobem a palcos, enchem estádios... O mundo mudou.

O palco é, ainda assim, onde se sente mais Herman?

É muito importante para mim, porque faço todo o tipo de palcos — dos mais sofisticados aos mais populares — com o maior prazer. Sempre tecnicamente muito apoiado, ou seja, com muito bom som e um bonito *LED wall* atrás, às vezes com músicos, outras vezes sem, mas sem nunca facilitar. Para isso, prefiro não fazer.

Muitas vezes, o sistema de som e luz é quase mais caro do que o meu próprio cachê. É um esforço, mas desse luxo não prescindo. E isso dá uma garantia de que quando acaba um espetáculo, este é sempre um êxito. Apesar de a estrutura do meu espetáculo ser baseada nas mesmas coisas, estou sempre a fazer diferente para mim. Portanto, quem vê muitos espetáculos meus também se diverte comigo. As pessoas ficam muito perto de nós, vão ver-nos muitas vezes...

Diz que é um lugar onde não se envelhece.

Exatamente. Nas redes sociais, temos os filtros — olhe a Lili Caneças que está agora com 15 anos! (risos) —, na televisão, temos a idade que temos, é muito cruel... Mas no palco, a partir dos três, quatro metros de distância, somos todos iguais. A Bárbara Bandeira tem a mesma idade do que o Quim Barreiros; e a Bárbara Tinoco a mesma idade do que o José Cid. Ou seja, à distância, desde que haja voz e bom repertório, somos todos iguais. O palco é profundamente tolerante. Dou sempre o exemplo de uma artista brasileira, a Bibi Ferreira, que aos 90 anos ainda fazia espetáculos de duas horas, com orquestra, toda a gente encantada com o timbre dela. O Charles Aznavour, aos 90 e tal anos, estava a anunciar a sua digressão e prometia à filha que se iria retirar aos 100. Não chegou lá, morreu algum tempo depois, mas esteve ótimo até ao final.

Lembra-nos Buster Keaton, um dos grandes génios da comédia, que quando não trabalhava, não se sentia inteiramente vivo. Encarnava aquela ideia de Flaubert, do artista como alguém que despeja toda a sua existência na sua arte. Acontece-lhe o mesmo ou consegue encontrar-se no equilíbrio entre palco e bastidores?

Ora, se tivesse o património do Cristiano Ronaldo, não tenho a certeza se faria espetáculos. Há uns tempos, jamais lhe confessaria isto. Mas a verdade é que o que nos leva a continuar é também a necessidade de trabalhar. Ninguém em Portugal se pode dar ao luxo de ter uma vida decente e ter pessoas a seu cargo, como eu tenho, e achar que pode tirar um ano sabático, passear pelo mundo e «logo se vê». Isso é impensável. O que tenho nos espetáculos é uma maneira encantadora e prazerosa de ganhar dinheiro e de poder continuar a ter uma vida muito interessante, abraçado a uma profissão que adoro. Os *Busters Keatons* deste mundo, mesmo *ziionários*, têm uma necessidade imensa de continuar a trabalhar para se sentirem felizes.

Faço todo o tipo de palcos — dos mais sofisticados aos mais populares — com o maior prazer.

Não é o seu caso, então?

Eu tenho uma vida interior tão intensa, e tanta curiosidade, que não sei se com outro património, teria disponibilidade e tempo de fazer 400 quilómetros para fazer um espetáculo. Talvez tivesse, e talvez continuasse a ser importantíssimo para a minha saúde mental. Se me sair o Euromilhões, logo lhe digo se continuo a trabalhar ou não. Greta Garbo ganhou tanto dinheiro que, aos 36 anos, cansou-se de pintar a cara, começou a envelhecer à frente das câmaras e preferiu nunca mais aparecer. Foi uma mulher que morreu tarde e feliz, sem nunca mais tirar uma fotografia ou fazer um filme. Cada caso é um caso, e só estando nas próprias situações é que podemos avaliar.

A verdade é que o mundo está num estado tão distópico que trabalhar, sobretudo com humor, acaba por fazer uma filtragem da atualidade de uma forma mais suportável.

Se a pessoa tiver um avião privado e a capacidade de aterrar em qualquer praia das Maldivas, não sei se não se substitui essa sensação. É aí que está a minha grande dúvida.

Vamos falar de memória. Serafim Saudade, Esteves, menino Nelito... As suas personagens entraram na família da memória, mesmo sem pedir licença. Isso é uma honra para si?

É. E surpreende-me muito. Às vezes, estou a ver programas antigos meus, na RTP Memória, e fico completamente surpreendido pelo facto de não terem passado de moda. Por exemplo, o *Crime*

na Pensão Estrelinha (1990/91), que considero o meu melhor projeto de sempre, é de tal maneira atual que, no jornal falso que apresentamos no programa, os monitores já se assemelham às televisões atuais. É inacreditável a quantidade de pormenores, a modernidade dos arranjos do Tony Silva no *Tal Canal*... Fico espantado por termos conseguido andar tão à frente. E a verdade é que, sempre que facilitei, sempre que trabalhei menos ou sempre que fui um bocadinho menos rigoroso, esses momentos não resistiram ao tempo.

Como foram nascendo estes «bonecos»?

Da mesma maneira que eu, quando era pequenino, os inventava. Quando a minha mãe recebia convidados, tinha eu 4/5/6 anos, havia sempre um momento em que ia entreter as visitas. E já nessa altura, com recurso a cabeleiras, roupa, ou outras coisas que ia apanhando, ia inventando personagens diferentes. Por isso, acho que é algo que já nasceu comigo e que acabou por correr muito bem, televisivamente.

E radiofonicamente, também.

Sim, a rádio ajudou-me, sobretudo, a estabilizar as vozes de várias personagens — aliás, a Maximiana começa na rádio. A voz é muito importante, porque se o sotaque estiver certo e a colocação de voz for perfeita, está feito o boneco.

Acha que essa caricatura de personagens portuguesas tem um poder quase antropológico? De tipificação?

Tem, tem. No outro dia, um jovem humorista dizia-me que sempre que quer fazer uma personagem, o realizador reforça que eu já a fiz. A verdade é que nós, portugueses, temos um leque de cores e eu acabo por ter um boneco em cada cor desse espectro.

Não o emociona saber que todos crescemos ou vivemos com estas personagens que nos unem?

Só não me emociona porque é um fenómeno que está confiado a um pequeno país. Se fosse um fenómeno mundial, emocionava-me. Agora, acho que sou o melhor de um grupo de amigos. Portugal é um grupo de amigos de 11 milhões. Somos muito poucos. Nem sequer enchamos um quarto de uma cidade chinesa. Por isso, é muito giro e fico muito contente, mas não é emocionante. Da mesma maneira que me emociona a carreira do Frank Sinatra e não me emociona a carreira do Tony de Matos.

Marco Neves, especialista em línguas e culturas, e *persona* da Internet, diz que futuros etimólogos vão estudar as suas expressões, como «Eu é mais bolos» ou «Eu é que sou o presidente da Junta». É dessa forma que se é eterno?

Para já, tenho de explicar que também isso era uma espécie de disfunção que me vem da juventude. Porque eu inventava coisas, mesmo na escola, que toda a gente começava a replicar. Muitas vezes, coisas surrealistas, que não queriam dizer nada. O que fiz

foi aplicar isso às personagens. Sou um bocadinho menos generoso do que o Marco Neves nessa análise. Acho que a passagem do tempo vai ser mais cruel, ainda que continuemos a associar a frase «Ó Evaristo, tens cá disto?» ao maravilhoso António Silva. Talvez eu tenha direito a três ou quatro menções daqui a uns anos. Mas a maior parte delas esfumar-se-á com o tempo, creio.

Disse, uma vez, ter dois caminhos neste terceiro ato que menciona. O do velho do Restelo ou descobrir a verve e ser um velho que diz coisas giras. Porquê uma coisa ou outra?

Porque, chegados a uma certa altura, põe-se essa dúvida: vou ser arrumado na prateleira ou não vou ser arrumado na prateleira? Há coisas que não admitem meio caminho. Uma carpete branca: para mantê-la branca, tenho de tratar, de imediato, da primeira nódoa que cai. Não posso deixar acumular, porque, a partir de certa altura, ela fica tão *dénigré* que já não vale a pena tratá-la. Ora, eu acho que com a velhice é precisamente a mesma coisa. Ou optamos pela resmunguice e pela facilidade de dizer que no nosso tempo é que era, ou lutamos para que a carpete fique branca, estando o mais atento possível ao que se passa. É preciso cultivar a humildade. E se puder aliar isto a uma leveza no contato com as pessoas, a vida fica muito mais interessante. Não quer dizer que se fique uma ameba e que se molde a tudo o que está a acontecer. Nas alturas próprias, temos de pôr os pés no chão e repor a legalidade. Mas, felizmente, acontece poucas vezes.



O que é que o assusta?
Só a morte, mais nada.

Falou uma vez também de ficar órfão de ídolos.

Pois, isso já não me assusta nada. A morte é a única coisa que me assusta. A da minha mãe, obviamente, e, depois, a minha. Tenho muita pena de que não tenhamos a capacidade — em situação de crise, saúde ou simplesmente idade — de tomarmos um comprimido que nos ponha a dormir eternamente. Acho horrível a quantidade de pessoas que conheço que são obrigadas a acordar todos os dias contra a sua vontade.

Enfim, magro! foi o epitáfio que o João Soares escolheu para a sua própria morte. Pensa nisso?

Não. Como não tenho nenhuma fé em nada, a ideia da morte é, simplesmente, um fim. É o não-existir, o não-ser. É-me completamente indiferente. Achei interessante ter um sítio bonito para estar e compreí-o. Não vou dizer onde, mas é muito bonito, fica numa zona linda de Lisboa. Acho que era interessante poder ficar arrumado num sítio estético. Agora, aquela coisa dos epitáfios e das ideias e do grande prestígio pós-morte não me diz nada.

AO
LARGO

RL#60
**Criação
Literária**

RICARDO JERÓNIMO *

* Nascido em Coimbra,
no ano de 1980,
por cá decidiu ficar.
Licenciou-se e doutorou-se
em Arquitectura,
da qual se foi afastando,
à medida que a música
lhe ocupou o espaço.
Colaborou com a Rádio
Universidade de Coimbra
e com a associação cultural
Lugar Comum,
fundou o grupo Birds Are Indie,
criou a agência Murmúrio
e trabalhou na produtora Blue House.
Actualmente, integra a equipa da
companhia de teatro Marionet,
dedicando-se à comunicação
e à criação de bandas sonoras.
Nos intervalos de tudo isto,
viaja, conversa,
vê pessoas em palcos
e *snooker* na televisão,
lê muito, escreve um pouco
e inquieta-se cada vez mais.

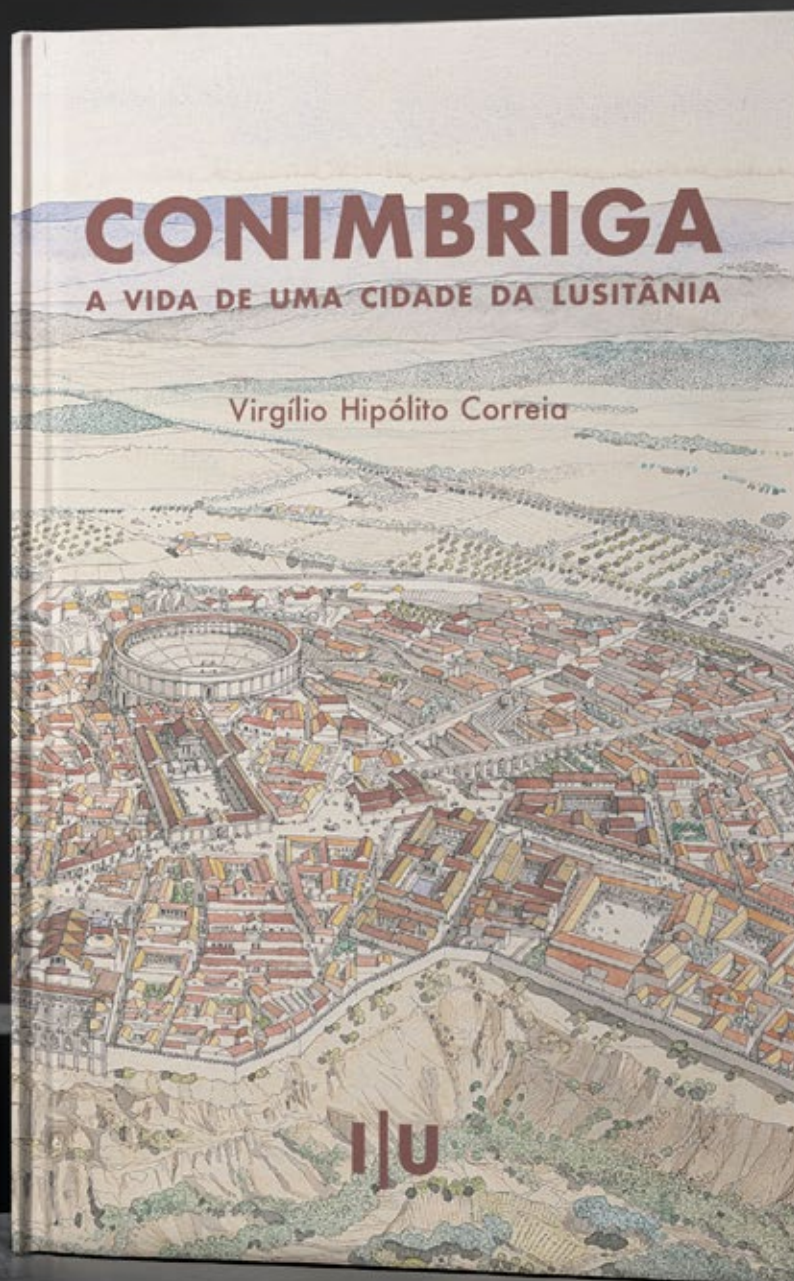
Este texto foi escrito ao abrigo
do antigo Acordo Ortográfico,
por vontade do autor.

VEIAS

Traz-me um pouco de alecrim,
sabes que gosto de o ter perto,
sabes que me lembra os Agostos intermináveis,
no quintal,
com o tanque de girinos
e as ameixas mortas no chão
e o orvalho nos morangos
e o musgo a esconder o granito
e o perfume das hortênsias
e o fresco daquele recanto
e o horizonte dourado
e as vozes ao longe
e eu,
que só pensava em ir-me,
sem saber o quanto ali estava.

SINAIS

uma pele onde o âmbar descansa
e onde
depois
a sombra respira



RL#60
LUGAR
DOS
LIVROS

142

Prémio Joaquim de Carvalho 2025

Conimbriga: a vida de uma cidade da Lusitânia

de Virgílio Hipólito Correia

MARIA JOÃO PADEZ *

A Imprensa da Universidade de Coimbra foi fundada em 1772 pelos Estatutos da Universidade tendo funcionado até 1934, ano em que foi extinta durante o regime do Estado Novo. O Diretor era então o Professor Doutor Joaquim de Carvalho. Numa homenagem a este professor nascido na Figueira da Foz, foi instituído em 2010 o Prémio Joaquim de Carvalho, que distingue anualmente uma das obras publicadas pela Imprensa da Universidade de Coimbra no ano anterior.

A obra *Conimbriga: a vida de uma cidade da Lusitânia*, da autoria de Virgílio Hipólito Correia, foi a vencedora da 16.^a edição do Prémio Joaquim de Carvalho. Em 2025, o prémio contou com o apoio da The Navigator, empresa produtora de papel com uma forte ligação à Figueira da Foz.

A obra premiada oferece uma visão completa da arqueologia do principal sítio arqueológico português, desde as suas origens na Pré-história recente até à sua desertificação nos alvares da Idade Média. A ocupação da cidade romana e do seu território, que beneficia de 130 anos de investigação arqueológica é um dos aspetos centrais da obra, indispensável para compreender um elemento essencial da história da província romana da Lusitânia.

De acordo com o júri, a obra reúne informações de relevante valor histórico, que a tornam um contributo ineludível para futuras investigações.

Virgílio Hipólito Correia é doutorado em Arqueologia pela Universidade de Coimbra. Trabalhou no Serviço Regional de Arqueologia da Zona Sul do Instituto Português do Património Cultural e, posteriormente, em Conimbriga, onde dirigiu o Museu Monográfico entre 1999 e 2017. É investigador integrado do Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra e autor de mais de uma centena de trabalhos publicados sobre temas que vão da Idade do Bronze à Época Romana, bem como sobre a gestão do património.

De sublinhar ainda que esta obra surge oportunamente num momento em que novas escavações estão a ter lugar em Conimbriga, com a participação de equipas da Universidade de Coimbra. Mais estruturas arquitetónicas começam a revelar-se, motivando trabalhos científicos na área da obra agora premiada.

* Diretora-adjunta da Imprensa da Universidade de Coimbra



Vida da Faculdade de Letras 2024-2025
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra



Europeização em Debate: Media, Política e Opinião Pública em Portugal
Maria Raquel Freire;
Sofia José Santos;
Moara Assis Crivelente;
Luiza Almeida Bezerra



Marcadores Discursivos e(m) Tradução IV
Cornelia Plag; Conceição Carapinha; Ana Paula de Oliveira Loureiro



Historias de Mitología y de Medicina Griega para Jóvenes de Todas las Edades
Susana Marques;
Cláudia Cravo;
Mónica Durán Mañas;
Alicia Esteban Santos



Dispositivo Sionista e os seus Descontentes: Histórias de Pessoas Judias Antissionistas
Berenice Bento



Faith, Friendship and Forgiveness: Deconstructive Readings of Three Biblical Paintings by Rembrandt
Constantinos



Entre o Mundo Atlântico e a Ásia: os Governantes do Império Português (1643-1763)
Isabela Augusta Carneiro Bezerra



Serafim Leite: Serafim Leite: Diário de Um Jesuíta Historiador (1915-1967)
Maria João Pereira Coutinho; António Júlio Trigueiros; Francisco Malta Romeiras



250 Anos da Fundação da Imprensa da Universidade de Coimbra
Alexandre Dias Pereira



Athens Demapped: Archaeology, Heritage, and Urban Transformation
Dimitris Plantzos



Saeculum. Homenagem a Maria Helena da Rocha Pereira
Carmen Soares;
Delfim F. Leão;
Frederico Lourenço;
Rui Morais



Separação e Colaboração do Estado e da Igreja no Tempo de Salazar: o Caso dos Feriados
Luís Reis Torgal



Theory of Change for a National Pollinator Strategy in Portugal
Sílvia Castro; João Loureiro



Teoria da Mudança para a Conservação dos Polinizadores em Portugal
Sílvia Castro; João Loureiro



Changing the Greek World: Scenari di trasformazione nel secolo di Alessandro
Maria Barbara Savo;
Gabriella Ottone; Breno Battistin Sebastiani



Lições de Pediatria: 2.ª edição
Guiomar Oliveira;
Jorge Saraiva



I Can't Breathe e outros textos
Elmano Sancho



As Plantas na Obra Poética de Camões
Jorge Paiva



Eurípides. Fragmentos. Volume II
Maria de Fátima Silva



A Construção Europeia: 40 Anos de Reflexão em Coimbra
Isabel Camisão; Dulce Lopes; Licínia Simão



A Guerra Colonial e as Lutas de Libertação: Memória, Política e Usos do Passado
Miguel Cardina



Uma Outra Razão: Escritos de Economia Política
Joaquim Feio



Manuel: Bandeira de Uma Língua
Maria Aparecida Ribeiro



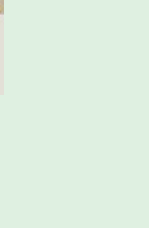
VINCULUM. Crónica da Linhagem dos Castelo Branco
Filipe Alves Moreira; Maria de Lurdes Rosa



Pausânias. Descrição da Grécia. Livro X
Maria de Fátima Silva



O Povo Ovimbundu. Angola: a partir das Coleções da Universidade de Coimbra
Maria do Rosário Martins; Fernando Florêncio



O 25 de Abril de 1974 na Voz dos Cartoons: Uma Coleção da Companhia de Diamantes de Angola (Diamang)
Ana Margarida Dias da Silva; Jorge Varanda; Helena Freitas

Olhares do Sul. 50 Anos do 25 de Abril de 1974: 50 Capas de Jornais Angolanos
Jorge Varanda; Ana Margarida Dias da Silva; Helena Freitas

A Geometria dos Céus: A Cosmologia de Cristóvão Borri e a sua Influência em Portugal no Século XVII
Luís Miguel Carolino

VINCULUM. Instituições, Documentos e Vínculos no Portugal Medieval e Moderno: Manual de História Administrativa e Diplomática
Maria de Lurdes Rosa; Mário Farelo



Saúde Mental e Direitos Humanos em Portugal e no Brasil: História, Epistemologias, Políticas e Ativismos
Tiago Pires Marques; Sílvia Portugal



Direitos Humanos e Globalização Digital
Alexandre Dias Pereira



Gestão do Risco de Incêndio Rural em Edifícios de Habitação
Miguel Almeida



Apocolocintose
Paulo Sérgio Margarido Ferreira



VINCULUM. Entailment Societies? Entails in the Portuguese Atlantic (14th-17th Centuries)
Ana Madalena Trigo de Sousa; Arthur Curvelo; Miguel Geraldês Rodrigues; Maria Teresa Oliveira; Rita Sampaio da Nóvoa

Livro que Fala da Boa Vida que Fez a Rainha de Portugal Dona Isabel: de Seus Bons Feitos e Milagres em Sa Vida e Depois da Morte
Maria José Azevedo Santos; Francisco Pato de Macedo; António Manuel Ribeiro Rebelo

PSYCHOPATHY.COMP: Uma Intervenção Psicoterapêutica Individual Baseada na Compaixão para o Tratamento do Comportamento Antissocial e dos Traços Psicopáticos
Diana Ribeiro da Silva

Muta Poesis, Pictura Loquens: os Estudos de Emblemática numa Perspetiva Interdisciplinar
Filipa Medeiros Araújo; Manuel Ferro; Ingrid Hoepel; José Julio García Arranz



La Zagala Más Hermosa: Missa para a Mais Bela Pastora. Coimbra 1646, Natividade de Nossa Senhora
Tiago Simas Freire



Direito Ambiental: Fundamento, Direção e Processo para a Transição Ecológica
Alexandra Aragão



Salazar y el Fascismo Español: Propaganda Franquista e Salazarista en la Colonia Española en Portugal (1933-1939)
Alberto Pena-Rodríguez



Serras de Valongo: Estudo Geomorfológico
Fernando Rebelo



Confianças e Medos na Europa Contemporânea: Redes, Asilo e Minorias
João Luís Fernandes;
Fátima Velez de Castro



Perspetivas Científicas sobre a Gestão do Risco de Incêndio na Interface Urbano-Florestal à Escala da Propriedade
Miguel Almeida



Pensar o Jornalismo [com Mário Mesquita]: Nos 30 anos de Ensino de Jornalismo na Universidade de Coimbra
Ana Teresa Peixinho;
Clara Almeida Santos;
Tiago Estêvão Martins



Propriedade Intelectual: Concorrência e Novas Tecnologias
Alexandre Dias Pereira



Lições de Direito Administrativo
José Carlos
Vieira de Andrade



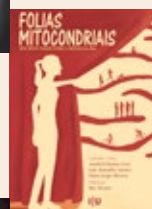
"Com Mãos se Faz a Paz se Faz a Guerra" – Volume I: Homenagem a Maria do Céu Fialho
Carmen Soares;
Giorgio Ieranò;
Fábio de Souza Lessa



"Com Mãos se Faz a Paz se Faz a Guerra" – Volume II: Homenagem a Maria do Céu Fialho
Giorgio Ieranò;
Carmen Soares;
Fábio de Souza Lessa



Diário de Viagem em 1855: Júlio Máximo de Oliveira Pimentel
Júlio Máximo de Oliveira
Pimentel; Guilhermina Mota



Folias Mitocondriais: Uma Breve Viagem Sobre a Energia da Vida
Anabela Marisa Azul; João
Ramalho-Santos; Paulo Jorge
Oliveira; Rui Tavares



Uma Introdução à Filosofia da Matemática
Eduardo Sousa Castro



A Queda de Goa: Causas e Consequências – Uma Síntese
Mário Matos e Lemos



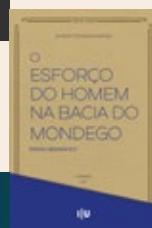
Cardiologia Atual
Lino Gonçalves;
Fausto Pinto



Contributos para Uma História Crítica da Razão
Gonçalo Marcelo; Maria
Luísa Portocarrero; Diogo
Ferrer; João Emanuel Diogo



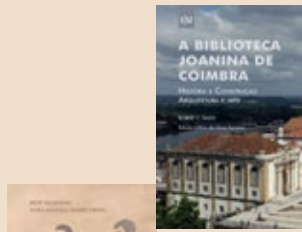
Movimento Global pela Abolição da Pena de Morte: Debate sobre o Estatuto (Jus Cogens) da sua Proibição
Anabela Miranda Rodrigues;
Miguel Manero de Lemos



O Esforço do Homem na Bacia do Mondego: Ensaio Geográfico
Alfredo Fernandes Martins



Pausânias. Descrição da Grécia. Livro IX
Maria de Fátima Silva



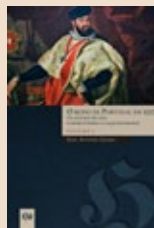
Biblioteca Joanina de Coimbra: História e Construção, Arquitetura e Arte
Silvia Ferreira



Estudantes e Vida Estudantil na Universidade de Coimbra
Irene Vaquinhas; Maria Manuela Tavares Ribeiro



Contributos da Formação para a Redução do Risco
António Duarte Amaro



A Bacia do Vouga: Estudo Geográfico
Aristides de Amorim Girão



O «Tien» Feito Carne: Os Jesuítas e a Formação do «Cristianismo Chinês»
António Vitor Ribeiro



O Reino de Portugal em 1527 – Volume I: Os Contratos das Sisas: Contexto Histórico e Corpo Documental
Saul António Gomes



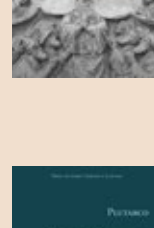
O Reino de Portugal em 1527 – Volume II: Os Contratos das Sisas: Contexto Histórico e Corpo Documental
Saul António Gomes

Protocolo Unificado para o Tratamento Transdiagnóstico das Perturbações Emocionais em Crianças: Caderno de Atividades
Jill Ehrenreich-May; Sarah M. Kennedy; Jamie A. Sherman; Emily L. Bilek; David H. Barlow

Protocolo Unificado para o Tratamento Transdiagnóstico das Perturbações Emocionais em Crianças: Manual do Terapeuta
Jill Ehrenreich-May; Sarah M. Kennedy; Jamie A. Sherman; Emily L. Bilek; Brian A. Buzzella; Shannon M. Bennett; David H. Barlow



Bernardino António Gomes (1768-1823): a quina e o isolamento da cinchonina
Maria Guilherme Semedo



História da Misericórdia de Coimbra – Volume I: 1500-1834
Maria Antónia Lopes



História da Misericórdia de Coimbra – Volume II: 1834-2000
Maria Antónia Lopes



Plutarco. Vidas Paralelas. Licurgo e Numa: Introdução, Tradução do Grego e Notas
Ália Rosa C. Rodrigues



Biografia e Identidade no Império Romano
José Luís Brandão; Cláudia Teixeira; Fábio Favarsani; Ália Rosa C. Rodrigues



Mistérios dos Acasos, Doutrina da Ocasão
Alcir Pécora



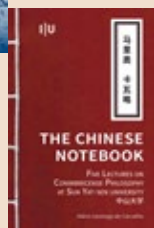
Chaves Dicotómicas dos Gêneros de Abelhas de Portugal: Hymenoptera Anthophila
Hugo Gaspar



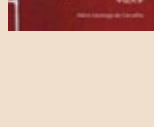
Ciência e Futebol: Uma combinação fundamental
António J. Figueiredo; Manuel João Coelho e Silva; Terrence Faverio; Hugo Sarmento



Textos Fundamentais da Companhia de Jesus: Pedagogia e Historiografia
Carlota Miranda Urbano; Margarida Miranda



Vida da Faculdade de Letras 2023-2024
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra



The Chinese Notebook: Five Lectures on Conimbricense Philosophy at Sun Yat-sen University
Mário Santiago de Carvalho



RUA LARGA

REVISTA DA REITORIA
DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
NÚMERO 60
MARÇO 2025

A *Rua Larga* está aberta ao trânsito das ideias que circulam na Universidade de Coimbra (UC) desde junho de 2003.

O nome foi tomado de empréstimo à via que atualmente assegura a ligação do Largo D. Dinis à emblemática Porta Férrea. Rua que, antes da construção da cidade universitária como hoje a conhecemos, era já uma das mais importantes da Alta. Hoje, a Rua Larga é uma ponte entre passado e futuro, feita de pedra e ar, desenhada por Gonçalo Byrne.

A *Rua Larga*, revista, é esse espaço ao mesmo tempo simbólico e efetivo por onde passa o que se vai passando na Universidade.



XXVIII Semana Cultural Universidade de Coimbra 1 a 15 março 2026

**1 DE MARÇO | EXPOSIÇÃO
PERMANENTE
CASA DA ESCRITA
BRUTO**

Grupo de Etnografia e Folclore da
Academia de Coimbra (AC)

**1 DE MARÇO | TODO O DIA
FACULDADES E AAC
OFICINA ARTÍSTICA: FPCEUC
ESPELHOS COM VOZ**

SOS Estudante

**1 DE MARÇO | 14H-18H
SEMINÁRIO MAIOR DE COIMBRA
FIGHT LOOKISM!! OU O MEU
OLHAR É POUCO PARA VER-TE**
CÍRCULO DE INICIAÇÃO TEATRAL DA AC

**1 DE MARÇO | 15H-20H
PROJECT ROOM – CONVENTO SÃO FRANCISCO
ESPANTO**
Associação Cultural e Artística Grande Coisa!

**1 DE MARÇO | 16H
FEUC E CASA-MUSEU MIGUEL TORGA
UMA LINHA SEM TRAÇO ...**
Faculdade de Economia da UC

**1 DE MARÇO | 21H30
TAGV
CONCERTO DE ANIVERSÁRIO:
ABERTURA DA XXVIII SCUC**
Orquestra Académica da UC

**1 DE MARÇO
CASA DA ESCRITA
40 ANOS – QUE LINDO SERVIÇO:
PAISAGEM SONORA DA AAC**
Rádio Universidade de Coimbra

**1 DE MARÇO
BIBLIOTECA GERAL, SALA DO CATÁLOGO
BELEZA DO SABER,
FELICIDADE NO ESTUDO**
Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos
– Faculdade de Letras da UC

**2 DE MARÇO | 15H
HAB – RUA EDUARDO COELHO, 38
IMPERMANÊNCIA**
Associação Há Baixa

**2 DE MARÇO | 15H
EDIFÍCIO CENTRAL, POLO I (ANTIGA FMUC)
A PRIORI**
Serviço de Gestão das Instalações e
Património (Unidade de Estudos e Projetos)

**2 DE MARÇO | 17H30
ESCOLA SUPERIOR DE ENFERMAGEM
A UC PELAS CRIANÇAS:
INTERAÇÕES E OLHARES**
Serviços de Ação Social da UC

**2 DE MARÇO | 21H30
CASA DO CINEMA DE COIMBRA
A BELEZA NO DESEJO:
O CINEMA COMO PACTO
SENSORIAL**

Caminhos do Cinema Português – Associação
de Artes Cinematográficas de Coimbra

**3 DE MARÇO | 9H30
TEATRO PAULO QUINTELA – FLUC
HELENA, DE EURÍPIDES**
Associação Cultural Thiasos

**3 DE MARÇO | 15H
MUSEU DA CIÊNCIA DA UC (MCUC)
OBSERVAR DESENHAR PARTILHAR**
MCUC

**3 DE MARÇO | 17H
LARGO DO CONDE – LOJA ZERO
EU NÃO SOU UM #**
Projeto Video Lab

**3 DE MARÇO | 17H
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA VIDA (DCV)
HERBÁRIO, VIAGEM PELO BELO**
DCV

**3 DE MARÇO | 17H30
SALAÃO DE S. TOMÁS
SEMINÁRIO MAIOR DE COIMBRA
A ARTE DO BEL CANTO
– RECITAL DE CANTO**
Orfeon Académico de Coimbra

**3 DE MARÇO | 19H
LOCAL A DEFINIR
AMLA**
Centro de Estudos Interdisciplinares da UC

**3 DE MARÇO | 21H30
SALAÃO BRAZIL
LUÍS FIGUEIREDO & ANDY
SHEPPARD «EMBRYO #1»**
Jazz ao Centro Clube

**4 E 11 DE MARÇO | 14H
ESPACO DE ACOULHIMENTO DO STUDENT HUB
ALGORITMO DA BELEZA**
Centro de Informática da AAC

**4 DE MARÇO | 17H30
RÔMULO – CENTRO DE CIÊNCIA DA UC
O ENCANTO DAS ONDAS
HERTZIANAS**
Rômulo – Centro de Ciência da UC

**4 DE MARÇO | 21H30
CASA DA ESQUINA
BEAUTY**
Fila K Cineclub

**5 E 12 DE MARÇO
10H-13H E 14H-16H
FLUC – (SALA A DEFINIR)
SERÁ A BELEZA FUNDAMENTAL?
– FILOSOFIA COM JOVENS**
Instituto de Estudos Filosóficos

**5 DE MARÇO | 18H
AAC – SALAS DA SECÇÃO FILATÉLICA
CÁBULA FILATÉLICA**
Secção Filatélica da AAC

**5 DE MARÇO | 18H15
CAPELA DE SÃO MIGUEL – UC
SONS DO BEM E DO BELO
– RÉCITA DE TROMPA E ÓRGÃO**
Organista Titular da Capela de São
Miguel da UC

**5 DE MARÇO | 21H
ATELIER A FÁBRICA
FORMIDABILIA**
Secção de Escrita e Leitura da AAC

**6 DE MARÇO | 16H
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA VIDA
MULHERES, FECUNDAS DO BELO
DAS MÚLTIPLAS VIDAS**

Associação de Pesquisadores e Estudantes
Brasileiros em Coimbra

**6 DE MARÇO | 18H30
TAGV
NADA É IMPOSSÍVEL DE MUDAR
– POÉTICA DA REVOLTA**
Cooperativa Bonifrates

**6 DE MARÇO | 18H30
SALA CA 3, COLÉGIO DAS ARTES
VELUDO MAIS AZUL**
Colégio das Artes da UC

**6 DE MARÇO | 22H
SALAÃO BRAZIL
TEU MARULO –
A BELEZA DO ENCONTRO**
Motivos Alternativos – Associação Cultural

**7 DE MARÇO | 10H
LARGO DA SÉ NOVA
PASSEIO GUIADO FOTOGRÁFICO**
Faina Mutante – Club

**7 DE MARÇO | 10H
TIPOGRAFIA DAMASCENO
SÃO AS MÃOS QUE MELHOR
VÊEM A BELEZA DO LUGAR**
Rota dos Cafés com História

**7 DE MARÇO | 15H
ESTUFA TROPICAL,
JARDIM BOTÂNICO (JBUC)
AFRODITE, NÃO CHOREI
QUANDO TE DESCOBRI?**
Associação Plural Apotheosis

**7 DE MARÇO | 16H
CAPELA UNIVERSITÁRIA DE SÃO MIGUEL
(EN)CANTAR**
Arte com Alma – Associação Cultural e Artística

**7 DE MARÇO | 16H30
AUDITÓRIO DA FEUC
ELAS: MEMÓRIA EM MOVIMENTO**
Recortar Palavras – Associação Artística,
Literária, Educacional e Lúdica

**7 DE MARÇO | 18H
TAGV
ROCKIN' BEAUTY:
MÚSICA CORAL POP E ROCK**
Associação Cultural Os Destacados

**7 DE MARÇO | 18H30
PEQUENO AUDITÓRIO DO
CONSERVATÓRIO DE MÚSICA
DE COIMBRA (CMC)
ENTRE VOZES E CRISTAIS:
CELEBRAÇÃO DA BELEZA**
Casa do Pessoal da Câmara Municipal,
dos Serviços Municipalizados e Empresas
Municipais de Coimbra

**7 DE MARÇO | 21H30
TAGV
ARS LUMEN PULCHRUM**
Banda de Soure – Coro Carlos Seixas

**7 DE MARÇO | 21H30
TEATRO DE BOISÓ, TEUC
RUBEDO**
UMAR Coimbra

**7 DE MARÇO | 21H30
TEATRO DA CERCA DE SÃO BERNARDO
QUANDO O FIO S'ENSARILHA**
Associação Memórias e Ritmo,
representando as Segue-me à Capela

**8 DE MARÇO | 18H
COLÉGIO DA TRINDADE
VOICES OF TENDERNESS**
Coro Vox Aetherea

**9 DE MARÇO | 17H
SALA DE EXPOSIÇÕES DO DARQ
A CASA DO JARDINEIRO**
Departamento de Arquitetura da FCTUC

**9 DE MARÇO | 17H
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA VIDA
SEEDS OF BEAUTY**
Sociedade Broteriana

**9 DE MARÇO
SALA DO INSTITUTO DE
ESTUDOS BRASILEIROS DA FLUC
LEMINSKI: O BELO, O NOVO,
O INÚTIL & INDISPENSÁVEL**
Instituto de Estudos Brasileiros da FLUC

**12 DE MARÇO | 17H
JBUC
BIBLIOTECA HUMANA**
Centro de Inovação em Biomedicina
e Biotecnologia e JBUC

**12 DE MARÇO | 18H
AUDITÓRIO DO IPDJ / FUNDAÇÃO INATEL
A BELEZA NAS DIFERENTES
VISOES DE MUNDO**
DOK.Coimbra – Associação Cultural

**12 DE MARÇO | 21H
TAGV
70 ANOS DO CORO MISTO DA UC**
Coro Misto da UC

**12 DE MARÇO | 21H
LOCAL A DEFINIR
COIMBRA EM CONFLUÊNCIA**
FAN–Farra Académica de Coimbra

**12 DE MARÇO | 21H30
TAGV
BELEZA EM CENA: UM ESPETÁCULO
DE BANDAS SONORAS**
TAUC

**13 DE MARÇO | 09H ÀS 16H
ESTÁDIO UNIVERSITÁRIO DE COIMBRA
XV MOVIMENTO ESPECIAL
– BELEZA NA DIVERSIDADE**
FCDEFUC

**13 DE MARÇO | 21H30
TEATRO-ESTÚDIO DO CITAC
ALGAZARRA**
CITAC

**13 DE MARÇO | 16H
REAL REPÚBLICA PRÁ–KYS–TÃO
PONTO DE ENCONTRO**
Associação Real República Prá–Kys–Tão

**13 DE MARÇO | 21H30
TAGV
BANDA ENCANTADA**
Associação Artística e Cultural Salatina

**13 DE MARÇO | 21H30
ANFITEATRO DO LABORATÓRIO
QUÍMICO – MCUC
NÃO HÁ FEIO SEM GRAÇA,
NEM BONITO SEM DEFEITO**
Tarrafo – Associação Cultural

**14 DE MARÇO | 15H
AUDITÓRIO DO COLÉGIO SANTO
ANTÓNIO DA PEDREIRA, CASA DA
INFÂNCIA DOUTOR ELYSIO DE MOURA
CARTINHA DE AMORES**
Casa da Académica em Lafões

**14 DE MARÇO | 16H
CAPELA DE SÃO MIGUEL – UC
REENCONTROS, DA REAL CAPELA
À CAPELA DUCAL: “PAISAGENS
SONORAS TARDO QUINHENTISTAS”**
Associação de Amigos do Paço dos Duques
de Bragança e do Castelo de Guimarães

**14 DE MARÇO | 18H
CASA DAS ARTES BISSAYA BARRETO
DAS GRAÇAS – BELEZA – DAS ARTES**
Colégio das Artes da UC

**14 DE MARÇO | 18H30
GRÊMIO OPERÁRIO DE COIMBRA
EX–HÚMUS**
Associação Fala Orgânica

**14 DE MARÇO | 21H30
AUDITÓRIO CMC
«RIO DE PROMESSAS» –
ESPETÁCULO DE LANÇAMENTO**
Secção de Fado da AAC

**15 DE MARÇO | 16H
JARDIM BOTÂNICO (JBUC)
CRAVOS & CORDAS**
Almedina Ensemble

**15 DE MARÇO | 16H30
CONSERVATÓRIO DE
MÚSICA DE COIMBRA
CORPOS QUE FALAM BELEZA**
Associação Dancers'Up

**15 DE MARÇO | 17H
CLAUSTROS DO COLÉGIO DA GRAÇA
OS SONS DO PASSADO
E O BELO DE AGORA**
Associação Cultural
Museu da Música de Coimbra

**15 DE MARÇO | 18H
GRÊMIO OPERÁRIO DE COIMBRA
NO MOMENTO:
ONDE NASCE A BELEZA**
Associação Cultural Recreativa e Memória do
Grémio Operário de Coimbra



WWW.UC.PT/
SEMANACULTURAL



XXVIII Semana Cultural
Universidade de Coimbra
1 a 15 de março de 2026



UNIVERSIDADE D
COIMBRA

www.uc.pt/rualarga